



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO - EXERCÍCIO DE 2012

Macapá-AP/2013



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO - EXERCÍCIO DE 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, das Decisões Normativas TCU nº 119 e 121/2012 e da Portaria TCU nº 150/2012.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

LISTA DE TABELAS, RELAÇÕES, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES, ETC

Quadro Próprio I – Organograma	17
Quadro Próprio II - Identificação das Zonas Eleitorais, Municípios e Eleitorado	19
Quadro Próprio III – Demanda processual das Eleições 2012.....	20
Quadro Próprio IV – Quantitativo de Processos.....	21
Quadro Próprio V - Mapa Estratégico da Justiça Eleitoral do Amapá.....	25
Quadro Próprio VI – Programa 1389 - Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário	26
Quadro Próprio VII - Programa 0570 – Gestão do Processo Eleitoral.....	26
Quadro Próprio VIII – Plano Estratégico Nacional – Anexo I da Res. nº 70/2009 - CNJ.....	28
Quadro Próprio IX – Objetivos Estratégicos	29
Quadro Próprio X – Ações planejadas e realizadas.....	30
Quadro Próprio XI - Indicadores	35
Quadro Próprio XII- ECREP- Eficácia (Meta Física Realizada / Meta Física Reprogramada).	62
Quadro Próprio XIII – Absenteísmo – Principais Ausências	88
Quadro Próprio XIV – Gráfico de Absenteísmo – Principais Ausências.....	89
Quadro Próprio XV – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – situação em 31/12 89	
Quadro Próprio XVI – Gráfico de servidores da UJ por faixa etária.....	89
Quadro Próprio XVII – Quantidade de servidores da UJ por nível de Escolaridade.....	90
Quadro Próprio XVIII – Gráfico de servidores da UJ por nível de Escolaridade.....	91
Quadro Próprio XIX - Comparação entre os Percentuais de Satisfação de cada um dos Fatores de Clima Organizacional.	91
Quadro Próprio XX – Gestão da frota de veículos próprios e locados de terceiros	96
Quadro Próprio XXI - Servidores efetivos existentes na STI: 13	100
Quadro Próprio XXII - Servidores exercendo atividades típicas de TI: 10	101
Quadro Próprio XXIII – Levantamento de necessidades de servidores para as atividades típicas de TI.....	101
Quadro Próprio XXIV - Principais constatações	119
Quadro A.1.1 – Identificação da Unidade Jurisdicionada	15
Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	44
Quadro A.4.5 – Programa de Governo constante do PPA – de Gestão e Manutenção	47
Quadro A.4.6 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ	50
Quadro A.4.7 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ.....	56
Quadro A.4.8 – Programação de Despesas Correntes	56
Quadro A.4.9 – Programação de Despesas de Capital.....	57
Quadro A.4.10 – Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência	57
Quadro A.4.11 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	58
Quadro A.4.12 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários	58,61
Quadro A.4.13 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários.....	62
Quadro A.4.14 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação	59
Quadro A.4.15 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação ..	60
Quadro A.5.1. - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.....	65
Quadro A.5.2 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores.....	72
Quadro A.5.8 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (S ^{FV})	74



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Quadro A.5.11 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica).....	81
Quadro A.5.12 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF).....	81
Quadro A.6.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação em 31/12.....	82
Quadro A.6.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12.....	82
Quadro A.6.3 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ - Situação em 31/12.....	83
Quadro A.6.4 – Quantidade de Servidores da UJ por faixa etária – Situação em 31/12.....	84
Quadro A.6.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade – Situação em 31/12.....	84
Quadro A.6.6 - Quadro de Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos dois anteriores.....	85
Quadro A.6.7 – Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação em 31/12.....	86
Quadro A.6.9 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007).....	87
Quadro A.6.10 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007).....	88
Quadro A.6.11 – Regularidade do Cadastro dos Atos no SISAC.....	88
Quadro A.6.14 – Cargos e Atividade inerentes a categorias funcionais do Plano de Cargos da Unidade Jurisdicionada.....	94
Quadro A.6.17 – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva.....	95
Quadro A.6.18 – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra.....	96
Quadro A.6.19 - Composição do Quadro de Estagiários.....	97
Quadro A.7.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União.....	99
Quadro A.7.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros.....	100
Quadro A.7.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ.....	100
Quadro A.8.1 – Gestão da Tecnologia da Informação.....	104
Quadro A.9.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	106
Quadro A.9.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	110
Quadro A.10.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.....	110
Quadro A.10.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	110
Quadro A.11.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.....	125
Quadro B.1.8 – Relação dos Diretórios de Partidos no Estado.....	126
Quadro B.1.9 – Discriminação das Cotas do Fundo Partidário Recebidas pelos Diretórios Estaduais das Direções Nacionais dos Partidos.....	127
Quadro B.1.10 – Diretórios Estaduais que Prestaram Contas Relativas ao Exercício Anterior ao de Referência.....	128
Quadro B.1.11 – Diretórios Estaduais que NÃO Prestaram Contas Relativas ao Exercício de 2011.....	129
Quadro B.1.12 – Julgamento das Contas dos Diretórios Estaduais dos Partidos.....	129



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

QUADRO GERAL DE EXCLUSÕES

Quadro A.5.3 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Quadro A.5.4 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Quadro A.5.5 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes.

Quadro A.5.6 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse

Quadro A.5.7 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

Quadro A.5.10 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Quadro A.5.13 – Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ

Quadro A.5.14 - Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida

Quadro A.5.15 - Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Físicas

Quadro A.5.16 - Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Jurídicas

Quadro A.5.17 - Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Físicas

Quadro A.5.18 – Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Jurídicas

Quadro A.5.19 - Aplicação de Recursos da Renúncia de Receita pela própria UJ

Quadro A.5.20 - Prestações de Contas de Renúncia de Receitas

Quadro A.5.21 - Comunicações à RFB

Quadro A.5.22 - Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas

Quadro A.5.23 - Ações da RFB

Quadro A.5.24 – Requisições e Precatórios – Administração Direta

Quadro A.6.8 – Instituidores de Pensão - Situação em 31/12

Quadro A.6.12 – Atos Sujeitos à Remessa Física ao TCU (ART. 14 DA IN TCU 55/2007)

Quadro A.6.13 – Atuação do OCI sobre os Atos Submetidos a Registro

Quadro A.6.15 – Relação dos Empregados Terceirizados Substituídos em Decorência da Realização de Concurso Público ou de Provimento Adicional Autorizados

Quadro A.6.16 – Autorizações para Realização de Concurso Público ou Provimento Adicional Para Substituição de Terceirizados

Quadro A.10.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Quadro A.10.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Quadro B.1.1 – Relação dos Partidos



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

A – Atividade

AP – Amapá

ARP's – Ata de Registro de Preços

ASI – *Automation System of Inventory* (sistema de controle de bens patrimoniais)

CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CATMAT – Sistema de Catalogação de Material

CCI – Coordenadoria de Controle Interno

CFTV – Circuito Fechado de Câmeras de Segurança

CSG – Coordenadoria de Serviços Gerais

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

CODES – Coordenadoria de Desenvolvimento

CPL – Comissão Permanente de Licitação

COF – Coordenadoria de Orçamento e Finanças

CRE – Corregedoria Regional Eleitoral

DBR – Declaração de Bens e Renda

DG – Diretoria Geral

DN – Decisão Normativa

ECREP- Eficácia em relação à META na LOA

EFLOA - Eficiência em relação à META na LOA

EJE – Escola Judiciária Eleitoral

ELO – Sistema Eleitor *On-line*

EPF – Eclipse Process Framework

IN – Instrução Normativa

LOA – Lei Orçamentária Anual

NA – Não se Aplica



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

NBR – Normas Brasileiras

OP - Operações Especiais

PAC – Plano Anual de Capacitação

PPA – Plano Plurianual

PAD – Processo Administrativo Disciplinar

PETI – Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação

PJ – Pessoa Jurídica

PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual

PNMC – Política Nacional Sobre Mudança de Clima

PPA – Plano Plurianual

PR - Previsão

PRES – Presidência

PSSS – Plano de Seguridade Social do Servidor

RE - Realizado

Res. – Resolução

RG – Relatório de Gestão

RP – Restos a Pagar

SADP – Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos

SAGEC – Seção de Acompanhamento e Gestão de Contratos

SAO – Secretaria de Administração e Orçamento

SEJUD - Secretaria Judiciária

SGP – Secretaria de Gestão de Pessoas

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira

SIASG – Sistema Integrado de Serviços Gerais

SIGEPRO - Sistema de Acompanhamento e Gerenciamento da Proposta orçame

SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

SINCOV – Sistema de Gestão de Convênios

STI – Secretaria de Tecnologia da Informação

TI – Tecnologia da Informação

TCU – Tribunal de Contas da União

TRE – AP – Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UJ – Unidade Jurisdicionada

UGR – Unidade Gestora Responsável

ZE – Zona Eleitoral



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	12
A. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A GESTÃO:	13
1 – IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO:.....	13
1.1 – IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	13
1.1.1 – <i>Relatório de Gestão Individual</i>	13
1.2 – FINALIDADES E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS:	14
1.3 – ORGANOGRAMA FUNCIONAL.....	14
1.3.1 – <i>Nível Estratégico:</i>	14
1.3.2 – <i>Nível Tático:</i>	15
1.4 – MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS:	18
I - <i>Prestação de Serviços ao Cidadão:</i>	18
II - <i>Logística do Processo Eleitoral:</i>	19
III - <i>Prestação Jurisdicional Eleitoral:</i>	21
1.5 – MACROPROCESSOS DE APOIO:.....	22
1.5.1 - <i>Gestão de Pessoas:</i>	22
1.5.2 – <i>Infraestrutura, Materiais e Serviços.</i>	22
1.5.3 – <i>Controle e Auditoria</i>	22
1.5.4 - <i>Gestão de Tecnologia da Informação:</i>	23
1.5.5 – <i>Execução Orçamentária e Financeira:</i>	23
1.6 – PRINCIPAIS PARCEIROS:	23
2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES:	24
2.1 – INFORMAÇÕES SOBRE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO:	24
2.3 – DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES PARA O EXERCÍCIO:	34
3 – ESTRUTURAS DE GOVERNANÇAS E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO:	40
3.1 – ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DE GESTÃO	40
3.1.1 - <i>Seção de Acompanhamento e Orientação da Gestão:</i>	41
3.1.2 - <i>Seção de Auditoria</i>	41
3.1.3 - <i>Seção de Análise de Contas Eleitorais e Partidárias</i>	41
3.2 INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ:	42
3.4 INFORMAÇÕES SOBRE A ESTRUTURA E AS ATIVIDADES DO SISTEMA DE CORREIÇÃO.	44
4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	44
4.1. RELAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PLANO PLURIANUAL VIGENTE QUE ESTIVERAM INTEGRAL OU PARCIALMENTE NA RESPONSABILIDADE DA UNIDADE JURISDICIONADA OU DE UNIDADE CONSOLIDADA NO RELATÓRIO DE GESTÃO, ESPECIFICANDO:	44
4.2. INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO DE RESPONSABILIDADE DA UJ.....	47
4.3. DEMONSTRAÇÃO E ANÁLISE DO DESEMPENHO DA UNIDADE NA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA:.....	54
5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	63
5.1. INFORMAÇÕES SOBRE O RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.	63
5.2. INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.	70



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

5.3. INFORMAÇÃO SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO, CONTRATO DE REPASSE, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO, TERMO DE COMPROMISSO OU OUTROS ACORDOS, AJUSTES OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES, VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA.	71
5.4. INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS, CONTAS BANCÁRIAS TIPO B E CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL.....	72
5.5. INFORMAÇÕES SOBRE RENÚNCIA TRIBUTÁRIA, CONTENDO DECLARAÇÃO DO GESTOR DE QUE OS BENEFICIÁRIOS DIRETOS DA RENÚNCIA, BEM COMO DA CONTRAPARTIDA, COMPROVARAM, NO EXERCÍCIO, QUE ESTAVAM EM SITUAÇÃO REGULAR EM RELAÇÃO AOS PAGAMENTOS DOS TRIBUTOS JUNTOS À SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – SRFB, AO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO – FGTS E À SEGURIDADE SOCIAL.	80
5.6. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE PRECATÓRIOS.	81
6 – GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.....	81
6.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS.....	81
6.1.1 <i>Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada</i>	81
6.1.2 <i>Qualificação da Força de Trabalho</i>	82
6.1.3 <i>Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada</i>	84
6.1.4 <i>Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas</i>	85
6.1.5 <i>Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos</i>	85
6.1.6 <i>Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos</i>	86
6.1.7 <i>Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação</i>	86
6.1.8 <i>Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos</i>	88
6.2 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS	93
6.2.1 <i>Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão</i>	93
6.2.2 <i>Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrente da Realização de Concurso Público</i>	93
6.2.3 <i>Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados</i>	93
6.2.4 <i>Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada</i>	94
6.2.5 <i>Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão</i>	95
6.2.6 <i>Composição do Quadro de Estagiários</i>	95
7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	96
7.1 – INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E LOCADOS DE TERCEIROS, INCLUSIVE SOBRE AS NORMAS QUE REGULAMENTAM O USO DA FROTA E OS CUSTOS ENVOLVIDOS.	96
7.2 – INFORMAÇÃO SOBRE A GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO PRÓPRIO, DA UNIÃO QUE ESTEJA SOB RESPONSABILIDADE DA UNIDADE E DOS IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS.	98
8. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO	100
8.1 INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) DA UJ, CONTEMPLANDO OS SEGUINTE ASPECTOS:	100
9. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	105
9.1 INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS, MATERIAIS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) E NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS, TENDO COMO REFERÊNCIA A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2010 E A PORTARIA Nº 2/2010, AMBAS DA SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO E INFORMAÇÕES RELACIONADAS À SEPARAÇÃO DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS DESCARTADOS EM CONFORMIDADE COM O DECRETO Nº 5.940/2006.	105



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

9.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA	107
10. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS.	109
10.1. INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DE DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃO DO TCU E EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO A QUE A UNIDADE JURISDICIONADA SE VINCULA.	109
10.1.1 – <i>Deliberações do TCU atendidas no exercício</i>	109
10.2 - INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA:	114
10.3 INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1993, RELACIONADAS À ENTREGA E AO TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS.	122
10.4. DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL ATESTANDO QUE AS INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS E CONVÊNIOS OU OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES ESTÃO DISPONÍVEIS E ATUALIZADAS, RESPECTIVAMENTE, NO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS – SIASG E NO SISTEMA DE GESTÃO DE CONVÊNIOS, CONTRATOS DE REPASSE E TERMOS DE PARCERIA – SICONV, CONFORME ESTABELECE O ART. 19 DA LEI Nº 12.465, DE 12 DE AGOSTO DE 2011.	123
11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	124
11.1 INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO NBC T 16.9 E NBC T 16.10, PUBLICADAS PELAS RESOLUÇÕES CFC NºS 1.136/2008 E 1.137/2008, RESPECTIVAMENTE, PARA TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIAÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS DA UNIDADE.	124
11.2 DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL POR UNIDADE JURISDICIONADA QUE TENHA EXECUTADO SUA CONTABILIDADE NO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL – SIAFI DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (BALANÇO PATRIMONIAL, BALANÇO ORÇAMENTÁRIO, BALANÇO FINANCEIRO, DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS, DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ECONÔMICO) PREVISTAS PELA LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964, E PELA NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO NBC T 16.6 APROVADA PELA RESOLUÇÃO CFC Nº 1.133/2008, ASSIM COMO O DEMONSTRATIVO LEVANTADO POR UNIDADE GESTORA RESPONSÁVEL – UGR (VÁLIDO APENAS PARA AS UNIDADES GESTORAS NÃO EXECUTORAS) REFLETEM A ADEQUADA SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA QUE APRESENTA RELATÓRIO DE GESTÃO.	125
12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO	126
12.1 OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UNIDADE PARA DEMONSTRAR A CONFORMIDADE E O DESEMPENHO DA GESTÃO NO EXERCÍCIO	126
B. CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS.	126



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

APRESENTAÇÃO

O Tribunal Regional Eleitoral do Amapá em cumprimento ao dever constitucional de prestar contas apresenta à sociedade o Relatório de Gestão, retratando as atividades desenvolvidas durante o exercício de 2012, com o propósito de dar maior transparência aos atos e fatos praticados pela Administração.

As informações constantes do Relatório de Gestão foram estruturadas e organizadas de acordo com as disposições contidas na Instrução Normativa n.º 63/2010, Decisões Normativas n.º 119 e 121/2012 e, Portaria n.º 150/2012, todos os atos emanados do Tribunal de Contas da União.

Considerando a natureza contábil, financeira, patrimonial, orçamentária e operacional do Relatório de Gestão, foram consolidadas neste documento as informações subsidiadas por dados fornecidos pelas diversas unidades que compõem este Tribunal, que atestam o desempenho operacional do Órgão, bem como os resultados alcançados, demonstrando a efetiva utilização dos recursos orçamentários a ele destinados.

Com foco nos objetivos estratégicos e no alcance do *status* que atenda à visão de futuro almejada, as ações realizadas guardaram consonância com as perspectivas da estratégia 2010/2014.

No que tange às principais realizações da gestão no exercício de 2012, destacam-se:

I – Reformulação da Ouvidoria Eleitoral e da Escola Judiciária Eleitoral;

II – Aprovação do novo regimento interno e do Regulamento da Secretaria;

II – Criação da Assessoria de Planejamento e de Gestão Estratégica e da Assessoria Técnica dos Juízes-Membros;

IV – Conclusão da 1ª etapa do Cartório Eleitoral do Município de Santana (segundo maior eleitorado do Estado e funcionando precariamente em uma sala cedida pelo Tribunal de Justiça);

V- Construção do depósito de urnas no município do Amapá;

VI - Ampliação dos postos de atendimento ao Cidadão;

VII – Viabilizadas 663 oportunidades de capacitação aos servidores.

VIII – Diversas ações de cunho social e ambiental.

As principais dificuldades enfrentadas para o desenvolvimento das atividades foram: Greve dos servidores do Poder Judiciário, Quadro de servidores aquém da necessidade, Demandas do Conselho Nacional de Justiça dentre outras.

Foram identificados itens constantes nos normativos do TCU que não se aplicam à natureza jurídica ou não há conteúdo a ser informado motivo pelo qual foram suprimidos deste Relatório. Mas, catalogados no quadro geral de exclusões.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

A. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A GESTÃO:

1 – IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO:

1.1 – Identificação da Unidade Jurisdicionada

1.1.1 – Relatório de Gestão Individual

Quadro A.1.1 – Identificação da Unidade Jurisdicionada

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Judiciário			
Órgão de Vinculação: Tribunal Superior Eleitoral			Código SIORG: Não se aplica
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Tribunal Regional Eleitoral do Amapá			
Denominação Abreviada: TRE-AP			
Código SIORG: Não se aplica	Código LOA: UO – 14.128		Código SIAFI: 070029
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			CNPJ: 34.927.343/0001-18
Principal Atividade: regulamentação e fiscalização do processo eleitoral			Código CNAE: 8411-6/00
Telefones/Fax de contato:	(096) 2101-1502	(096) 2101-1510	(096) 2101-1611
Endereço Eletrônico: dg@tre-ap.jus.br			
Página na Internet: http://www.tre-ap.jus.br			
Endereço Postal: Av. Mendonça Júnior, 1502 – Centro, CEP: 68900-020 – Macapá/AP			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Constituição Federal: arts. 92, V,118, II e 120. Ata de instalação do TRE/AP – (10/02/1992)			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Resoluções TRE/AP nºs: 402/12- Regimento Interno e 406/2012 – Regulamento da Secretaria			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Regimento Interno. Carta de Serviços ao Eleitor. Estratégia do TRE/AP. Instruções – Eleições 2012. Planejamento das Eleições 2012. Cartilha das Eleições aos Candidatos. Disponibilizados no sítio www.tre-ap.jus.br .			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
070029	Tribunal Regional Eleitoral do Amapá		
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
00001	Tesouro Nacional		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
070029		00001	



JUSTIÇA ELEITORAL TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

1.2 – Finalidades e Competências Institucionais:

O Tribunal Regional Eleitoral do Amapá é um órgão colegiado de segundo grau de jurisdição eleitoral, conforme disposto no art. 12 do Código Eleitoral c/c arts. 92, V, 118, II e 121 da Carta Magna.

Em conjunto com os demais órgãos da Justiça Eleitoral possui atuação finalística diretamente vinculada à garantia dos direitos de votar e ser votado, assegurando o pleno exercício da cidadania em suas diversas manifestações.

Realiza, dentre outras atribuições, o alistamento, a organização dos pleitos eleitorais, a fiscalização da propaganda eleitoral, a apuração dos votos, a diplomação dos eleitos, julga os crimes eleitorais, as ações objetivando a cassação do registro, do diploma ou do mandato dos candidatos eleitos ou a declaração de inelegibilidade.

Possui competência originária e recursal para processar e julgar as matérias dispostas nos arts. 29 e 30 do Código Eleitoral, nas Leis complementares nº: 64/1990 e 135/2010 (Lei da Ficha Limpa), dentre outros normativos específicos da seara eleitoral.

O TRE/AP possui jurisdição em todo o Estado do Amapá e sua sede localiza-se na Capital. Os serviços eleitorais no primeiro grau de jurisdição são realizados nos Cartórios das Zonas Eleitorais. Atualmente são 13 (treze), sendo duas na capital.

Há, ainda, postos de atendimentos em municípios que não sejam sede de Zona Eleitoral. Na capital do Estado, face o expressivo quantitativo de eleitores, são realizados atendimentos em outros dois pontos fixos: Superfácil da Zona Sul e no Norte.

As localidades de difícil acesso e aldeias no Estado do Amapá são visitadas anualmente em ações itinerantes, seja por via terrestre ou fluvial.

Com relação a descrição dos objetivos estratégicos, gerenciamento, execução das ações e cumprimento de atribuições serão apresentados item 2 – Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações.

1.3 – Organograma Funcional

A estrutura organizacional está descrita na Resolução nº 406/2012 - Regulamento da Secretaria do TRE/AP que fixa as competências das unidades e as atribuições dos seus titulares.

Resumidamente, o organograma do TRE/AP compreende:

1.3.1 - Nível Estratégico:

a) Presidência: unidade de cúpula de toda a estrutura da Secretaria do TRE/AP. Ocupada, exclusivamente, por um Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado eleito pelo Pleno do TRE/AP. São três unidades de apoio direto: Assessoria Técnico-Jurídica (assessoramento jurídico-administrativo); Coordenadoria de Controle Interno (atividades de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial); e Assessoria de Planejamento e de Gestão Estratégica (planejamento estratégico do órgão e das eleições, planos de ação e acompanhamento e consolidação de dados ao CNJ e TCU);

b) Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral: dentre suas atribuições, compete substituir o presidente na sua ausência, promover inspeção e correição dos serviços eleitorais do Estado, presidir sindicância contra juízes eleitorais, determinar a apuração de notícia



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

de crime eleitoral, verificar a existência de erros, abusos ou irregularidades que devam ser corrigidos, evitados ou sanados, determinando por provimento ou circular.

d) Diretoria-Geral: compete planejar, coordenar, dirigir e controlar todas as atividades administrativas da Secretaria do Tribunal. Dispõe de uma Assessoria Técnico-Jurídica e do Gabinete para apoio na consecução de suas atividades.

1.3.2 – Nível Tático:

a) Secretaria de Administração e Orçamento: planejar, coordenar e supervisionar as atividades de administração dos recursos materiais, patrimoniais, licitações, contratações e aquisições, serviços gerais, obras e projetos, manutenção e conservação predial, e ainda as atividades relacionadas administração orçamentária e financeira do Tribunal, bem como estabelecer diretrizes, normas, critérios e programas a serem adotados na execução dessas atividades. Possui três coordenações: **Orçamento e Finanças** (planos anuais e plurianuais, propostas orçamentárias, solicitações de créditos adicionais, bem como liberação dos recursos orçamentários e financeiros); **Serviços Gerais** (manutenção e conservação dos imóveis e dos veículos oficiais e de fiscalização dos contratos) e **Material e Patrimônio** (aquisição, guarda, padronização, registro, distribuição, conservação e desfazimento de material de consumo e permanente);

b) Secretaria de Gestão de Pessoas: planejar e supervisionar as atividades relativas à área de gestão de pessoas, estabelecendo diretrizes, normas, critérios e programas adotados na execução dessas atividades. Possui duas coordenações: **Pessoal** (atividades relativas à aplicação da legislação de pessoal, folhas de pagamento e registros funcionais) e **Desenvolvimento** (planeja e supervisiona as atividades referentes à seleção, recrutamento, avaliação e lotação de pessoal).

c) Secretaria de Tecnologia da Informação: planejar e supervisionar as atividades relativas à área de gestão de tecnologia da informação, estabelecendo diretrizes, normas, critérios e programas adotados na execução dessas atividades. Possui duas coordenações: **Soluções Corporativas** (desenvolvimento das soluções de tecnologia da informação considerando as diretrizes definidas pela administração) e **Infraestrutura** (planeja e gerencia a infraestrutura de serviços, os equipamentos de tecnologia da informação e a comunicação de dados além de suporte operacional às unidades do Tribunal e Zonas).

d) Secretaria Judiciária: secretariar as sessões judiciais, ordinárias, extraordinárias e as solenes, proceder aos atos ordinatórios, nos termos do art. 162, § 4º do Código de Processo Civil, de acordo com a determinação do juiz relator. Possui duas coordenações: **Registros e Informações Processuais** (planeja e supervisiona as atividades relativas aos atos judiciais, examina e subscreve os atos e termos processuais, expede e autentica as certidões ou cópias extraídas dos autos) e **Sessões e Jurisprudência** (planeja e supervisiona as atividades relacionadas às sessões plenárias, realiza a conferência e a revisão das atas das sessões e das notas de julgamento e demais serviços).

e) Escola Judiciária Eleitoral: Promove a realização de cursos de capacitação, formação e pós-graduação de magistrados e servidores, voltados às áreas de conhecimento diretamente ligadas à Justiça Eleitoral, especificamente o Direito Público, com ênfase em Direito Eleitoral. A sua organização e o seu funcionamento está disciplinado na Resolução nº 218/2003, alterada pela Resolução nº 403/2012.

Com relação a identificação dos macroprocessos e os principais produtos deles decorrentes consubstanciada na classificação individual desta Justiça Especializada c/c a melhor



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

clareza, concisão, completude, exatidão e objetividade das informações prestadas serão descritas pormenorizadamente nos itens 1.4 e 1.5 deste Relatório.

[illegible]



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

1.4 – Macroprocessos Finalísticos:

Compreendem o conjunto de processos de trabalho, que geram produto ou serviço ao cliente externo, considerados essenciais à existência da Instituição. Os Macroprocessos Finalísticos estão ligados à essência da organização e estão diretamente relacionados ao objetivo maior dela.

Para esta Justiça Especializada, garantir a legitimidade do processo eleitoral e o livre exercício do direito de votar e ser votado, a fim de fortalecer a democracia exprimem sua razão de existir, compondo a missão institucional.

Três são os macroprocessos finalísticos:

- I - Prestação de Serviços ao Cidadão;
- II - Logística do Processo Eleitoral;
- III- Prestação Jurisdicional Eleitoral.

Os principais usuários ou destinatários: sociedade em geral, destacando-se neste universo os eleitores, partidos políticos e candidatos.

I - Prestação de Serviços ao Cidadão:

Abrange serviços relacionados à administração dos dados relativos a inscrição, movimentações e atualização da situação do eleitor, tais como alistamento, transferência de domicílio, revisão de dados, expedição de segunda via de título e emissão de certidões. O Sistema ELO – Eleitor Online – é a principal ferramenta utilizada nas atividades de manutenção do Cadastro Eleitoral.

a) Alistamento Eleitoral: processo que habilita o indivíduo, perante a Justiça Eleitoral, como eleitor e sujeito de direitos políticos, conquistando a capacidade eleitoral ativa (direito de votar). Esse processo ocorre basicamente em três fases: Qualificação, ato pelo qual a pessoa natural faz prova de que é alistável por preencher todos os requisitos previstos em lei; Inscrição: preenchimento do Requerimento de Alistamento Eleitoral – RAE (formulário eletrônico); Deferimento, o RAE, devidamente instruído, é encaminhado para o Juiz Eleitoral para análise.

b) Transferência de Domicílio: o alistamento eleitoral vincula o eleitor a uma seção eleitoral de uma zona pertencente a um determinado município, declarado como seu domicílio eleitoral. Pela transferência é possível ao eleitor requerer a mudança desse domicílio que não se confunde com o civil.

c) Expedição de Segunda Via: em caso constatado de perda ou extravio de título eleitoral, assim como sua inutilização ou dilaceração, o eleitor poderá solicitar ao juiz de seu domicílio a expedição de segunda via.

d) Revisão dos dados: o eleitor, ao comparecer numa unidade desta Justiça, tem seus dados revisados de modo a manter seu cadastro atualizado.

e) Emissão de Certidões: emissão de certidão de quitação eleitoral e criminal eleitoral aos eleitores de modo a aferir a regularidade com as obrigações eleitorais.

f) Filiação Partidária: ato pelo qual o eleitor, formalmente, manifesta sua adesão ao programa de um partido político. O eleitor deverá requerer ao partido político sua filiação cuja análise ocorre *interna corporis*.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

No ano de 2012, foram realizados 53.937 atendimentos, distribuídos nas 13 (treze) zonas e postos eleitorais na capital e interior. Destaca-se a participação desta Justiça em várias ações sociais em escolas, associações de bairros, centro comunitários, SESC (ação global) e etc. Os serviços oferecidos foram: alistamento, revisão, transferência e expedição da segunda via do título eleitoral ao público. Ademais, realizou inúmeros atendimentos itinerantes às localidades de difícil acesso.

Quadro Próprio II - Identificação das Zonas Eleitorais, Municípios e Eleitorado

Zona Eleitoral	Município	Eleitorado
1º ZE	Amapá	5.994
1ª ZE	Pracuúba	3.150
2º ZE	Macapá	153.669
3º ZE	Calçoene	7.091
4º ZE	Oiapoque	17.222
5º ZE	Mazagão	12.973
6º ZE	Santana	66.494
7º ZE	Laranjal do Jari	27.416
8º ZE	Tartarugalzinho	7.739
9º ZE	Ferreira Gomes	5.184
10º ZE	Macapá	100.899
10º ZE	Cutias	3.720
10º ZE	Itaubal	4.590
11º ZE	Serra do Navio	3.573
11ª ZE	Pedra Branca do Amapari	8.375
12º ZE	Porto Grande	11.441
13º ZE	Vitória do Jari	10.072
Total		449.602

Fonte: www.tre-ap.jus.br

II - Logística do Processo Eleitoral:

Envolve a operacionalização do processo eleitoral, abrangendo preparação, realização das eleições, apuração dos votos e diplomação dos eleitos. A logística do processo eleitoral desdobrou-se em 17 subprocessos:

a) Fechamento do Cadastro Eleitoral: estruturação física e de recursos humanos compatível com a elevada demanda que caracteriza o período anterior ao prazo final para regularização do cadastro eleitoral.

b) Comissões Estratégicas: comissões responsáveis pelo gerenciamento da execução do planejamento das eleições municipais 2012;

c) Mesários e Coordenadores dos locais de votação: conjunto de ações relacionadas a convocação e treinamento de mesários e coordenadores.

d) Ações Administrativas: atividades como elaboração de proposta orçamentária de pleitos, execução do Orçamento de Pleitos Eleitorais, planejamento de aquisição de materiais e combustíveis, contratação de filmagem para Votação Paralela, contratação de pessoal de apoio, dentre outros;

e) Suprimento de Fundos: ações visando a regular aplicação e prestação de contas de suprimento de fundos;



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

f) Locais de Votação: ações destinadas a verificar as condições físicas dos locais escolhidos para o funcionamento das seções eleitorais, a fim de apurar a viabilidade e possíveis necessidades de reparos em sua infra-estrutura, e divulgação dos locais de votação com as possíveis agregações de seções.

g) Treinamentos: capacitação de servidores e pessoal terceirizado para apoio às zonas eleitorais em relação aos procedimentos de urna eletrônica, juntas eleitorais, voto cantado e transmissão de dados e condutas vedadas para o pleito eleitoral;

h) Reuniões/seminários destinadas aos Partidos Políticos, OAB e Conselho Regional de Contabilidade – CRC que abordaram as normas reguladoras das prestações de contas eleitorais, registro de candidatura e propaganda eleitoral;

i) Comunicação Social: publicidade de todas as etapas da logística e do processo eleitoral;

j) Registro de Candidatura: processar o registro de candidaturas dos possíveis candidatos a cargos eletivos;

k) Propaganda Eleitoral: fiscalização da propaganda eleitoral;

l) Ações Judiciais Eleitorais: análise e apreciação dos feitos em matéria eleitoral;

m) Transmissão de Dados: conjunto de ações destinadas a prover os pólos de transmissão localizados na Capital e Interior dos meios para transmissão dos Boletins de Urnas, afim de agilizar a totalização dos votos;

n) Logística de Urnas: conjunto de procedimentos técnicos de manutenção e preparação das urnas eletrônicas utilizadas no Pleito Eleitoral;

o) Prestação de Contas de Campanha Eleitoral: analisar e julgar a prestação de contas de candidatos e partidos;

p) Juntas Eleitorais: conjunto de ações para formação deste órgão da Justiça Eleitoral com finalidade de apurar o resultado das Eleições.

q) Diplomação dos Eleitos: habilitar eleitos e suplentes para exercer o mandato.

Quadro Próprio III – Demanda processual das Eleições 2012

Zona Eleitoral	Município	Registro de candidaturas (Prefeitos e vereadores)	Prestação de Contas	Demais ações vinculadas ao Processo Eleitoral
1º ZE	Amapá/Pracuúba	181	125	68
2º ZE	Macapá	-	4	366
3º ZE	Calçoene	62	59	63
4º ZE	Oiapoque	212	111	55
5º ZE	Mazagão	125	123	67
6º ZE	Santana	288	203	186



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Zona Eleitoral	Município	Registro de candidaturas (Prefeitos e vereadores)	Prestação de Contas	Demais ações vinculadas ao Processo Eleitoral
7º ZE	Laranjal do Jari	213	110	71
8º ZE	Tartarugalzinho	87	76	32
9º ZE	Ferreira Gomes	95	82	37
10º ZE	Macapá/Cutias/Itaubal	666	390	210
11º ZE	Serra do Navio/Pedra Branca do Amapari	194	58	77
12º ZE	Porto Grande	145	54	38
13º ZE	Vitória do Jari	137	22	39
Total		2.405	1.417	1.309

Fonte: SADP

III - Prestação Jurisdicional Eleitoral:

A Prestação Jurisdicional é subdividida em dois graus de jurisdição: 1º Grau (Juízes das Zonas Eleitorais) e de 2º Grau (Juízes do Pleno).

A Secretaria Judiciária e os Cartórios Eleitorais desenvolvem, dentro de suas atribuições funcionais, atividades de autuação, julgamento e acompanhamento, até o trânsito em julgado, de matérias eleitorais.

O planejamento das tarefas a serem efetivadas no trâmite normal de processos, bem como nos processos referentes às Eleições Municipais, que implicaram em maior aporte de atividades da Secretaria e dos Cartórios.

Para o satisfatório desempenho de suas funções, os servidores da Secretaria e dos Cartórios Eleitorais contaram com o desenvolvimento de espírito de equipe, onde todos foram capacitados e treinados para o desenvolvimento de diversas tarefas, a fim de permitir a efetivação e o cumprimento de prazos e o regular andamento dos processos.

O quadro a seguir refere-se ao número de processos autuados e distribuídos tanto no 1º Grau quanto no 2º Grau:

Quadro Próprio IV – Quantitativo de Processos

Classe de Processos	Quantidade
Nº de Processos Não-Criminais	3.493
Nº de Processos Criminais	1.693
TOTAL	5.186

Fonte: SADP

Após o trânsito em julgado dos processos, os mesmos retornaram para que fosse procedido o arquivamento.



JUSTIÇA ELEITORAL TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Todas as informações contidas em seu Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos – SADP, salvo as que de segredo de justiça, estão disponibilizadas na rede mundial de computadores e podem ser acessadas.

A sazonalidade bienal da realização de eleições em anos pares implica em uma intensa carga de trabalho, principalmente nas Zonas Eleitorais com os procedimentos: Registro de Candidaturas, Fiscalização da Propaganda Eleitoral, Registro de Comitês Financeiros, além das demais atividades afetas ao pleito, em especial, a toda a logística da eleição.

Na ocorrência de recursos eleitorais, medidas cautelares, mandados de segurança, dentre outros, inclusive administrativos e os relacionados aos procedimentos de eleição podem ser impetrados em segundo grau de jurisdição e concomitantemente aos demais processos de competência originária deste Tribunal são processados e julgados pelo Pleno.

1.5 – Macroprocessos de Apoio:

Macroprocessos de apoio compreendem o conjunto de processos de apoio, que viabilizam o funcionamento coordenado e integrado da organização. Servem para alicerçar os macroprocessos finalísticos e a realização da missão institucional.

1.5.1 - Gestão de Pessoas:

Os principais programas e ações vinculadas à gestão de pessoas são: Assistência pré-escolar, Auxílio-transporte, Auxílio-alimentação, Assistência médica-odontológica, Pagamento de ativos, aposentadorias e pensões, Capacitação de recursos humanos e o desenvolvimento de estratégias no sentido de se promover a integração, interação e valorização dos servidores e terceirizados.

Destaque para implantação do módulo Frequência Nacional, do Sistema de Gestão de Recursos Humanos – SGRH. Permitindo o controle de ocorrências de atrasos, serviços extraordinários, adicionais noturnos e créditos de compensação, bem como o gerenciamento do banco de horas,. Pois, antes eram realizados manualmente, aperfeiçoou-se sobremaneira a execução dessas tarefas, além de trazer total segurança das informações, podendo ser consultado por todos os servidores on-line.

Outros destaques: 1º edição da Revista da SGP, realização da Semana da Saúde, Plantão Psicológico, Revista Eletrônica, coluna Bem-estar e Saúde, Programa Qualidade de Vida e Semana do Servidor.

1.5.2 – Infraestrutura, Materiais e Serviços.

São atividades relativas à gestão de recursos materiais e serviços necessários ao funcionamento desta Instituição. Desdobram-se em administração das atividades de aquisição de bens e serviços, atividades pertinentes a gestão de contratos, administração de bens móveis, gestão de transportes, segurança institucional, manutenção patrimonial, planejamento, coordenação e supervisão das atividades relacionadas administração orçamentária e financeira.

1.5.3 – Controle e Auditoria.

Atividades relativas ao acompanhamento, orientação e correição. Na Corregedoria Regional Eleitoral, destina-se a averiguar a regularidade e a eficiência das atividades cartorárias e dos serviços eleitorais executados quanto ao estrito cumprimento da lei e dos prazos, bem como a integridade do cadastro eleitoral.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

As atividades de orientação e acompanhamento dos atos de gestão relativos a licitação e contratos, à execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil, admissão e desligamento de pessoal e à concessão de aposentadoria e pensões são realizados pela Coordenadoria de Controle Interno.

1.5.4 - Gestão de Tecnologia da Informação:

A Gestão de Tecnologia da Informação é de competência da Secretária de Tecnologia da Informação – STI. Tem como função a manutenção do parque computacional, dos equipamentos da rede de telecomunicação, manutenção e permanente atualização do portal do TRE-AP na internet, sistema de telefonia e desenvolvimento e manutenção de sistemas para suprir as necessidades dos clientes internos e externos em demandas para a atividade finalística ou administrativa.

Além das atividades técnicas inerentes, é de responsabilidade da STI o suporte à realização de eleições oficiais e não oficiais, guarda e manutenção preventiva/corretiva das urnas eletrônicas, administrar e manter o cadastro de eleitores, gerenciar e zelar pela segurança da informação.

As atividades afetas as Eleições 2012 contemplou desde o apoio logístico no período denominado de “fechamento do cadastro” até a divulgação de resultados, passando por etapas como: preparação de ambientes de treinamentos, votação paralela, transmissão, totalização, divulgação e tudo que concerne à infra-estrutura computacional do TRE-AP.

1.5.5 – Execução Orçamentária e Financeira:

Atividades afetas a gestão do Orçamento são de responsabilidade da Secretaria de Administração e Orçamento e circunscrevem na contabilização dos atos e fatos de gestão orçamentária, financeira e contábil, programação e utilização de recursos financeiros, acompanhamento da efetiva execução orçamentária e proposição de ajustes quando necessário.

O orçamento no ano de referência foi executado em quase sua totalidade, comprovando a eficiência no acompanhamento orçamentário na execução das despesas. O percentual de perda orçamentário foi de 0,27%.

As ações consignadas na Lei Orçamentária Anual – LOA/2012 foram consequências de um planejamento que contou com a participação de representantes das unidades administrativas que compõem o organograma, nos níveis estratégicos e táticos.

1.6 – Principais Parceiros:

- a) Governo do Estado do Amapá e Prefeituras Municipais;
- b) Tribunal de Justiça do Estado do Amapá;
- c) Ministério Público Federal e Estadual
- d) Polícia Federal e Militar;
- c) Escolas, Associações de Bairros e etc.



**JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ**

2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES:

2. Planejamentos Estratégico, Planos de Meta e de Ações:

2.1 – Informações sobre Planejamento Estratégico:

a) Período de abrangência do plano estratégico:

2010-2014.

b) Demonstração da vinculação do plano estratégico da unidade com suas competências constitucionais, legais ou normativas:

A competência constitucional está inserida na seção VI, do capítulo III do Poder Judiciário c/c art. 12 do Código Eleitoral anteriormente explicitada no item finalidade e competência institucional.

A vinculação do Plano Estratégico está refletida na missão: garantir a legitimidade do processo eleitoral e o livre exercício do direito de votar e ser votado, a fim de fortalecer a democracia.

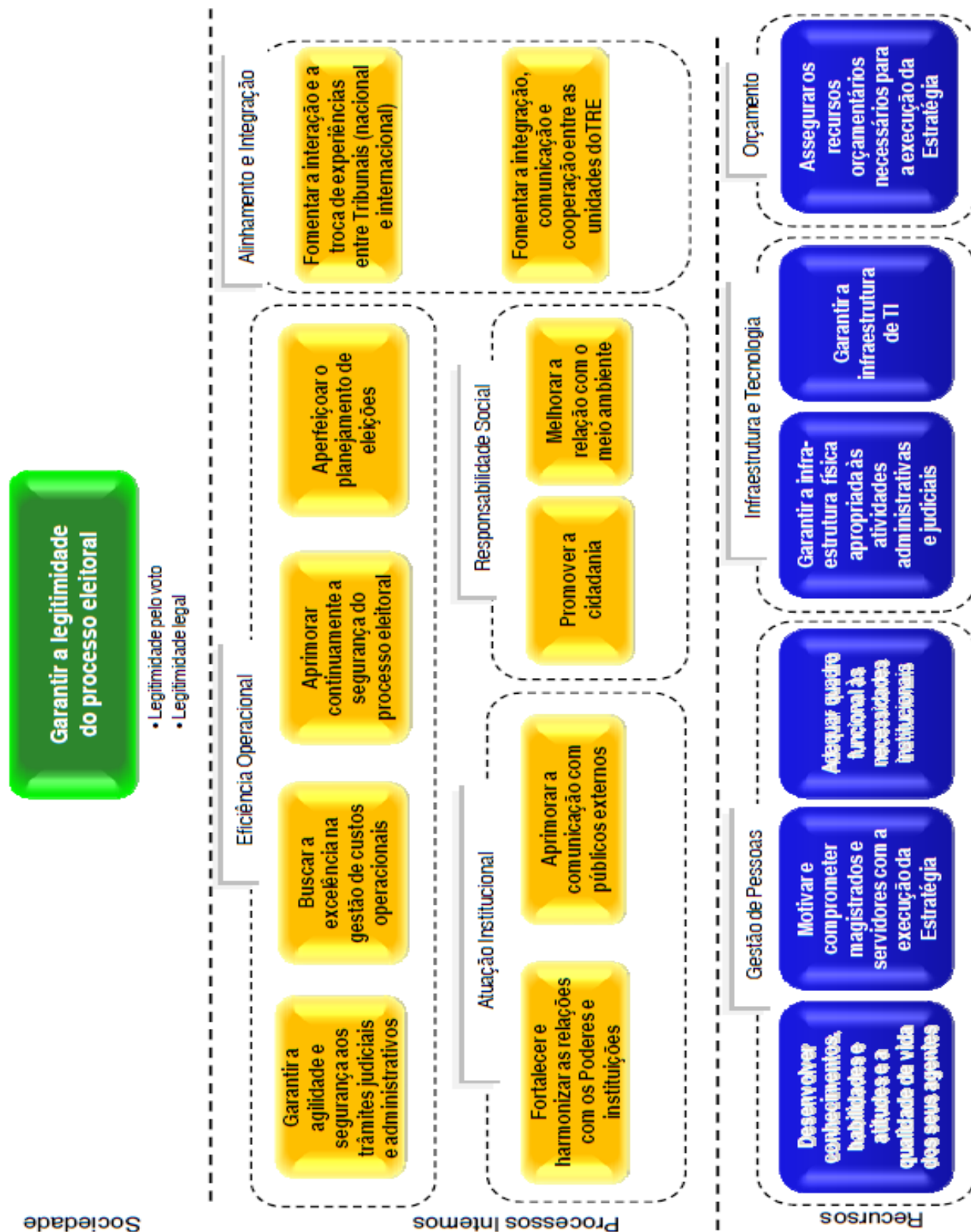
Neste contexto, a visão 2014: Consolidar a credibilidade da justiça eleitoral do Amapá, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Quadro Próprio V - Mapa Estratégico da Justiça Eleitoral do Amapá

VISÃO 2014: Consolidar a credibilidade da justiça eleitoral do Amapá, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança.





JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

c) Demonstração da vinculação do plano estratégico da unidade com o Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal, identificando os Programas Temáticos, os Objetivos, as Iniciativas e os Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado do Plano Plurianual vigente em que estejam inseridas ações de responsabilidade da unidade:

O PPA do Governo Federal abrange o período 2012-2015, distinto do período abarcado pelo Planejamento Estratégico deste Tribunal, 2010-2014 e do Poder Judiciário. Portanto, anterior ao PPA vigente.

Dessa forma, e em razão das peculiaridades dessa Justiça Especializada, o PPA do Governo Federal não guarda grandes similaridades com o atual Planejamento Estratégico, nem há entre os Programas Temáticos do Anexo I da Lei 12.593/2012, qualquer que seja de responsabilidades desta Corte Especializada.

Com relação ao Anexo II que trata dos Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, os programas intrínsecos são: Programa 1389 - Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário e Programa 0570 - Gestão do Processo Eleitoral.

Quadro Próprio VI – Programa 1389 - Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário

Tema: Eficiência Operacional	
Objetivo:	Buscar a excelência na gestão de custos operacionais.
	Descrição: Garantir a economicidade dos recursos por meio da racionalização dos processos de trabalho e da aquisição e utilização de todos os materiais, bens e serviços, bem como da melhor alocação dos recursos humanos necessários à prestação jurisdicional e às atividades administrativas.
Objetivo:	Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos.
	Garantir a agilidade na tramitação dos processos judiciais e administrativos a fim de assegurar a razoável duração do processo.
Tema: Gestão de Pessoas	
Objetivo:	Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da Estratégia.
	Descrição: Elevar o nível de comprometimento, motivação e identidade institucional dos Magistrados e Servidores para viabilizar a execução da estratégia.
Tema: Orçamento	
Objetivo:	Assegurar recursos orçamentários necessários para a execução da estratégia.
	Descrição: Planejar o orçamento de forma integrada, visando assegurar e gerir recursos que viabilizem as ações e metas necessárias à execução da Estratégia.

Quadro Próprio VII - Programa 0570 – Gestão do Processo Eleitoral

Tema: Eficiência Operacional	
Objetivo:	Aperfeiçoar o planejamento de eleições
	Descrição: Promover a integração e a padronização dos procedimentos de preparação das eleições
Objetivo:	Aprimorar continuamente a segurança do processo eleitoral
	Descrição: Garantir o aprimoramento contínuo da segurança do processo eleitoral, com o objetivo de prevenir ocorrências de erros ou fraudes.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Tema: Sociedade	
Objetivo:	Garantir a legitimidade do processo eleitoral.
	Descrição: Assegurar que os representantes políticos sejam legitimados pelo voto e atendam às exigências legais.

d) Se a unidade jurisdicionada estiver inserida no contexto de planejamento estratégico maior (de um órgão ou ministério, por exemplo), demonstração dos objetivos estratégicos, dos processos e dos produtos desse planejamento estratégico aos quais se vincula:

O Planejamento Estratégico do TRE-AP está inserido no Planejamento e Gestão Estratégica do Poder Judiciário - Resolução nº 70/2009 –CNJ, consolidado no plano estratégico nacional constante no anexo I da citada Resolução.



CNU
CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA

Mapa Estratégico do Poder Judiciário

Missão: Realizar Justiça

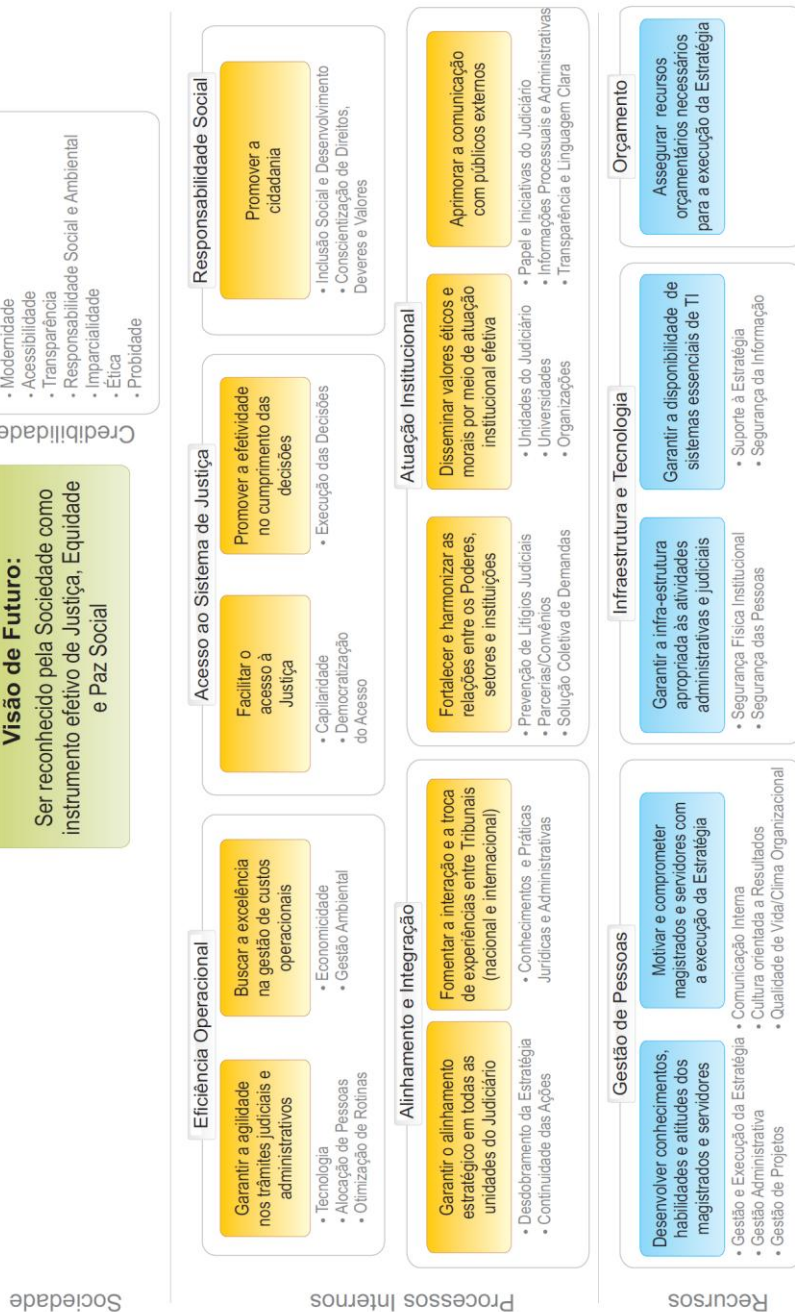
Visão de Futuro:

Ser reconhecido pela Sociedade como instrumento efetivo de Justiça, Equidade e Paz Social

Credibilitàde

Atributos de Valor para a Sociedade

- Celeridade
- Modernidade
- Acessibilidade
- Transparência
- Responsabilidade Social e Ambiental
- Imparcialidade
- Ética
- Probidade





JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

e) Principais objetivos estratégicos traçados para a unidade para o exercício de referência do relatório de gestão

Quadro Próprio IX – Objetivos Estratégicos

Tema: Orçamento	
Objetivo:	Assegurar recursos orçamentários necessários para a execução da estratégia.
Tema: Infra-Estrutura e Tecnologia	
Objetivo:	Garantir a infra-estrutura de TI.
Objetivo:	Garantir a infra-estrutura física apropriada às atividades administrativas e judiciais.
Tema: Gestão de Pessoas	
Objetivo:	Adequar o quadro funcional às necessidades institucionais.
Objetivo:	Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da Estratégia
Objetivo:	Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes e a qualidade de vida dos servidores.
Tema: Responsabilidade Social	
Objetivo:	Melhorar a relação com o meio ambiente.
Objetivo:	Promover a cidadania.
Tema: Atuação Institucional	
Objetivo:	Aprimorar a comunicação com o público externo.
Objetivo:	Fortalecer e harmonizar as relações entre os Poderes, setores e instituições
Tema: Alinhamento e Integração	
Objetivo:	Fomentar a Integração e troca de experiências entre os Tribunais (nacionais e internacionais)
Objetivo:	Fomentar a integração, comunicação e cooperação entre as unidades do TRE
Tema: Eficiência Operacional	
Objetivo:	Aperfeiçoar o planejamento de eleições.
Objetivo:	Aprimorar continuamente a segurança do processo eleitoral.
Objetivo:	Buscar a excelência na gestão de custos operacionais.
Objetivo:	Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

f) Principais ações planejadas para que a unidade pudesse atingir, no exercício de referência, os objetivos estratégicos estabelecidos:

Quadro Próprio X – Ações planejadas e realizadas

Tema: Orçamento	
Ações	Objetivo: Assegurar recursos orçamentários necessários para a execução da estratégia. ✓ Participação de representantes das unidades no planejamento e execução orçamentária; ✓ Obtenção de emendas parlamentares da bancada federal para conclusão da 1ª etapa do cartório de Santana e aquisição de bens permanentes; ✓ Política da aderência entre o planejado e o efetivamente executado.
Tema: Infra-Estrutura e Tecnologia	
Ações	Objetivo: Garantir a infra-estrutura de TI. ✓ Aquisição de equipamento de TI (atualização gradativa do parque computacional); ✓ Criação e implantação de software para pesquisa de satisfação dos clientes – utilizado no final do alistamento eleitoral; ✓ Comitê Gestor da Internet.
Ações	Objetivo: Garantir a infra-estrutura física apropriada às atividades administrativas e judiciais ✓ Conclusão da 1ª Etapa do Cartório Eleitoral de Santana; ✓ Adaptação dos prédios da Justiça Eleitoral aos critérios de acessibilidade aos cidadãos com mobilidade reduzida; ✓ Aquisição de um ônibus adaptado para realização de atendimentos itinerantes; ✓ Ampliação dos Postos de Atendimento ao Cidadão.
Tema: Gestão de Pessoas	
Ações	Objetivo: Adequar o quadro funcional às necessidades institucionais. ✓ Vinculação hierárquica da Coordenadoria de Controle Interno diretamente à Presidência; ✓ Criação da Segurança Institucional.; ✓ Reformulação da Ouvidoria e da Escola Judiciária Eleitoral; ✓ Criação da Assessoria de Planejamento e de Gestão Estratégica.
Ações	Objetivo: Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da estratégia ✓ Curso de Planejamento Estratégico e BSC com <i>Workshop</i>; ✓ Certificação no Nível 2 em maturidade na gestão de projetos outorgada pelo TSE.
Ações	Objetivo: Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes e a qualidade de vida dos servidores. ✓ Semana do Servidor; ✓ Pesquisa de Clima Organizacional; ✓ Plantão Psicológico; ✓ PAC (Plano Anual de Capacitação) ✓ Semana da Saúde;



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

	✓ Campanhas de Vacinação; ✓ Coluna Bem Estar Saúde; ✓ Minuto Saúde; - Fiscalize seu Peso.
Tema: Responsabilidade Social	
Ações	Objetivo: Melhorar a relação com o Meio-Ambiente. ✓ Agenda ambiental 2012-2015 – visa melhorar a relação com o meio ambiente, através de ações voltadas à preservação dos recursos naturais, à conscientização das pessoas e à redução do impacto ambiental resultantes das atividades desta Justiça Especializada.
Ações	Objetivo: Promover a cidadania. ✓ Programa Eleitor do Futuro; ✓ Projeto Mesário Voluntário; ✓ Caravana da Cidadania; ✓ Oferecimento de diversos cursos ao público externo; ✓ Arrecadação de alimentos e brinquedos para distribuição em creches; ✓ Adesão a campanha Papai Noel nos Correios; ✓ Distribuição de cestas natalinas aos terceirizados.
Tema: Atuação Institucional	
Ações:	Objetivo: Fortalecer e harmonizar as relações com os Poderes e Instituições. ✓ Parceria com a OAB e o Conselho Regional de Contabilidade na promoção de eventos voltados a advogados e aos contadores; ✓ Intercâmbio entre os órgãos do Poder Judiciário e Ministério Público eleitoral na realização de eventos de Capacitação.
Ações	Objetivo: Aprimorar a comunicação com o público externo. ✓ Reestruturação da Ouvidoria; ✓ Criação do Núcleo de Informação ao Cidadão; ✓ Reformulação do Portal do TRE/AP.
Tema: Alinhamento e Integração	
Ações	Objetivo: Fomentar a Integração e troca de experiências entre os Tribunais (nacionais e internacionais) ✓ Criação do Núcleo de Cooperação Técnica; ✓ Reunião com servidores do TSE e deste Regional com a finalidade de compartilhar experiências relacionadas ao Programa Biometria 2012-2014; ✓ Visita técnica ao TRE-SC para conhecer sistemas automatizados de coleta de dados estatísticos dos tramites processuais para fins de envio ao CNJ.
Ações	Objetivo: Fomentar a integração, comunicação e cooperação entre as unidades do TRE ✓ Criação do Boletim Interno de Controle Interno; ✓ Edição da Revista Secretaria de Gestão de Pessoas.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Tema: Eficiência Operacional	
Ações	Objetivo: Garantir a agilidade dos trâmites judiciais e administrativos ✓ Identificação de processos já julgados e pendentes de arquivamento no SADP; ✓ Designação da ASPLAN como unidade centralizadora no envio de informações ao CNJ ✓ Envio de força-tarefa (servidores) aos cartórios eleitorais que apresentavam elevado número de processos pendentes de julgamento.
Ações	Objetivo: Buscar Excelência na Gestão dos Custos Operacionais ✓ Reuniões do Comitê de Gestão Institucional.
Ações	Objetivo: Aperfeiçoar o Planejamento das Eleições ✓ Designação do Grupo de Trabalho responsável pela elaboração do planejamento; ✓ Designar Comissões Estratégicas para a execução do Planejamento das Eleições; ✓ Avaliação das Eleições Municipais de 2012.
Ação	Objetivo: Aprimorar continuamente a segurança do processo eleitoral ✓ Atualização cadastral com inserção de dados biométricos nos municípios de Ferreira Gomes e Calçoene; ✓ Correição nas Zonas Eleitorais;

2.2 Informações sobre as estratégias adotadas pela unidade para atingir os objetivos estratégicos do exercício:

a) Avaliação dos riscos que poderiam impedir ou prejudicar o cumprimento dos objetivos estratégicos do exercício de referência das contas:

Não há um procedimento formal de avaliação de riscos. A análise e a resposta aos riscos são feitas de forma empírica.

Como forma de mitigar o potencial de perda devido a erro, fraude, ineficiência, falta de aderência ao planejamento estratégico ou ações que possam afetar negativamente nossa atuação institucional, foram constituídos o Comitê de Gestão Institucional e Estratégica e a Comissão de Planejamento e Gestão. Somente no ano de 2012, com o novo regulamento da secretaria, foi criada a Assessoria de Planejamento e de Gestão Estratégica.

b) Revisão de macroprocessos internos da unidade, caso tenha sido necessária:

Não ocorreu fato superveniente que fosse necessária a revisão dos macroprocessos internos, salvo o incremento de atividades decorrentes da logística das eleições municipais de 2012.

A execução da logística das eleições é precedida por um planejamento efetuado no ano anterior por um grupo de trabalho (Portaria nº 223, de 24/05/2011) e no ano da realização das eleições são constituídas várias comissões estratégicas responsáveis diretamente pela logística (Portaria nº 237, de 24/04/2012).

O C. TSE edita, pelo menos, um ano antes da respectiva eleição uma resolução, denominada de calendário eleitoral, no caso em tela foi a nº 23.341, de 28/06/2011. São dispostos



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

no respectivo normativo os prazos peremptórios de realização de atos necessários ao cumprimento do processo eleitoral.

c) Adequações nas estruturas de pessoal, tecnológica, imobiliária, etc., caso tenham sido necessárias ao desenvolvimento dos objetivos estratégicos;

O quadro de pessoal da Justiça Eleitoral do Amapá em face de demanda de serviços está aquém do quantitativo mínimo necessário para realização da missão institucional.

Não raro há servidores envolvidos em comissões, programas, projetos ou necessidades díspares de suas unidades administrativas, seja no deslocamento ao interior do Estado para prestar apoio nos cartórios eleitorais motivado por ausência de servidores efetivos, sobrecarga de serviços ou fato superveniente no mesmo sentido, nos cartórios da Capital.

Algumas ações na perspectiva sociedade ou atuação institucional demandam um considerado quantitativo de servidores para seu planejamento e execução. Porém, há sempre servidores voluntários para assumir estas responsabilidades. Não há qualquer tipo de compensação financeira ou sequer o cômputo de carga horária extraordinária.

Com relação as estruturas imobiliárias estas atendem satisfatoriamente aos requisitos básicos de atendimento ao público e aos serviços internos nos 13 (treze) municípios sede de zonas e postos eleitorais.

Os municípios de Itaubal, Cutias do Araquari e Pracuúba pelo quantitativo de eleitores e demandas jurisdicionais não possuem prédios próprios. Contudo, não ficam desassistidos, pois são realizadas viagens itinerantes para prestar serviços aos eleitores.

As instalações do Cartório Eleitoral do Município de Santana (segundo maior eleitorado do Estado) não apresentam condições satisfatórias (eleitores x espaço físico). Funciona em um pequeno recinto cedido gratuitamente pelo Tribunal de Justiça do Amapá. No ano de 2011 foi iniciada a construção de um prédio com previsão de entrega no final de 2013.

d) Estratégias de divulgação interna dos objetivos traçados e dos resultados alcançados:

A Assessoria de Planejamento e de Gestão Estratégica em conjunto com a Escola Judiciária Eleitoral promoveram um *workshop* concomitante com o curso de PLANEJAMENTO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA COM O MÉTODO BALANCED SCORECARD.

O público-alvo foram os servidores ocupantes de cargos gerenciais na Administração. Os resultados alcançados destas ações:

I - Efeito multiplicador nas diversas unidades;

II – Construção de uma base teórica e prática à elaboração do novo planejamento estratégico deste Tribunal, para o período 2015/2018 a ser apresentado em outubro/2013 ao pleno deste Tribunal.

A divulgação interna dos objetivos traçados e dos resultados alcançados dar-se-á por diversas formas: no sítio da intranet, *e-mail* corporativo ou por reunião de avaliação.

e) Outras estratégias consideradas relevantes pelos gestores da unidade para o atingimento dos objetivos estratégicos.

A melhor estratégia para o atingimento dos objetivos estratégicos é a compreensão dos servidores e magistrados da importância destes objetivos em prol da sociedade.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

As reuniões com a presença dos servidores da sede e o encontro de servidores do interior potencializam o conhecimento e a troca de experiências aliados a disseminação dos conceitos de planejamento estratégico e seu incorporamento ao cotidiano dos servidores e magistrados.

2.3 – Demonstração da execução do plano de metas ou de ações para o exercício:

a) Resultado das ações planejadas, explicitando em que medida as ações foram executadas;

A realização das ações dispostas no quadro próprio XI – Ações planejadas e realizadas foram satisfatórias para o cumprimento da missão institucional e alcance da visão de futuro almejada.

As ações foram executadas de maneira gradual, dentro das possibilidades do quadro de pessoal, da disponibilidade orçamentária e em sintonia com os 07 (sete) temas do planejamento estratégico.

Algumas realizações merecem destaque pelo seu valor Institucional c/c Social, pois o resultado melhorou efetivamente a prestação jurisdicional, seja na capacitação dos servidores, na ampliação ou melhoria da infraestrutura de atendimento aos eleitores, além de ações sociais e de contribuição da preservação ambiental. Por exemplo:

- I – Reformulação da Ouvidoria Eleitoral e da Escola Judiciária Eleitoral;
- II – Conclusão da 1ª etapa do Cartório Eleitoral do Município de Santana;
- III- Construção do depósito de urnas no município do Amapá;
- IV - Ampliação dos postos de atendimento ao Cidadão;
- V – Viabilizadas 663 oportunidades de capacitação aos servidores.
- VI – Diversas ações de cunho social e ambiental.

b) Justificativas para a não execução de ações ou não atingimento de metas

No ano de 2012, a prioridade absoluta foi a realização das eleições, esta implica em uma intensa carga de trabalho tanto administrativa como judicial c/c os prazos peremptórios.

No decorrer da realização das eleições, apesar do planejamento de apoio nas diversas fases do processo eleitoral, a mensuração da quantidade de ações judiciais c/c a complexidade da instrução e julgamentos dos feitos influenciaram na não realização de ações que não são diretamente impactantes na execução do pleito eleitoral.

Concomitante com o desdobramento do processo eleitoral, as ações que contribuem diretamente com o cumprimento das metas prioritárias estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça possuem também primazia para sua execução.

Além das justificativas explicitadas ocorreu o movimento paredista dos servidores do Poder Judiciário, a hipossuficiência do quadro funcional face às demandas, tentativas frustrada de parcerias com órgãos ou ONG's, processos licitatórios desertos ou fracassados, e em especial, uma infinidade de solicitações do Conselho Nacional de Justiça.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

c) Impactos dos resultados das ações nos objetivos estratégicos da unidade.

Os impactos foram positivos e contribuíram para o cumprimento da missão e o alcance da visão Institucional.

2.4 Informações sobre indicadores utilizados pela unidade jurisdicionada para monitorar e avaliar a gestão, acompanhar o alcance das metas, identificar os avanços e as melhorias na qualidade dos serviços prestados, identificar necessidade de correções e de mudanças de rumos, etc.

Os principais indicadores utilizados foram:

Quadro Próprio XII - Indicadores

Indicador 1:	Índice de respostas a contatos dirigidos à Ouvidoria				
Objetivo Estratégico	Prestar Serviços de excelência.				
O que mede	O percentual de contatos dirigidos à Ouvidoria que receberam respostas.				
Para que medir	Avaliar o grau de prontidão da Ouvidoria				
Quem mede	Ouvidoria				
Quando medir	Trimestralmente				
Onde medir	Registros de comunicações recebidas e expedidas pela ouvidoria				
Como medir	Total de Contatos que Receberam Respostas (TCRR) dividido pelo Total de Contatos Recebidos (TCR). Formula $(TCRR/TCR) \times 100$ Obs.: Devem ser excluídos do indicador os contatos definidos, em norma ou instrução aplicável às atividades da Ouvidoria, como improcedentes, inadmissíveis, isentos de necessidade de resposta ou excluídos da competência do Órgão.				
Situação inicial	0% em 2011				
Meta	Responder, anualmente, quantidade igual à de contatos recebidos				
	LB	2012	2013	2014	2015
	NM	100%	100%	100%	100%
Análise de 2011	Não Mensurado				
Resultado 2011	NM				

Indicador 2:	Percentual de eleitores com cadastro biométrico				
Objetivo Estratégico	Aprimorar o processo eleitoral				
O que mede	A relação entre os eleitores com cadastro biométrico e o eleitorado total				
Para que medir	Acompanhar a evolução do percentual de eleitores com cadastro biométrico de modo a evitar fraudes de identificação				
Quem mede	Secretaria de tecnologia da Informação				
Quando medir	Anualmente				



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Indicador 2:	Percentual de eleitores com cadastro biométrico				
Onde medir	Sistema de Cadastro Nacional				
Como medir	Total acumulado de Eleitores com Cadastramento Biométrico (TECB), dividido pelo Total de eleitores (TE). Formula (TECB/TE)X100				
Situação inicial	1,6% em 2011				
Meta	Responder, anualmente, quantidade igual à de contatos recebidos				
	LB	2012	2013	2014	2015
	100%	2%	95%	100%	100%
Análise de 2011	Não Mensurado				
Resultado 2011	NM				

Indicador 3:	Taxa de Congestionamento
Objetivo Estratégico	Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos.
O que mede	A relação entre os processos judiciais baixados, os casos novos e os pendentes de julgamento
Para que medir	Verificar a capacidade da Justiça Eleitoral em atender à demanda de processos judiciais.
Quem mede	Secretaria Judiciária e Corregedoria
Quando medir	Mensalmente
Onde medir	SADP
Como medir	1º Grau: Total de processos baixados no 1º grau no período base (Tbaix 1º) dividido pelo total de casos novos (CN1º) acrescido ao total de casos pendentes de julgamento (CP1º) subtraído de um. Formula 1-(Tbaix1º/(CN1º+CP1º)) Obs.: Consideram-se baixados: Processos remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; Processos remetidos para instância superior; Processos arquivados definitivamente; Processos suspensos/sobrestados; e Processos apensados, desde que não continuem tramitando. Os processos suspensos/sobrestados quando voltarem a tramitar passarão a ser computados como casos novos; Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista; Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado; Havendo a remessa de um processo de um Juízo Eleitoral de 1º grau para outro, tal processo não será considerado baixado para o juízo q o remeter, nem como caso novo para o juízo que o recebeu quando se enquadrar numa das hipóteses da observação acima; Com relação aos processos de prestação de contas, deve-se observar o aumento da taxa de congestionamento nos anos eleitorais. Não são contabilizados os recursos internos (embargos de declaração e pedidos de reconsideração) e os recursos externos (recurso eleitoral). Para todas as variáveis, devem ser consideradas as seguintes classes processuais: Ação Cautelar; Ação de Impugnação de Mandato de Eletivo; Ação de Investigação Judicial Eleitoral; Ação Penal; Apuração de Eleição; Embargos a Execução; Exceção; Habeas Corpus; Habeas Data; Mandato de segurança; Petição de Natureza Judicial; Prestação de Contas ; Registro de Cãndidaturas; e Representação 2º Grau



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Indicador 3:	Taxa de Congestionamento				
	Total de processos baixados no 2º grau no período base (Tbaix2º) dividido pelo total de casos novos (CN2º) acrescido ao total de casos pendentes de julgamento (CP2º), subtraído de um.				
	Formula $1-(T\text{Baix}2^\circ/(CN2^\circ+CP2^\circ))$				
	Obs.: Consideram-se baixados: Processos remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; Processos remetidos para instância superior; Processos arquivados definitivamente; Processos suspensos/sobrestados; e Processos apensados, desde que não continuem tramitando. Os processos suspensos/sobrestados quando voltarem a tramitar passarão a ser computados como casos novos; não constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista;				
	Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deverá ser considerado;				
	Averiguar				
	Com relação aos processos de prestação de contas, deve-se observar o aumento da taxa de congestionamento nos anos eleitorais;				
	Não são contabilizados os recursos internos (embargos de declaração, agravos regimentais, pedidos de reconsideração, os recursos contra a decisão monocrática de juiz substituto e as correições parciais) e os recursos externos (recursos ordinários, recursos especiais eleitorais e agravo de instrumento);				
	e				
	Para todas as variáveis, devem ser consideradas as seguintes classes processuais: Ação Cautelar; Ação de Impugnação de Mandato Eletivo; Ação de Investigação Judicial Eleitoral; Ação Penal eleitoral; Ação Rescisórias; Apuração de Eleição; Conflito de Competência; Embargos a Execução; Exceções; Habeas Corpus; Habeas Data; Mandado de Injunção; Mandado de Segurança; Pedido de Desaforamento; Petição; Prestação de Contas; Reclamação; Recurso em Mandado de Injunção; Recurso em Mandado de Segurança; Registro de Candidatura; Representação; Revisão Criminal; e Suspensão de Segurança/Liminar.				
Situação inicial	40% em 2011				
Meta	Reduzir para percentual inferior a 5% até 2015				
	LB	2012	2013	2014	2015
	50%	<40%	<30%	<15%	<5%
Análise de 2011	Medição realizada em dezembro de 2011 indicou a taxa de 40% de congestionamento, entretanto essa medição carece de precisão diante da falta de atualização das informações inseridas no Sistema de acompanhamento de documentos e Processos (SADP).				
Resultado 2011	40%				

Indicador 4:	Percentual de disponibilização do inteiro teor das decisões preferidas, na internet
Objetivo Estratégico	Aprimorar a comunicação interna e externa
O que mede	O percentual de decisões proferidas no âmbito da Justiça Eleitoral disponibilizadas na íntegra na Internet.
Para que medir	Para garantir a disponibilidade de informação ao público externo
Quem mede	Secretaria Judiciária e Corregedoria
Quando medir	Mensalmente
Onde medir	SADP e Internet
Como medir	Total de Processos com Inteiro Teor de decisões publicadas na íntegra (TPP) na internet, dividido pelo Total de Processos Julgados do Período (TPJ), multiplicado por cem. Formula $(TPP/TPJ) \times 100$ Obs.: Serão consideradas decisões para o 1º Grau as sentenças e para o 2º Grau as decisões monocráticas e acórdãos



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Indicador 4:	Percentual de disponibilização do inteiro teor das decisões preferidas, na internet				
	Obs2.: No 1º Grau será considerada a publicação integral da sentença e no 2º Grau a publicação do acórdão completo para configuração do "inteiro teor".				
Situação inicial	1,6% em 2011				
Meta	Disponibilizar o inteiro teor de 100% das decisões proferidas no âmbito do TRE-AP-AP até 2013				
	LB	2012	2013	2014	2015
		90%	100%	100%	100%
Análise de 2011	Não Mensurado				
Resultado 2011	NM				

Indicador 5:	Índice de aderência ao PAC				
Objetivo Estratégico	Desenvolver competências necessárias às atividades institucionais				
O que mede	O percentual de cursos previstos no Plano Anual de Capacitação - PAC em relação ao total de cursos ministrados				
Para que medir	Avaliar o grau de priorização do PAC				
Quem mede	Secretaria de Gestão de Pessoas				
Quando medir	Anualmente				
Onde medir	Módulo "capacitação" do SGRH, PAC e Projetos				
Como medir	Total de Treinamentos do PAC Realizados (TTPR) dividido pelo Total de Treinamentos Promovidos pelo Tribunal (TPT), multiplicado por cem. Formula (TTPR/TPT)X100				
Situação inicial	Não Mensurado				
Meta	Alcançar 100% de aderência ao PAC a partir de 2013				
	LB	2012	2013	2014	2015
	100%	80%	100%	100%	100%
Análise de 2011	Não Mensurado				
Resultado 2011	NM				

Indicador 6:	Execução Orçamentária				
Objetivo Estratégico	Assegurar recursos orçamentários necessários para a execução da estratégia				
O que mede	A relação entre o valor executado do orçamento no ano corrente e o valor total do orçamento disponibilizado				
Para que medir	Verificar o grau de capacidade da justiça eleitoral para executar os recursos programados.				
Quem mede	Secretaria de de Orçamento e Finanças				
Quando medir	Anualmente, em janeiro				
Onde medir	SIAFI				
Como medir	Orçamento Executado (OE) dividido pelo Orçamento Disponibilizado (OD), multiplicado por cem. Formula (OE/OD)X100				
Situação inicial	Não Mensurado				
Meta	Executar 99% dos recursos disponibilizados, até 2015				
	LB	2012	2013	2014	2015
	99%	99%	99%	99%	99%
Análise de 2011	Não Mensurado				
Resultado 2011	NM				



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Indicador 7:	Índice de Satisfação do Cliente de TI				
Objetivo Estratégico	Garantir a infra-estrutura de TI.				
O que mede	O percentual de satisfação dos clientes de TI com os produtos, serviços e recursos (infraestrutura) oferecidos.				
Para que medir	Para conhecer a percepção do usuário quanto à qualidade dos produtos, serviços e recursos (infraestrutura) oferecidos.				
Quem mede	Secretaria de Tecnologia da Informação				
Quando medir	Anualmente, em janeiro				
Onde medir	Sistema de pesquisa de Satisfação com os Serviços de TI				
Como medir	A pesquisa questiona o nível de satisfação do cliente de TI, disponibilizando cinco opções para a escolha: Não Sabe ou Não quer Opinar (NSNO); Nada Satisfeito (NS) com peso igual a -3; Insatisfeito (IS) com peso igual a -2; Satisfeito (S) com peso igual a 1; Muito Satisfeito (MS) com peso igual a 2; e Bastante Satisfeito (BS) com peso igual a 3. O cálculo do índice é feito com a multiplicação do número de respostas pelo peso correspondente e a somatória dos valores obtidos divididos pelo número total de respostas (TR) Formula $((NSNO \times 0) + (NS \times -3) + (IS \times -2) + (S \times 1) + (MS \times 2) + (BS \times 3)) / TR$				
Situação inicial	Satisfeito				
Meta	Alcançar, até 2014, índice superior a 95% de satisfação nos serviços de TI				
	LB	2012	2013	2014	2015
	1	NM	2	2,5	3
Análise de 2011	Na medição realizada pela STI ao final do ano de 2011 alcançou-se o índice 1,4 o que remete ao conceito de SATISFEITO dos clientes de TI				
Resultado 2011	1,4 (Satisfeito)				

Indicador 8:	Percentual de Urnas Substituídas				
Objetivo Estratégico	Garantir a infra-estrutura de TI.				
O que mede	A quantidade de urnas substituídas no 1º turno das Eleições				
Para que medir	Garantir a qualidade da conservação e logística dos equipamentos utilizados, assim como evitar possibilidade de votação manual				
Quem mede	Secretaria de Tecnologia da Informação				
Quando medir	Bienalmente, em anos eleitorais				
Onde medir	Registro de substituição de urnas				
Como medir	Quantidade de Urnas Substituídas durante as Eleições (Q-UE-SUBST), dividida pela Quantidade de Urnas Disponibilizadas para as Eleições (Q-UE-DISP), considerando as de contingência, multiplicado por cem Formula $(Q-UE-SUBST / Q-UE-DISP) \times 100$				
Situação inicial	Não Mensurado				
Meta	Alcançar, em 2014 índice inferior a 0,5% de substituição de urnas				
	LB	2012	2013	2014	2015
	1%	1,2%	0,0%	<0,5	0,0%
Análise de 2011	Não Mensurado				
Resultado 2011	NM				



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Indicador 9:	Índice de disponibilidade da Rede de Comunicação com o TSE, Banco de Dados Local, intranet e internet.			
Objetivo Estratégico	Garantir a infra-estrutura de TI.			
O que mede	A disponibilidade dos Sistemas de TI,			
Para que medir	Garantir a qualidade alta disponibilidade para os sistemas permitindo que os serviços do TRE-AP para a comunidade seja prestado com celeridade e qualidade.			
Quem mede	Secretaria de Tecnologia da Informação			
Quando medir	Mensalmente			
Onde medir	Servidor de Banco de dados, Proxy, Servidor WEB, Links de Comunicação com o TSE e Internet			
Como medir	Total da subtração de 100 pelo percentual da soma das horas paradas da Rede de Comunicação de Dados com o TSE (HPRCD), Horas Paradas do Servidor de Banco de Dados (HPSBD), Horas Paradas do Servidor Web (HPSW), Horas Paradas do Servidor Proxy (HPSP), Horas Paradas do Link de Acesso a Internet (HPLAI) em relação ao total de horas do ano (THA=24*365, THA=8760) Formula $100 - (((HPRCD + HPSBD + HPSW + HPSP + HPLAI) * 100) / THA)$			
Situação inicial	Não Mensurado			
Meta	Alcançar, até 2015, disponibilidade de 99,93% ao ano dos principais Servidores, da rede de comunicação com o TSE e da Internet			
	LB	2012	2013	2014
	99,00%	NM	99,73%	99,86%
	TOTAL DE HORAS PARADAS		2015	
			12	6
Análise de 2011	Não Mensurado			
Resultado 2011	NM			

3 – ESTRUTURAS DE GOVERNANÇAS E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO:

3.1 – Estrutura de Governança e de Autocontrole de Gestão

A estrutura de autocontrole e gestão é executada primariamente na Coordenadoria de Controle Interno, que por sua vez, subordina-se hierarquicamente a Presidência deste Tribunal.

A base normativa encontra-se estabelecida no art. 70 da Constituição Federal e nos arts. 7º ao 10 da Resolução nº 406 (Regulamento da Secretaria).

A Coordenadoria de Controle Interno tem por finalidade planejar e supervisionar as atividades de fiscalização e auditoria contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, visando ao cumprimento de seus objetivos constitucionais.

Para desempenhar suas atribuições regimentais, esta coordenadoria possui 07 (sete) servidores do quadro efetivo e três Seções de apoio:

3.1.1 – Acompanhamento e Orientação da Gestão;

3.1.2 – Auditoria;

3.1.3 – Análise de Contas Eleitorais e Partidárias



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

3.1.1 - Seção de Acompanhamento e Orientação da Gestão:

Forma de atuação: Concomitante com os procedimentos administrativos

Técnica: Análises documentais (controle concomitante) nos processos de licitação, de folha de pagamento dos servidores e magistrados, de concessão de progressão e promoção dos servidores e de concessão do adicional de qualificação dos servidores.

Estrutura: 02 Servidores

3.1.2 - Seção de Auditoria

Forma de Atuação: *A posteriori*

Técnicas: Inspeção física e auditorias por meio de exames documentais, entrevistas e revisão de cálculos.

Planejamento de Auditoria: Feito de forma anual, selecionando objetos previamente avaliados levando-se em consideração a materialidade, relevância e risco, bem como para atender as demandas do CNJ e TCU.

Frente às limitações estruturais e volume de exames a serem feitos, promove-se um rodízio dos processos e áreas a serem auditados.

As auditorias são feitas por amostragem usando como critérios de definição da amostra, a materialidade, a relevância e o risco.

O processo de auditoria é iniciado por estudos para elaboração da matriz de planejamento e os procedimentos são documentados. Há emissão de diligências e relatórios prévios para manifestação dos interessados e por fim, a emissão de relatório definitivo.

Os achados são incorporados à atividade de controle concomitante com vistas ao monitoramento.

Exames permanentes: Suprimento de Fundos (controle concomitante e a *posteriori*), atos de admissão de servidores registrados no SISAC e verificação dos registros no SIAFI

Estrutura: 02 servidores.

3.1.3 - Seção de Análise de Contas Eleitorais e Partidárias

Forma de atuação: **Prévio e concomitante**

Prévio: orientações por meio de palestras, treinamentos e comunicações via *e-mail*, telefone.

Concomitante: Análise documentais dos processos das Contas Eleitorais e Partidárias:

Técnicas:

a) Contas Eleitorais:

Ministrar treinamentos aos servidores das Zonas Eleitorais sobre os sistemas eleitorais de prestação de contas e a legislação afetas a cada pleito eleitoral;

Ministrar palestras aos representantes de partidos políticos, candidatos, contadores e advogados sobre os sistemas eleitorais de prestação de contas e a legislação afetas a cada pleito eleitoral.

Análise das prestações de contas eleitorais dos candidatos, comitês financeiros e partidos políticos nas eleições gerais;



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Análise das prestações de contas eleitorais dos candidatos, comitês financeiros e partidos políticos em grau de recurso, nas eleições municipais;

b) Contas Partidárias:

Orientar os Partidos Políticos e contadores sobre a aplicação das Resoluções e sistemas do TSE referentes a prestação de contas anual dos partidos políticos.

Análise das prestações de contas anuais dos Diretórios Estaduais dos Partidos Políticos apresentadas até 30 de abril de cada ano (Lei nº 9.096/95, art. 32, caput);

Análise das prestações de contas anuais dos Diretórios Municipais dos Partidos Políticos apresentadas até 30 de abril de cada ano (Lei nº 9.096/95, art. 32, caput), considerando que as Zonas Eleitorais não contam com servidores com formação em contabilidade;

Estrutura: 02 Servidores

Esta coordenadoria é responsável pela elaboração e publicação, com periodicidade mensal, do Boletim de Controle Interno, contendo decisões recentes do TCU, TSE, CNJ sobre assuntos pertinentes às atividades deste Regional.

3.2 Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ:

Para o resultado final da avaliação do sistema de controle interno foi utilizada a metodologia de consolidação dos questionários respondidos pelos gestores dos níveis estratégicos, seguida pela inserção dos dados em planilha *Excel* com uso de fórmula estatística que mensura a frequência de cada resposta.

O Quadro, abaixo, apresenta a informação consolidada da situação do controle interno no Tribunal, contemplando os seguintes elementos:

- a) Ambiente de controle;
- b) Avaliação de risco;
- c) Procedimentos de controle;
- d) Informação e Comunicação;
- e) Monitoramento.

Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.		X			
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			X		
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.		X			
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				X	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Monitoramento					
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
Análise Crítica: Excetuando o item: “Informação e Comunicação” que no compute geral obteve média 04 (quatro), demais itens serão objeto de averiguações para identificação e diminuição dos pontos negativos e melhoria continua dos pontos positivos.					
Escala de valores da Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria . (3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria . (5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

3.4 Informações sobre a estrutura e as atividades do sistema de correição.

A natureza do presente relatório tem como finalidade retratar as principais atividades executadas durante o exercício, bem como prestar informações sobre a execução orçamentária, estrutura de pessoal, além de informações contábeis, com o propósito de dar maior transparência aos atos e fatos praticados pela Administração.

As competências regimentais e as atribuições regulamentares da Corregedoria Regional Eleitoral possuem como objetivo a melhoria da eficiência e efetividade do trâmite processual nas zonas eleitorais, além de desenvolver ações de fiscalização e controle e, portanto, não participa de forma direta nos atos de gestão pessoal, orçamentária e contábil.

4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1. Relação dos Programas do Plano Plurianual vigente que estiveram integral ou parcialmente na responsabilidade da unidade jurisdicionada ou de unidade consolidada no relatório de gestão, especificando:

a) Identificação do programa;

De acordo com a Lei Orçamentária Anual – LOA/2012, o TRE/AP executou orçamento contemplado em dois Programas de Governo: 0570 - Gestão e Administração do Programa e 0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União, no montante final de R\$



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

44.049.924,00 (quarenta e quatro milhões e quarenta e nove mil e novecentos e vinte e quatro reais), a saber:

Quadro A.4.5 – Programa de Governo constante do PPA – de Gestão e Manutenção.

Identificação do Programa de Governo						
Código Programa		89				
Título		Previdência de Inativos e Pensionistas da União				
Órgão Responsável		Justiça eleitoral				
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
741.000,00	735.030,00	735.029,23	735.029,23	-	-	735.029,23

Identificação do Programa de Governo						
Código Programa		570				
Título		Gestão do Processo Eleitoral				
Órgão Responsável		Justiça Eleitoral				
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
33.271.543,00	43.314.894,00	49.345.310,15	45.570.800,80	4.000,00	3.774.509,35	45.566.800,80

Fonte: SIAFI

Dotação Final: LOA (+) Créditos Suplementares/Extraordinários (-) Créditos Cancelados.

Apesar de ter havido acréscimos significativos entre a dotação inicial e final, no programa Gestão do Processo Eleitoral, não houve ocorrências que tenham influenciado negativamente na programação e execução orçamentária e financeira. Tais incrementos ocorreram na maior intensidade no Grupo de Despesa Pessoal e Encargos Sociais.

Ademais, o valor da dotação final é inferior ao valor das despesas empenhadas em razão dos acréscimos de dotação decorrentes de provisões por parte do Tribunal Superior Eleitoral, na ação 4269 - Pleitos Eleitorais, no montante de R\$ 6.164.167,07 (seis milhões e cento e sessenta e quatro mil e cento e quarenta e sete reais e sete centavos), visando à realização das Eleições Municipais de 2012.

b) Informações sobre a programação e a execução orçamentária e financeira relativa ao programa;

No exercício de 2012, o Tribunal Regional Eleitoral do Amapá desenvolveu suas ações através da programação orçamentária, adotando um rol de prioridades na análise das demandas pela finalidade dos gastos. Em relação à execução, a participação de todos os setores que compõem a Secretaria do Tribunal e Zonas Eleitorais foi de suma importância, isto porque a integração e comprometimento de todos no processo de elaboração da Proposta Orçamentária, bem



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

como no controle e execução da Lei Orçamentária Anual – LOA/2012 viabilizou projetos voltados à satisfação dos interesses dos eleitores e sociedade de modo geral.

Através da Medida provisória nº 598, de 27/12/2012, a Presidenta da República abriu Crédito Extraordinário, em favor de diversos órgãos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, reaberto por meio da Portaria TSE nº 69, de 14/02/2013, cabendo a esta UJ o valor de R\$ 266.646,00 (duzentos e sessenta e seis mil e seiscentos e quarenta e seis reais), no programa Gestão do Processo Eleitoral.

Ressalte-se que houve cancelamento de créditos no montante de R\$ 33.246,00 (trinta e três mil e duzentos e quarenta e seis reais), mas que não impactaram de forma negativa a programação e a execução da despesa, tendo em vista tratar-se de adequação dos valores consignados a este Regional.

c) Avaliação dos resultados dos indicadores associados ao programa;

A avaliação dos resultados dos indicadores associados aos programas tem por objetivo obter informações úteis e reais sobre a evolução das políticas e programas, identificando lacunas, limitações, potencialidades e alternativas, fornecendo aos tomadores de decisão subsídios adequados para aprimorar o funcionamento do Governo, através de análise das políticas públicas e dos Programas com seus respectivos atributos.

Esse processo de avaliação também contribui para aumentar o controle público sobre o Estado na medida em que comunica seus resultados e promove a participação social na apreciação das ações de Governo.

As informações sobre os resultados alcançados, relativas ao programa Gestão e Administração do Programa são prestadas de forma consolidada para toda a Justiça Eleitoral pelo Tribunal Superior Eleitoral, por ser a Corte Superior a responsável pelo gerenciamento do Programas de Governo inscrito na Lei 12.593/2012, que aprovou o Plano Plurianual para o período 2012/2015.

Da mesma forma, em relação ao programa Previdência de Inativos e Pensionistas da União não compete a esta UJ prestar tais informações.

d) Reflexos de contingenciamentos sobre os resultados dos programas;

As ações programadas sofreram cortes em virtude da política de contenção de gasto imposta pelo Governo Federal, cabendo a este Tribunal um contingenciamento no valor de R\$ 84.567,00 (oitenta e quatro mil e quinhentos e sessenta e sete reais), influenciando na tomada de decisão, e impactando a execução orçamentária. Entretanto, foram desenvolvidas com segurança, com custos operacionais reduzidos, frente à necessidade de eleição de prioridades decorrente da limitação existente. Referido recurso foi descontinenciado no segundo semestre, permitindo a retomada de decisão, quanto à execução nos moldes do planejamento orçamentário.

e) Reflexos dos restos a pagar na execução dos programas;

No Programa Gestão do Processo Eleitoral, R\$ 3.778.509,35 (três milhões e setecentos e setenta e oito mil e quinhentos e nove reais e trinta e cinco centavos) foram inscritos em Restos a Pagar, representando 7,66 % do total da despesa empenhada.

Desse montante, R\$ 2.120.524,31 (dois milhões e cento e vinte mil e quinhentos e vinte quatro reais e trinta e um centavos) se refere a despesa com Pessoal e Encargos Sociais, resultado de Créditos Suplementares ocorridos somente no final do exercício para atendimento das



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

despesas obrigatórias com pagamento de folha ordinária do exercício, bem como passivos devidos aos servidores.

O saldo restante R\$ 1.657.985,04 (um milhão e seiscentos e cinquenta e sete mil e novecentos e oitenta e cinco reais e quatro centavos) se refere a outras despesas correntes. Alguns fatores contribuíram para essa inscrição em restos a pagar, tais como o contingenciamento imposto pelo Governo Federal, conclusão de procedimentos licitatórios, especialmente em relação à reforma e adaptação da Sede do Tribunal e Cartórios Eleitorais da Capital, que tiveram seus prazos adiados em função das Eleições Municipais de 2012. Não obstante, houve atraso no Procedimento Licitatório realizado pelo TRE/PA para compra de ônibus para itinerantes, do qual esta UJ estava em processo de adesão, provocando também postergação na execução orçamentária da despesa empenhada.

Faz-se necessário destacar que referidos montantes não refletiram negativamente na gestão, pois as ações orçamentárias estabelecidas na LOA/2012 foram executadas de forma a evidenciar o planejamento estratégico para o exercício.

4.2. Informações Sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ.

Em atenção ao contido na Lei nº 11.653/2008 (PPA 2008/2011) e no artigo 3º do Decreto nº 6.601/2008 (Dispõe sobre a gestão do Plano Plurianual 2008-2011 e de seus programas), o Tribunal Superior Eleitoral editou as Portarias TSE nº 779/2008 e 181/2009, que designam o Diretor Geral do TSE responsável pelo Gerenciamento do Programa 0570 – Gestão do Processo Eleitoral, e os titulares das Unidades Administrativas de cada Regional como Coordenadores de ações orçamentárias no âmbito da Justiça Eleitoral, responsáveis pelo acompanhamento e controle da execução física e financeira do Programa, bem como das ações a ele vinculadas, em atenção ao contido na Lei 11.653/2008 e no artigo 3º do Decreto 6.601/2008.

Referidas Portaria ainda estão em vigor, apesar da implantação do módulo de acompanhamento orçamentário do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP e da publicação da Lei 12.593/2012, que aprovou o Plano Plurianual para o período 2012/2015.

De acordo com o artigo 2º das referidas Portarias, os Coordenadores de Ações são os titulares das Unidades Administrativas de cada Tribunal. No caso deste Regional, são os seguintes:

- Diretora Geral: Ampliação de Cartório Eleitoral do Município de Amapá - AP;
- Secretária de Administração e Orçamento: Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral;
- Secretária de Gestão de Pessoas: Assistência Pré-Escolar, Auxílio Transporte, Auxílio-Alimentação, Capacitação de Recursos Humanos, Assistência Médica e Odontológica, Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do Regime de Previdência, Pagamento de Pessoal Ativo da União e Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis.

Ressalte-se que este Regional recebeu, ainda, com a aprovação da Lei Orçamentária Anual – LOA/2012, dotação orçamentária na ação 2549 – Comunicação e Divulgação Institucional. Apesar de não constar nas mencionadas portarias, ficaram sob a coordenação da Diretoria Geral.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Em que pese o gerenciamento do programa 0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União não estar sob responsabilidade data UJ, houve crédito orçamentário consignado na LOA/2012, permitindo inclusão nas análises concernentes às ações deste órgão.

Relação das Ações da Lei Orçamentária Anual do exercício que estiveram integral ou parcialmente na responsabilidade da unidade jurisdicionada ou de unidade consolidada no relatório de gestão, especificando:

- a) Função, subfunção e programa de vinculação da ação;
- b) Metas e desempenhos físicos e financeiros;

Quadro A.4.6 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		09.272.0089.0181				
Descrição		PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - SERVIDORES CIVIS				
Unidade Responsável		Justiça Eleitoral				
Unidade Orçamentária		Tribunal Regional Eleitoral do Amapá				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Inal	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
741.000,00	735.030,00	735.029,23	735.029,23	-		
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			revista	realizada	revista	realizada
-	-	-	-	-	735.030,00	735.029,23

Fonte: SIAFI

Nota: não há previsão de execução física na LOA



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Identificação da Ação						
Código		02.122.0570.09HB				
Descrição		CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS				
Unidade Responsável		Justiça Eleitoral				
Unidade Orçamentária		Tribunal Regional Eleitoral do Amapá				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Iinal	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.813.326,00	3.171.227,00	3.171.227,00	3.154.182,04	-	17.044,96	3.154.182,04
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			revista	ealizada	revista	ealizada
	-				3.171.227,00	3.154.182,04

Fonte: SIAFI

Nota: não há previsão de execução física na LOA

Identificação da Ação						
Código		02.122.0570.14IZ				
Descrição		AMPLIAÇÃO DE CARTÓRIO ELEITORAL DO MUNICÍPIO DE AMAPÁ – AP				
Unidade Responsável		Justiça Eleitoral				
Unidade Orçamentária		Tribunal Regional Eleitoral do Amapá				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
113.105,00	113.105,00	112.994,55	59.818,61	-	53.175,94	59.818,61
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			prevista	realizada	prevista	realizada
	Percentual de Execução		100	70	113.105,00	59.818,61

Fonte: SIAFI

Identificação da Ação	
Código	02.301.0570.2004
Descrição	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES
Unidade Responsável	Justiça Eleitoral
Unidade Orçamentária	Tribunal Regional Eleitoral do Amapá



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
660.080,00	780.244,00	780.244,00	779.537,93	-	706,07	779.537,93
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Pessoa Beneficiada	Unidade	454	453	780.244,00	779.537,93

Fonte: SIAFI

Identificação da Ação						
Código		02.365.0570.2010				
Descrição		ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORESE EMPREGADOS				
Unidade Responsável		Justiça Eleitoral				
Unidade Orçamentária		Tribunal Regional Eleitoral do Amapá				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
292.674,00	339.882,00	329.477,16	329.477,16	-	-	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Criança Atendida	Unidade	54	53	339.882,00	329.477,16

Fonte: SIAFI

Identificação da Ação						
Código		02.331.0570.2011				
Descrição		AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS				
Unidade Responsável		Justiça Eleitoral				
Unidade Orçamentária		Tribunal Regional Eleitoral do Amapá				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
12.000,00	524,00	-	-	-	-	



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Servidor Beneficiado	Unidade	6	-	524,00	-

Fonte: SIAFI

Identificação da Ação						
Código		02.306.0570.2012				
Descrição		AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS				
Unidade Responsável		Justiça Eleitoral				
Unidade Orçamentária		Tribunal Regional Eleitoral do Amapá				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.278.000,00	1.278.000,00	1.278.000,00	1.278.000,00	-	-	1.278.000,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Servidor Beneficiado	Unidade	150	148	1.278.000,00	1.278.000,00

Fonte: SIAFI

Identificação da Ação						
Código		02.122.0570.20GP				
Descrição		JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTIÇA ELEITORAL				
Unidade Responsável		Justiça Eleitoral				
Unidade Orçamentária		Tribunal Regional Eleitoral do Amapá				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
6.907.626,00	7.655.620,00	7.658.544,60	6.152.907,14	4.000,00	1.505.637,46	6.148.907,14
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
-	-	-	-	-	7.655.620,00	6.148.907,14

Fonte: SIAFI

Nota: não há previsão de execução física na LOA



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Identificação da Ação						
Código		02.122.0570.20TP				
Descrição		PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIÃO				
Unidade Responsável		Justiça Eleitoral				
Unidade Orçamentária		Tribunal Regional Eleitoral do Amapá				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
20.904.732,00	29.587.640,00	29.587.640,00	27.484.160,65	-	2.103.479,35	27.484.160,65
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
-	-	-	-	-	29.587.640,00	27.484.160,65

Fonte: SIAFI

Nota: não há previsão de execução física na LOA

Identificação da Ação						
Código		02.131.0570.2549				
Descrição		COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL				
Unidade Responsável		Justiça Eleitoral				
Unidade Orçamentária		Tribunal Regional Eleitoral do Amapá				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
80.000,00	80.000,00	54.867,39	54.867,39	-	-	54.867,39
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Matéria Veiculada	Unidade	4	4	80.000,00	54.867,39

Fonte: SIAFI

Identificação da Ação	
Código	02.128.0570.4091
Descrição	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
Unidade Responsável	Justiça Eleitoral
Unidade Orçamentária	Tribunal Regional Eleitoral do Amapá



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
210.000,00	210.000,00	208.148,38	206.054,03	-	2.094,35	206.054,03
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Servidor Capacitado	Unidade	154	154	210.000,00	206.054,03

Fonte: SIAFI

Identificação da Ação						
Código		02.161.0570.4269				
Descrição		PLEITOS ELEITORAIS				
Unidade Responsável		Justiça Eleitoral				
Unidade Orçamentária		Tribunal Regional Eleitoral do Amapá				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	6.164.167,07	6.071.795,85	-	92.371,22	6.071.795,85
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

Nota: Valor provisionado pelo Tribunal Superior Eleitoral.

c) Reflexos de contingenciamentos sobre os resultados das ações;

Houve contingenciamento na ação 20GP - JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTIÇA ELEITORAL, categoria de gasto INVESTIMENTO, no montante de R\$ 84.567,00 (oitenta e quatro mil e quinhentos e sessenta e sete reais), levando o gestor a tomar decisões visando adequação do limite imposto ao Planejamento Estratégico para 2012. Entretanto, não houve prejuízo à UJ, por conta do descontingenciamento ocorrido no segundo semestre, permitindo a execução da ação.

d) Reflexos dos restos a pagar na execução das ações.

Em relação à execução por Grupo e Elemento de Despesa, dos créditos originários da UJ, evidenciaram-se os três maiores volumes de execução, por grupo de despesa.

Merece destaque o valor das Despesas de Exercícios Anteriores que se refere a pagamento de passivos de quintos. No exercício 2012 foi disponibilizado nesta rubrica o total de R\$ 11.667.096,67 (onze milhões e seiscentos e sessenta e sete mil e noventa e seis reais e sessenta e



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

sete centavos), sendo realizado R\$ 9.546.572,36 (nove milhões e quinhentos quarenta e seis mil e quinhentos e setenta e dois reais e trinta e seis centavos) e inscrito em Restos a pagar o valor de R\$ 2.120.524,31 (dois milhões e cento e vinte mil e quinhentos e vinte e quatro reais e trinta e um centavos), esclarecendo que o saldo do passivo de quintos antes da inscrição dos Restos a Pagar era de R\$ 5.852.002,69 (cinco milhões e oitocentos e cinquenta e dois mil e dois reais e sessenta e nove centavos).

4.3. Demonstração e análise do desempenho da unidade na execução orçamentária e financeira:

a) Identificação das unidades orçamentárias (UO) consideradas no relatório de gestão;

Quadro A.4.7 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Tribunal Regional Eleitoral do Amapá	14128	14129

b) Programação orçamentária das despesas correntes, de capital e da reserva de contingência

Valores em R\$ 1,00

Quadro A.4.8 – Programação de Despesas Correntes

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesas Correntes					
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
2012		2011		2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO		24.459.058,00	23.680.677,00			8.692.464,78	9.674.498,28
	PLOA		24.459.058,00	23.680.677,00			9.066.320,00	8.381.845,00
	LOA		24.459.058,00	23.680.677,00			9.066.320,00	8.381.845,00
CRÉDITOS	Suplementares		9.056.609,00	2.820.000,00			167.372,00	63.010,00
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados		21.770,00				11.476,00	130.500,00
Outras Operações								
Total			57.952.955,00	50.181.354,00			18.288.536,00	16.696.200,00

Fonte: SIGEPRO, SIAFI, SIAFI GERENCIAL.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Quadro A.4.9 – Programação de Despesas de Capital

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa de Capital					
			4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO		2.025.710,00	2.630.643,00		500.000,00		
	PLOA		487.165,00	311.800,00				
	LOA		487.165,00	1.511.800,00				
CRÉDITOS	Suplementares		580.000,00	64.000,00				
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos	266.646,00					
		Reabertos						
Créditos Cancelados								
Outras Operações								
Total			1.820.976,00	1.887.600,00				

Fonte: SIGPRO, SIAFI, SIAFI GERENCIAL

Quadro A.4.10 – Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO		33.151.522,78	33.355.175,28	2.025.710,00	3.130.643,00		
	PLOA		33.525.378,00	32.062.522,00	487.165,00	311.800,00		
	LOA		33.525.378,00	32.062.522,00	487.165,00	1.511.800,00		
CRÉDITOS	Suplementares		9.223.981,00	2.883.010,00	580.000,00	64.000,00		
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraord inários	Abertos			266.646,00			
		Reabertos						
	Créditos Cancelados		33.246,00	130.500,00				
Outras Operações								
Total			76.241.491,00	66.877.554,00	1.820.976,00			

Fonte: SIGPRO, SIAFI, SIAFI GERENCIAL.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

c) Demonstração dos limites impostos por cronograma de desembolso definido pelos órgãos competentes, explicitando o impacto das limitações na execução das ações de responsabilidade da unidade jurisdicionada.

O cronograma de desembolso da UJ ocorre mensalmente, através de repasse do órgão setorial – TSE, conforme execução programada. Não houve limitações que prejudicassem a execução das ações.

d) Movimentação de créditos interna e externa;

Quadro A.4.11 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos						
	Recebidos	14101	14128	14.128.021.22.20GP			306.800,52
	Recebidos	14101	14128	14.128.021.22.4269	816.238,00		2.828.421,00
Movimentação Externa	Concedidos						
	Recebidos						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
		Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos						
	Recebidos						
Movimentação Externa	Concedidos						
	Recebidos						

Fonte: SIAFI.

Quadro A.4.12 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	5.112.970,21	5.301.892,44	5.112.970,21	5.301.892,44
a) Convite	12.315,11	24.954,53	12.315,11	24.954,53
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão	5.100.655,10	5.276.937,91	5.100.655,10	5.276.937,91
e) Concurso				



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

f) Consulta				
2. Contratações Diretas (g+h)	1.406.832,94	582.470,17	1.402.832,94	582.470,17
g) Dispensa	902.607,59	130.620,25	898.607,59	130.620,25
h) Inexigibilidade	504.225,35	451.849,92	504.225,35	451.849,92
3. Regime de Execução Especial	36.784,06	57.788,00	36.784,06	57.788,00
i) Suprimento de Fundos	36.784,06	57.788,00	36.784,06	57.788,00
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	33.348.169,06	28.269.871,60	33.348.169,06	28.210.143,66
j) Pagamento em Folha	32.980.849,08	27.668.884,55	32.980.849,08	27.668.884,55
k) Diárias	367.319,98	600.987,05	367.319,98	541.259,11
5. Outros		99.635,34		
6. Total (1+2+3+4+5)	39.904.756,27	34.311.657,52	39.900.756,27	34.152.294,27

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Quadro A.4.14 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação

O quadro abaixo demonstra a execução dos valores recebidos do TSE por meio de movimentação de crédito na ação Pleitos Eleitorais, para custeio das eleições municipais de 2012.

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	1.369.134,36	-	1.369.134,36	-
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão	1.369.134,36		1.369.134,36	
e) Concurso				
f) Consulta				
2. Contratações Diretas (g+h)	101.520,84	-	101.520,84	-
g) Dispensa	78.219,28		78.219,28	
h) Inexigibilidade	23.301,56		23.301,56	
3. Regime de Execução Especial	594.495,36	-	594.495,36	-
i) Suprimento de Fundos	594.495,36		594.495,36	
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	3.644.415,55	-	3.644.415,55	-
j) Pagamento em Folha	2.688.114,00		2.688.114,00	
k) Diárias	956.301,55		956.301,55	



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

5. Outros				
6. Total (1+2+3+4+5)	5.709.566,11	-	5.709.566,11	-

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Quadro A.4.15 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Valores em R\$

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1 – Despesas de Pessoal								
Outras Desp Variáveis- P. Civil	2.669.654,83		2.669.654,83				2.669.654,83	
Obrigações Patronais	18.459,17		18.459,17				18.459,17	
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3 – Outras Despesas Correntes								
Material de Consumo	992.340,38		913.812,49				913.812,49	
Outros Serv Terc - P. Jurídica	726.301,09	62.329,17	691.389,65		34.911,44	62.329,17	691.389,65	
Outros Serv Terc - P. Física	598.201,54		598.201,54				598.201,54	
Demais elementos do grupo	1.330.128,66		1.320.220,66		9.908,00		1.320.220,66	
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4 – Investimentos								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5 – Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: SIAFI Gerencial

Nota:

R\$-62.329,17 – valor recebido do TSE no exercício-2011, para execução do contrato com a empresa HUGHES TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL LTDA. Em 2012 ocorreu pagamento no valor de R\$-57.542,70, restando ainda R\$-4.786,47, que se encontra aguardando a fatura a ser encaminhada pela empresa.

R\$-34.911,44 – valor descentralizado pelo TSE no exercício 2012 e inscritos em RP não processados, conforme detalhado abaixo:

R\$-30.976,11 – descentralização recebida na ação 127- TSE Redesat, para transmissão de dados e telecomunicações, empenhados em favor da empresa HUGHES TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL LTDA.

R\$-3.935,33 – descentralização de crédito na ação Pleitos Eleitorais, inscrita em Restos a Pagar não processados em favor da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, enquanto aguarda a emissão de fatura dos serviços realizados em 2012.

e) Execução das despesas por modalidade de licitação e por elementos de despesa;

Quadro A.4.12 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	5.112.970,21	24.954,53	5.112.970,21	5.301.892,44
a) Convite	12.315,11	24.954,53	12.315,11	24.954,53
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão	5.100.655,10		5.100.655,10	5.276.937,91
e) Concurso				
f) Consulta				
2. Contratações Diretas (g+h)	1.406.832,94	582.470,17	1.402.832,94	582.470,17
g) Dispensa	902.607,59	130.620,25	898.607,59	130.620,25
h) Inexigibilidade	504.225,35	451.849,92	504.225,35	451.849,92
3. Regime de Execução Especial	36.784,06	57.788,00	36.784,06	57.788,00
i) Suprimento de Fundos	36.784,06	57.788,00	36.784,06	57.788,00



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

4. Pagamento de Pessoal (j+k)	33.348.169,06	28.210.143,66	33.348.169,06	28.210.143,66
j) Pagamento em Folha	32.980.849,08	27.668.884,55	32.980.849,08	27.668.884,55
k) Diárias	367.319,98	541.259,11	367.319,98	541.259,11
5. Outros				
6. Total (1+2+3+4+5)	39.904.756,27	28.875.356,36	39.900.756,27	34.152.294,27

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Quadro A.4.13 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Venc e Vant Fixas-Pessoal Civil	19.410.624,72	18.922.311,19	19.410.624,72	18.922.311,19			19.410.624,72	18.922.311,19
Despesas de Exerc Anteriores	9.546.572,36	3.482.549,60	7.426.048,05	3.482.549,60	2.120.524,31		7.426.048,05	3.482.549,60
Obrigações Patronais	3.037.709,58	2.931.553,67	3.037.709,58	2.931.553,67			3.037.709,58	2.931.553,67
Demais elementos do grupo	1.498.989,57	1.063.269,77	1.498.989,57	1.063.269,77			1.498.989,57	1.063.269,77
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes								
Locação de mão-de-obra	3.324.784,27	2.945.716,77	3.230.445,05		94.339,22		3.230.445,05	
Outros Serv de Terc - P. Jurídica	2.871.699,49	2.605.324,52	2.414.973,04		456.726,45		2.414.973,04	
Auxílio-alimentação	1.243.508,07	1.035.795,37	1.243.508,07				1.243.508,07	
Demais elementos do grupo	1.744.311,10	1.783.026,20	1.692.841,87		51.469,23		1.688.841,87	
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

f) Demonstração e análise de indicadores institucionais para medir o desempenho orçamentário e financeiro, caso tenham sido instituídos pela unidade.

Análise da execução do conjunto das ações de responsabilidade da UJ

Em cumprimento às Resoluções do Conselho Nacional de Justiça - CNJ nº 79 e 102, por meio das informações extraídas do SIAFI, a UJ disponibilizou o acompanhamento das ações consignadas no orçamento de 2012, através de relatórios da execução orçamentária, disponíveis na internet, em ícone intitulado Portal da Transparência. Tais informações possibilitaram a divulgação, em tempo real, das atividades da UJ, alusivas à gestão orçamentária e financeira, aos quadros de pessoal e respectivas estruturas remuneratórias.

O acompanhamento mensal das metas pré-estabelecidas possibilitou um diagnóstico em relação à sua execução, permitindo correção no caso de possíveis restrições ou falha de desempenho. Essas informações foram de essencial importância para o gerenciamento do orçamento. Vale salientar que as metas previstas para as ações relativas às despesas obrigatórias – benefícios concedidos (transporte, alimentação, pré-escolar, assistência médica e odontológica), são estipulados pela Secretaria de Orçamento Federal, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e são baseadas em informações que são prestadas constantemente ao Tribunal Superior Eleitoral.

Referidas informações foram lançadas no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, em substituição ao SIGPLan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento, do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão.

Como indicadores de desempenho físico e financeiro, foram adotados o percentual de eficiência e eficácia das ações com previsão de execução física na LOA, onde:

EFLOA- Eficiência em relação à meta na LOA (Valor da Dotação Atual / Meta Física na LOA) / (Valor Liquidado / Meta Física Realizada);



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Quadro Próprio XIII- ECREP- Eficácia (Meta Física Realizada / Meta Física Reprogramada).

AÇÃO	EFICIÊNCIA %	EFICÁCIA %
14IZ - Ampliação de Cartório Eleitoral do Município de Amapá – AP	132,36	70,00
2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores e seus Dependentes	99,87%	99,78
2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores	101,25	98,15
2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	0	0
2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	98,67	98,67
2549 - Comunicação e Divulgação Institucional	145,81	100,00
4091 - Capacitação de Recursos Humanos	101,92	100,00

Fonte: SIOP – Módulo de Acompanhamento Orçamentário.

O desempenho físico e financeiro das ações com previsão de execução física na LOA/2012, sob o ponto de vista da eficiência e eficácia, demonstra responsabilidade na gestão, com exceção da ação Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados, que não houve execução física em virtude de ausência de solicitação do referido auxílio por parte do servidor. Observa-se que as alterações nos critérios de concessão do auxílio-transporte vêm ocasionando desinteresse dos servidores em aderir ao benefício.

Merece observação a ação Ampliação de Cartório Eleitoral do Município de Amapá – AP, que aponta para o percentual de eficiência de 132,36% em virtude da execução física de 70% e execução financeira de 52,89%. Entretanto, não houve prejuízo do ponto de vista do desempenho da referida ação, tendo em vista o cronograma de execução física e financeira da obra estar dentro dos parâmetros apresentados nas medições apresentadas pelo Setor de Engenharia e Fiscais da obra.

No que tange à ação Comunicação e Divulgação Institucional, a execução orçamentária (68,58%) em relação ao crédito consignado na LOA/2012 resultou no indicador de eficiência - (R\$ 80.000/4)/(R\$ 54.867/4) – de 145,81%. Entretanto, não prejudicou a realização da meta física programada, de 04 (quatro) matérias veiculadas, o que culminou com o percentual de eficácia de 100%.

De modo geral, as ações consignadas no orçamento 2012 atingiram plenamente sua capacidade de execução, pois foram executadas de forma eficiente e eficaz, não representando problemas em termos orçamentários, haja vista que a execução da despesa consubstanciou-se na dotação orçamentária. Isso reflete um adequado planejamento e satisfatório gerenciamento da UJ.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

5.1. Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

Quadro A.5.1. - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
212121100		PESSOAL A PAGAR POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS/RECURSOS			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2011	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2012
070029	03733645200			100.661,54	100.661,54
070029	04397827249			116.560,29	116.560,29
070029	04457595268			84.173,40	84.173,40
070029	04520173272			70.506,21	70.506,21
070029	05544726272			147.438,83	147.438,83
070029	05875768800			122.874,89	122.874,89
070029	06788661200			105.796,45	105.796,45
070029	09779639268			112.402,61	112.402,61
070029	11990791204			15.497,07	15.497,07
070029	12617326268			131.444,10	131.444,10
070029	12719102253			143.113,92	143.113,92
070029	13868764291			29.006,81	29.006,81
070029	14629461272			56.804,95	56.804,95
070029	15251578253			107.800,51	107.800,51
070029	17176913234			25.833,81	25.833,81
070029	17977550210			97.580,94	97.580,94
070029	20861516249			70.097,35	70.097,35
070029	20927355272			121.101,67	121.101,67
070029	21065152272			173.769,55	173.769,55
070029	22056084368			50.486,06	50.486,06
070029	22606327268			15.049,00	15.049,00
070029	22630511200			137.801,88	137.801,88
070029	22652221272			87.721,39	87.721,39
070029	22730710272			115.002,82	115.002,82
070029	24697826272			118.439,71	118.439,71
070029	26265923315			101.140,71	101.140,71
070029	26640937387			115.407,65	115.407,65
070029	29825270225			53.704,74	53.704,74
070029	31614175268			122.478,84	122.478,84



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
212121100		PESSOAL A PAGAR POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS/RECURSOS			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2011	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2012
070029	31625797249			119.202,92	119.202,92
070029	32487878215			44.971,72	44.971,72
070029	33056226287			111.437,86	111.437,86
070029	33377120297			105.668,64	105.668,64
070029	34145818253			100.896,13	100.896,13
070029	34172645291			74.478,24	74.478,24
070029	34177817287			120.002,92	120.002,92
070029	34208712287			83.533,57	83.533,57
070029	34362789391			61.173,90	61.173,90
070029	35383950206			145.324,56	145.324,56
070029	36644846572			118.682,34	118.682,34
070029	37028162168			11.192,78	11.192,78
070029	37873067300			138.141,04	138.141,04
070029	38527693372			140.489,01	140.489,01
070029	38812070310			26.158,93	26.158,93
070029	38838028249			109.446,16	109.446,16
070029	39886310197			101.839,37	101.839,37
070029	41551460297			150.517,26	150.517,26
070029	43204368220			71.461,49	71.461,49
070029	43221700210			4.792,67	4.792,67
070029	43224660287			112.237,49	112.237,49
070029	43267831253			144.281,56	144.281,56
070029	45495408691			131.949,69	131.949,69
070029	45497443320			100.782,24	100.782,24
070029	48027871387			35.832,80	35.832,80
070029	56187289234			30.248,44	30.248,44
070029	56771797791			65.705,35	65.705,35
070029	59623667434			87.945,32	87.945,32
070029	61147826820			102.873,54	102.873,54
070029	73050563753			93.381,40	93.381,40
070029	85666475720			87.021,63	87.021,63
070029	86754602449			61.809,90	61.809,90
070029	97593591891			208.824,12	208.824,12



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
212121100		PESSOAL A PAGAR POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS/RECURSOS			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2011	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2012
070029	00081043287			6.825,10	6.825,10
070029	00528395327			440,02	440,02
070029	01711865249			2.747,70	2.747,70
070029	01733252380			2.711,17	2.711,17
070029	01998203921			5.438,83	5.438,83
070029	02439743291			2.615,02	2.615,02
070029	02657997910			7.037,15	7.037,15
070029	02725099498			2.393,36	2.393,36
070029	02798888999			353,85	353,85
070029	03733645200			7.272,20	7.272,20
070029	04200560259			3.474,44	3.474,44
070029	04218566291			1.854,58	1.854,58
070029	04397827249			7.272,20	7.272,20
070029	04449125410			6.166,58	6.166,58
070029	04457595268			7.272,20	7.272,20
070029	04520173272			7.272,21	7.272,21
070029	05544726272			7.272,20	7.272,20
070029	05875768800			7.272,21	7.272,21
070029	05908833215			2.046,45	2.046,45
070029	06082087607			1.062,96	1.062,96
070029	06674445215			2.805,27	2.805,27
070029	06683169268			4.864,12	4.864,12
070029	06788661200			7.272,20	7.272,20
070029	06790283234			7.272,21	7.272,21
070029	08054177291			5.940,92	5.940,92
070029	08137366253			1.941,23	1.941,23
070029	08137471200			1.259,67	1.259,67
070029	09779639268			7.272,20	7.272,20
070029	09841105268			3.790,43	3.790,43
070029	10748245200			7.272,20	7.272,20
070029	11990791204			7.272,21	7.272,21
070029	12617326268			7.272,20	7.272,20
070029	12719102253			7.272,21	7.272,21



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
212121100		PESSOAL A PAGAR POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS/RECURSOS			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2011	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2012
070029	13868764291			7.272,21	7.272,21
070029	14359065272			7.272,20	7.272,20
070029	14629461272			7.272,20	7.272,20
070029	14882116200			7.272,21	7.272,21
070029	15251578253			6.499,67	6.499,67
070029	16363574234			4.370,53	4.370,53
070029	16376242200			1.034,28	1.034,28
070029	16390709234			7.272,21	7.272,21
070029	17176913234			7.272,21	7.272,21
070029	17864739253			3.496,52	3.496,52
070029	17977550210			7.272,20	7.272,20
070029	18952119215			3.396,60	3.396,60
070029	20130198404			7.272,21	7.272,21
070029	20300778368			190,03	190,03
070029	20861516249			7.272,20	7.272,20
070029	20902425234			190,03	190,03
070029	20907583253			7.272,20	7.272,20
070029	20927355272			7.272,20	7.272,20
070029	20940106272			593,63	593,63
070029	20973543272			7.046,15	7.046,15
070029	21017042268			6.698,93	6.698,93
070029	22056084368			7.272,21	7.272,21
070029	22606327268			7.272,20	7.272,20
070029	22609504268			4.959,50	4.959,50
070029	22623426287			3.187,72	3.187,72
070029	22630511200			7.272,21	7.272,21
070029	22652221272			7.272,20	7.272,20
070029	22730710272			7.272,21	7.272,21
070029	22776630263			7.272,21	7.272,21
070029	24697826272			7.272,21	7.272,21
070029	25140833204			4.439,45	4.439,45
070029	26265923315			7.272,21	7.272,21
070029	26640937387			7.272,21	7.272,21



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
212121100		PESSOAL A PAGAR POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS/RECURSOS			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2011	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2012
070029	27443191391			4.383,33	4.383,33
070029	27895560832			101,27	101,27
070029	29825270225			7.272,20	7.272,20
070029	30212774387			26,81	26,81
070029	30254183204			7.272,20	7.272,20
070029	30289629268			4.033,87	4.033,87
070029	31614175268			7.272,20	7.272,20
070029	31627293272			7.272,21	7.272,21
070029	31637795220			619,58	619,58
070029	31796362204			7.272,21	7.272,21
070029	32487878215			7.272,21	7.272,21
070029	33056226287			7.272,20	7.272,20
070029	33070466249			7.272,21	7.272,21
070029	33227110130			4.058,66	4.058,66
070029	33235708120			4.051,09	4.051,09
070029	33377120297			7.272,21	7.272,21
070029	34145818253			7.272,21	7.272,21
070029	34172645291			7.321,00	7.321,00
070029	34177817287			7.272,20	7.272,20
070029	34182942272			3.222,80	3.222,80
070029	34208712287			7.272,21	7.272,21
070029	34230351291			1.854,03	1.854,03
070029	35383950206			7.272,20	7.272,20
070029	35507853304			7.272,20	7.272,20
070029	36644846572			7.272,20	7.272,20
070029	37028162168			7.272,21	7.272,21
070029	37180568287			376,55	376,55
070029	37873067300			7.272,20	7.272,20
070029	38527693372			7.272,20	7.272,20
070029	38812070310			7.272,20	7.272,20
070029	38838028249			7.272,20	7.272,20
070029	39886310197			7.272,20	7.272,20
070029	42337720772			7.272,20	7.272,20



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
212121100		PESSOAL A PAGAR POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS/RECURSOS			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2011	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2012
070029	42627567268			3.177,08	3.177,08
070029	43204368220			7.272,20	7.272,20
070029	43207944272			7.272,20	7.272,20
070029	43213170291			6.166,58	6.166,58
070029	43224660287			7.272,20	7.272,20
070029	43267831253			7.272,21	7.272,21
070029	44093110182			6.896,03	6.896,03
070029	44361580200			6.166,58	6.166,58
070029	44663412300			6.166,58	6.166,58
070029	44850395287			52,41	52,41
070029	45495408691			7.272,20	7.272,20
070029	45497443320			7.272,21	7.272,21
070029	46684000259			4.239,46	4.239,46
070029	48027871387			7.272,21	7.272,21
070029	48532053220			7.272,20	7.272,20
070029	48985619268			2.686,85	2.686,85
070029	50443887772			7.272,21	7.272,21
070029	50879286253			4.872,39	4.872,39
070029	51004240287			1.169,16	1.169,16
070029	51090660278			7.272,20	7.272,20
070029	51257467204			2.374,30	2.374,30
070029	51261448200			7.272,20	7.272,20
070029	51592630987			440,03	440,03
070029	52038688249			7.055,14	7.055,14
070029	53586743572			7.272,21	7.272,21
070029	56187289234			7.272,20	7.272,20
070029	56726058268			6.821,50	6.821,50
070029	56771797791			7.272,20	7.272,20
070029	57421412204			375,95	375,95
070029	58235019272			7.272,21	7.272,21
070029	58781501234			733,75	733,75
070029	59454040200			355,10	355,10
070029	59623667434			7.272,20	7.272,20



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
212121100		PESSOAL A PAGAR POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS/RECURSOS			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2011	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2012
070029	60503858234			7.272,20	7.272,20
070029	61050601220			6.807,14	6.807,14
070029	61147826820			7.272,21	7.272,21
070029	62153161215			7.272,21	7.272,21
070029	63237598291			7.272,20	7.272,20
070029	63545969215			7.272,21	7.272,21
070029	64423875349			7.272,21	7.272,21
070029	65014316387			4.724,26	4.724,26
070029	65855027287			3.767,12	3.767,12
070029	65861094268			2.284,01	2.284,01
070029	65883500234			5.272,17	5.272,17
070029	66054613200			440,02	440,02
070029	66831954200			638,32	638,32
070029	67390250291			7.272,20	7.272,20
070029	67894054291			7.272,20	7.272,20
070029	68481284220			5.541,43	5.541,43
070029	68533047304			7.272,21	7.272,21
070029	68631839272			1.667,94	1.667,94
070029	69552940249			2.350,35	2.350,35
070029	69909075253			5.542,19	5.542,19
070029	70002614200			7.272,21	7.272,21
070029	71164588320			7.272,21	7.272,21
070029	71967354200			7.272,20	7.272,20
070029	72996102215			7.272,20	7.272,20
070029	73050563753			7.272,21	7.272,21
070029	74476769268			7.272,20	7.272,20
070029	74648551249			1.470,40	1.470,40
070029	75537508320			6.545,41	6.545,41
070029	75762439291			1.776,36	1.776,36
070029	77617576315			7.046,14	7.046,14
070029	81343272491			7.272,21	7.272,21
070029	82381992472			7.372,81	7.372,81
070029	83020721334			6.666,21	6.666,21



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
212121100		PESSOAL A PAGAR POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS/RECURSOS			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2011	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2012
070029	83991077272			6.434,56	6.434,56
070029	84786353353			7.272,20	7.272,20
070029	85666475720			7.272,20	7.272,20
070029	86882546215			7.272,21	7.272,21
070029	88217370478			3.464,91	3.464,91
070029	88382842453			7.272,21	7.272,21
070029	89504151353			7.272,21	7.272,21
070029	89693787153			5.794,25	5.794,25
070029	90049799487			7.272,21	7.272,21
070029	91549833391			6.379,73	6.379,73
070029	92655823320			7.272,20	7.272,20
070029	95687653287			708,00	708,00
070029	97593591891			7.272,20	7.272,20
TOTAL REGISTRADO NO EXERCÍCIO				6.837.225,63	6.837.225,63

Fonte: SIAFI GERENCIAL

5.2. Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

Quadro A.5.2 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	R\$ 109,17		R\$ 109,17	R\$ 0,00
2010				
2009				
2008	R\$ 13.607,20			R\$ 13.607,20
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	R\$ 2.031.826,05	R\$ 67.881,83	R\$ 1.870.058,45	R\$ 93.885,77
2010	R\$ 740,00	R\$ 740,00		R\$ 0,00
...				

Fonte: SIAFI GERENCIAL



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Os saldos existentes em 31/12/2012 foram inscritos em:

- 2008: o valor de R\$ 13.607,20 (treze mil e seiscentos e sete reais e vinte centavos), refere-se ao saldo de RP Processado e liquidado no exercício de 2009 (documento SIAFI 2009NS003935). Referido montante permanece nesta conta em razão de pendência na execução do contrato de reforma e ampliação do cartório da 1ª Zona Eleitoral, no município de Amapá;

- 2011: o valor de R\$ 93.885,77 (noventa e três mil e oitocentos e oitenta e cinco reais e setenta e sete centavos), refere-se ao saldo de RP Não Processado, cuja permanência se justifica pelos seguintes motivos:

- R\$ 35.699,41 – valor devido à empresa IBR Construtora Ltda EPP, pela construção do cartório da 6ª Zona Eleitoral, no município de Santana. O valor foi liquidado em dezembro/2012 e pago em janeiro/2013, após o recebimento definitivo da obra;

- R\$ 20.138,18 – empenho em favor da empresa MOSELLI VEÍCULOS LTDA, cujo pagamento ainda não foi realizado em razão da tramitação de processo de apuração de responsabilidade da empresa;

- R\$ 33.261,71 – empenho em favor da Imprensa Nacional, p/ publicação de matéria relativa a concurso público no Diário Oficial da União, cujas faturas não foram encaminhadas a este TRE/AP até a presente data;

- R\$ 4.786,47 – empenho em favor da empresa HUGUES TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL LTDA, que aguarda o envio da fatura pela empresa prestadora do serviço.

5.3. Informação sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência.

Quadro A.5.3 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

- Não ocorreu nenhuma das modalidades de transferência durante o exercício 2012.

Quadro A.5.4 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

- Não ocorreu nenhuma das modalidades de transferência nos três últimos exercícios.

Quadro A.5.5 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes.

-Até a presente data não previsão de interesse em celebração de transferências.

Quadro A.5.6 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

- Não ocorreu nenhuma das modalidades de transferência nos três últimos exercícios.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Quadro A.5.7 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

- Não ocorreu nenhuma das modalidades de transferência nos três últimos exercícios.

5.4. Informações sobre a utilização de suprimento de fundos, contas bancárias tipo b e cartões de pagamento do governo federal.

No exercício de 2012 foram descentralizados recursos via Suprimento de Fundos, que não puderam subordinar-se ao procedimento licitatório normal para prestação de serviços, aquisições de materiais de consumo e pagamento em pecúnia a mesários durante as Eleições Municipais.

Referida autorização para liberação de recursos teve embasamento nos seguintes dispositivos legais: Decreto nº 93.872/86, Resolução TSE nº 21.653/2004 e Resolução TRE/AP nº 147/98.

Foram realizadas despesas por meio de Suprimento de Fundos no montante de R\$ 631.579,42 (seiscentos e trinta e um mil e quinhentos e setenta e nove reais e quarenta e dois centavos), através de conta tipo “B”.

Deste total, foi executado na ação 4269 - Pleitos Eleitorais o montante R\$ 553.157,32 (quinhentos e cinquenta e três mil e cento e cinquenta e sete reais e trinta e dois centavos) e na ação 20GP – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral R\$ 78.422,10 (setenta e oito mil e quatrocentos e vinte e dois reais e dez centavos).

Não houve utilização de cartão de crédito corporativo em consonância com a Resolução TSE nº 22.588/2007 que dispõe sobre a sua inaplicabilidade no âmbito da Justiça Eleitoral.

Quadro A.5.8 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF)

Suprimento de Fundos					
Código da UG	Nome da UG	Valores			Total Geral
		Conta Tipo “B”	CPGF		
			Saque	Fatura	
070029	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ	631.579,42			631.579,42
	Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF	631.579,42	-	-	631.579,42

Fonte: SIAFI



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

**QUADRO A.5.9 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS
POR UG E POR SUPRIDO (CONTA TIPO “B”) Valores em R\$ 1,00**

Código da UG 1	70029	Nome da UG	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ					
Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF *	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
LUIZ GROTT	29944252972	057	18-01-12	30		2.447,18		31/12-X, (59)
GELCINETE DA ROCHA LOPES	43221700210	065	23-01-12	30		950,00		56/12-X, (278)
LUIZ GROTT	29944252972	173	13-03-12	30		1.146,38		31/12-X (0059)
GEOVANNY CHAGAS FARIAS	75537508320	175	14-03-12	30		2.385,11		33/12-X (0061)
EDEN MONTEIRO DA PAIXAO	22606327268	188	16-03-12	36		2.010,00		03/12-VI(1656)
LUIZ GROTT	29944252972	196	28-03-12	36		1.300,00		02/12-VI(1641)
LUIZ GROTT	29944252972	197	28-03-12	36		700,00		02/12-VI(1641)
HERBERT SHIONE NUNES MARINHO	07430807429	252	14-05-12	30		300,00		56/12-X (278)
LUIZ GROTT	29944252972	267	22-05-12	30		4.146,57		31/12-X (0059)
EDEN MONTEIRO DA PAIXAO	22606327268	269	22-05-12	30		231,60		05/12 VI(3131)
EDEN MONTEIRO DA PAIXAO	22606327268	270	22-05-12	36		1.260,00		05/12-VI(3131)
VICTOR ALEXANDRE N. DE AQUINO	71967354200	315	11-06-12	30		3.959,48		06/12-VI(3941)
VICTOR ALEXANDRE N. DE AQUINO	71967354200	316	11-06-12	36		1.000,00		06/12-VI(3941)
VICTOR ALEXANDRE N. DE AQUINO	71967354200	317	11-06-12	39		3.000,00		06/12-VI(3941)
HERALDO NASCIMENTO DA COSTA	21023077272	319	13-06-12	30		3.500,00		33/12-X(61)
LUIZ GROTT	29944252972	351	06-07-12	30		2.573,00		31/12-X(0059)
LARISSA NORONHA ANTUNES	56368437200	355	10-07-12	30		1.708,00		56/12-X(278)
NAIF JOSE MAUES NAIF DAIBES	41042018200	360	11-07-12	48		2.134,00		07/12-VI(4948)
NAIF JOSE MAUES NAIF DAIBES	41042018200	361	11-07-12	36		1.320,00		07/12-VI(4948)
NAIF JOSE MAUES NAIF DAIBES	41042018200	363	11-07-12	30		106,00		07/12-VI(4948)
NAIF JOSE MAUES NAIF DAIBES	41042018200	365	11-07-12	36		5.182,22		07/12-VI(4948)
LUIZ GROTT	29944252972	411	06-08-12	30		7.655,45		08/12-VI(8740)
LUIZ GROTT	29944252972	412	06-08-12	36		2.500,00		08/12-VI(8740)
LUIZ GROTT	29944252972	413	06-08-12	36		12.000,00		08/12-VI(8740)
LUIZ GROTT	29944252972	414	06-08-12	39		4.233,00		08/12-VI(8740)



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Código da UG 1	70029				Nome da UG	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ		
Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF *	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
LUIZ GROTT	29944252972	415	06-08-12	36		5.000,00		08/12-VI(8740)
LUIZ GROTT	29944252972	416	06-08-12	36		500,00		08/12-VI(8740)
LUIZ GROTT	29944252972	417	06-08-12	30		5.931,80		08/12-VI(8740)
LUIZ GROTT	29944252972	418	06-08-12	39		2.975,00		08/12-VI(8740)
LUIZ GROTT	29944252972	419	06-08-12	36		4.800,00		08/12-VI(8740)
MARCILIO LIRA SOUZA FILHO	04449125410	424	07-08-12	30		1.500,00		10/12-VI(11092)
ANA LUCIA DE A. BEZERRA	08862583249	428	08-08-12	30		2.889,34		09/12-VI(10085)
ANA LUCIA DE A. BEZERRA	08862583249	429	08-08-12	48		15.884,00		09/12-VI(10085)
ANA LUCIA DE A. BEZERRA	08862583249	431	08-08-12	39		7.245,00		09/12-VI(10085)
ANA LUCIA DE A. BEZERRA	08862583249	432	08-08-12	39		6.000,00		09/12-VI(10085)
ANA LUCIA DE A. BEZERRA	08862583249	436	08-08-12	30		850,00		09/12-VI(10085)
ANA LUCIA DE A. BEZERRA	08862583249	437	08-08-12	39		3.000,00		09/12-VI(10085)
ELIANA NUNES DO NASCIMENTO	32473850291	441	10-08-12	36		1.154,71		11/12-VI(11309)
ELIANA NUNES DO NASCIMENTO	32473850291	442	10-08-12	30		1.000,00		11/12-VI(11309)
ELIANA NUNES DO NASCIMENTO	32473850291	443	10-08-12	30		518,27		11/12-VI(11309)
ELIANA NUNES DO NASCIMENTO	32473850291	444	10-08-12	39		2.112,00		11/12-VI(11309)
ELIANA NUNES DO NASCIMENTO	32473850291	445	10-08-12	36		2.142,90		11/12-VI(11309)
ELIANA NUNES DO NASCIMENTO	32473850291	446	10-08-12	36		2.200,00		11/12-VI(11309)
ELIANA NUNES DO NASCIMENTO	32473850291	449	10-08-12	30		2.144,70		11/12-VI(11309)
ELIANA NUNES DO NASCIMENTO	32473850291	450	10-08-12	39		1.936,00		11/12-VI(11309)
ELIANA NUNES DO NASCIMENTO	32473850291	451	10-08-12	30		901,00		11/12-VI(11309)
ELIANA NUNES DO NASCIMENTO	32473850291	452	10-08-12	36		2.380,94		11/12-VI(11309)
MICHELLE COSTA FARIAS	51025337204	462	20-08-12	30		135,94		12/12-VI(11674)
MICHELLE COSTA FARIAS	51025337204	463	20-08-12	30		2.000,00		12/12-VI(11674)
MICHELLE COSTA	51025337204	464	20-08-12	36		999,00		12/12-



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Código da UG 1	70029				Nome da UG	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ		
Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF *	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
FARIAS								VI(11674)
MICHELLE COSTA FARIAS	51025337204	465	20-08-12	39		3.210,00		12/12-VI(11674)
MICHELLE COSTA FARIAS	51025337204	466	20-08-12	36		1.000,00		12/12-VI(11674)
MICHELLE COSTA FARIAS	51025337204	469	20-08-12	36		500,00		12/12-VI(11674)
MICHELLE COSTA FARIAS	51025337204	470	20-08-12	48		1.298,00		12/12-VI(11674)
MICHELLE COSTA FARIAS	51025337204	467	20-08-12	48		1.600,00		12/12-VI(11674)
MICHELLE COSTA FARIAS	51025337204	471	20-08-12	30		509,80		12/12-VI(11674)
MICHELLE COSTA FARIAS	51025337204	472	20-08-12	36		700,00		12/12-VI(11674)
LUIZ GROTT	29944252972	491	29-08-12	30		37.580,24		44/12-IX(2917)
EDEN MONTEIRO DA PAIXAO	22606327268	497	01-09-12	30		2.809,54		15/12-VI(12938)
EDEN MONTEIRO DA PAIXAO	22606327268	498	01-09-12	36		3.915,00		15/12-VI(12938)
HERALDO NASCIMENTO DA COSTA	21023077272	528	08-09-12	30		1.600,00		13/12-VI(12855)
HERALDO NASCIMENTO DA COSTA	21023077272	531	08-09-12	30		1.051,20		13/12-VI(12855)
HERALDO NASCIMENTO DA COSTA	21023077272	532	08-09-12	36		4.976,33		13/12-VI(12855)
HERALDO NASCIMENTO DA COSTA	21023077272	533	08-09-12	36		2.950,00		13/12-VI(12855)
HERALDO NASCIMENTO DA COSTA	21023077272	534	08-09-12	39		3.000,00		13/12-VI(1255)
HERALDO NASCIMENTO DA COSTA	21023077272	535	08-09-12	36		1.000,00		13/12-VI(12855)
HERALDO NASCIMENTO DA COSTA	21023077272	537	08-09-12	36		2.000,00		13/12-VI(12855)
HERALDO NASCIMENTO DA COSTA	21023077272	541	08-09-12	48		8.184,00		13/12-VI(12855)
HERALDO NASCIMENTO DA COSTA	21023077272	542	08-09-12	36		1.000,00		13/12-VI(12855)
HERALDO NASCIMENTO DA COSTA	21023077272	543	08-09-12	30		1.500,00		13/12-VI(12855)
HERALDO NASCIMENTO DA COSTA	21023077272	546	08-09-12	36		1.000,00		13/12-VI(12855)
HERALDO NASCIMENTO DA COSTA	21023077272	544	08-09-12	36		1.000,00		13/12-VI(12855)
HERALDO NASCIMENTO	21023077272	547	08-09-12	39		5.000,00		13/12-



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Código da UG 1	70029				Nome da UG	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ		
Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF *	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
DA COSTA								VI(12855)
JOSE LUCIANO DE ASSIS	29458170125	554	10-09-12	36		2.870,00		17/12-VI(13415)
JOSE LUCIANO DE ASSIS	29458170125	555	10-09-12	30		1.851,45		17/12-VI(13415)
JOSE LUCIANO DE ASSIS	29458170125	556	10-09-12	39		28.076,50		17/12-VI(13415)
JOSE LUCIANO DE ASSIS	29458170125	557	10-09-12	36		4.551,78		17/12-VI(13415)
JOSE LUCIANO DE ASSIS	29458170125	558	10-09-12	30		22.502,03		17/12-VI(13415)
JOSE LUCIANO DE ASSIS	29458170125	559	10-09-12	48		47.080,00		17/12-VI(13415)
JOSE LUCIANO DE ASSIS	29458170125	560	10-09-12	30		4.757,53		17/12-VI(13415)
ROMMEL ARAUJO DE OLIVEIRA	38117568187	562	10-09-12	36		2.468,67		20/12-VI(13587)
ROMMEL ARAUJO DE OLIVEIRA	38117568187	563	10-09-12	30		3.417,04		20/12-VI(13587)
ROMMEL ARAUJO DE OLIVEIRA	38117568187	564	10-09-12	39		4.000,00		20/12-VI(13587)
OFIRNEY DA CONCEICAO SADALA	35873345287	565	10-09-12	36		714,00		21/12-VI(13834)
OFIRNEY DA CONCEICAO SADALA	35873345287	566	10-09-12	30		291,50		21/12-VI(13834)
OFIRNEY DA CONCEICAO SADALA	35873345287	567	10-09-12	30		1.800,00		21/12-VI(13834)
OFIRNEY DA CONCEICAO SADALA	35873345287	568	10-09-12	39		2.227,50		21/12-VI(13834)
OFIRNEY DA CONCEICAO SADALA	35873345287	569	10-09-12	30		568,87		21/12-VI(13834)
OFIRNEY DA CONCEICAO SADALA	35873345287	570	10-09-12	48		2.112,00		21/12-VI(13834)
OFIRNEY DA CONCEICAO SADALA	35873345287	571	10-09-12	36		1.309,55		21/12-VI(13834)
OFIRNEY DA CONCEICAO SADALA	35873345287	573	10-09-12	36		952,38		21/12-VI(13834)
ROMMEL ARAUJO DE OLIVEIRA	38117568187	574	11-09-12	39		37.104,90		20/12-VI(13587)
ROMMEL ARAUJO DE OLIVEIRA	38117568187	575	11-09-12	36		1.800,00		20/12-VI(13587)
ROMMEL ARAUJO DE OLIVEIRA	38117568187	578	11-09-12	30		6.476,73		20/12-VI(13587)
ROMMEL ARAUJO DE OLIVEIRA	38117568187	579	11-09-12	30		4.855,29		20/12-VI(13587)



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Código da UG 1	70029				Nome da UG	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ		
Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF *	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
ROMMEL ARAUJO DE OLIVEIRA	38117568187	580	11-09-12	48		76.714,00		20/12-VI(13587)
ROMMEL ARAUJO DE OLIVEIRA	38117568187	581	11-09-12	36		6.000,00		20/12-VI(13587)
ROMMEL ARAUJO DE OLIVEIRA	38117568187	582	11-09-12	30		3.603,51		20/12-VI(13587)
LARISSA NORONHA ANTUNES	56368437200	584	11-09-12	30		849,65		16/12-VI(13305)
LARISSA NORONHA ANTUNES	56368437200	585	11-09-12	36		1.005,00		16/12-VI(13305)
LARISSA NORONHA ANTUNES	56368437200	586	11-09-12	39		3.729,00		16/12-VI(13305)
LARISSA NORONHA ANTUNES	56368437200	587	11-09-12	36		200,00		16/12-VI(13305)
LARISSA NORONHA ANTUNES	56368437200	588	11-09-12	36		2.000,00		16/12-VI(13305)
LARISSA NORONHA ANTUNES	56368437200	590	11-09-12	30		866,13		16/12-VI(13305)
LARISSA NORONHA ANTUNES	56368437200	591	11-09-12	48		2.024,00		16/12-VI(13305)
LARISSA NORONHA ANTUNES	56368437200	593	11-09-12	36		100,00		16/12-VI(13305)
LARISSA NORONHA ANTUNES	56368437200	594	11-09-12	30		1.202,93		16/12-VI(13305)
FABIANA DA SILVA OLIVEIRA	87361442153	595	12-09-12	30		792,90		19/12-VI(13752)
FABIANA DA SILVA OLIVEIRA	87361442153	596	12-09-12	36		2.476,19		19/12-VI(13752)
FABIANA DA SILVA OLIVEIRA	87361442153	597	12-09-12	30		4.407,88		19/12-VI(13752)
FABIANA DA SILVA OLIVEIRA	87361442153	598	12-09-12	48		1.738,00		19/12-VI(13752)
FABIANA DA SILVA OLIVEIRA	87361442153	599	12-09-12	36		952,40		19/12-VI(13752)
FABIANA DA SILVA OLIVEIRA	87361442153	600	12-09-12	36		3.809,60		19/12-VI(13752)
FABIANA DA SILVA OLIVEIRA	87361442153	601	12-09-12	30		400,67		19/12-VI(13752)
FABIANA DA SILVA OLIVEIRA	87361442153	602	12-09-12	30		1.360,59		19/12-VI(13752)
FABIANA DA SILVA OLIVEIRA	87361442153	603	12-09-12	36		952,40		19/12-VI(13752)
FABIANA DA SILVA OLIVEIRA	87361442153	604	12-09-12	36		6.000,00		19/12-VI(13752)
FABIANA DA SILVA OLIVEIRA	87361442153	605	12-09-12	36		416,67		19/12-VI(13752)



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Código da UG 1	70029				Nome da UG	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ		
Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF *	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
LUIZ CARLOS KOPES BRANDAO	36770264153	606	13-09-12	30		396,14		18/12-VI(13751)
LUIZ CARLOS KOPES BRANDAO	36770264153	607	13-09-12	30		3.200,40		18/12-VI(13751)
LUIZ CARLOS KOPES BRANDAO	36770264153	608	13-09-12	36		4.000,00		18/12-VI(13751)
LUIZ CARLOS KOPES BRANDAO	36770264153	610	13-09-12	36		2.000,00		18/12-VI(13751)
LUIZ CARLOS KOPES BRANDAO	36770264153	611	13-09-12	30		912,71		18/12-VI(13751)
LUIZ CARLOS KOPES BRANDAO	36770264153	612	13-09-12	36		800,00		18/12-VI(13751)
LUIZ CARLOS KOPES BRANDAO	36770264153	613	13-09-12	48		2.992,00		18/12-VI(13751)
LUIZ CARLOS KOPES BRANDAO	36770264153	616	13-09-12	30		975,00		18/12-VI(13751)
LUIZ CARLOS KOPES BRANDAO	36770264153	617	13-09-12	36		2.000,00		18/12-VI(13751)
LUIZ CARLOS KOPES BRANDAO	36770264153	618	13-09-12	36		6.500,00		18/12-VI(13751)
ALESSANDRO HERIC N. GURGEL	81343272491	620	13-09-12	30		5.327,14		22/12-VI(13872)
ALESSANDRO HERIC N. GURGEL	81343272491	621	13-09-12	39		2.260,00		22/12-VI(13872)
JOENILDA LOBATO SILVA LENZI	43207464220	624	15-09-12	36		2.290,00		23/12-VI(14057)
JOENILDA LOBATO SILVA LENZI	43207464220	626	15-09-12	30		4.993,63		23/12-VI(14057)
JOENILDA LOBATO SILVA LENZI	43207464220	628	15-09-12	30		875,20		23/12-VI(14057)
JOENILDA LOBATO SILVA LENZI	43207464220	629	15-09-12	30		2.401,16		23/12-VI(14057)
JOENILDA LOBATO SILVA LENZI	43207464220	630	15-09-12	36		4.560,00		23/12-VI(14057)
JOENILDA LOBATO SILVA LENZI	43207464220	632	15-09-12	36		802,00		23/12-VI(14057)
JOENILDA LOBATO SILVA LENZI	43207464220	633	15-09-12	30		2.975,31		23/12-VI(14057)
JOENILDA LOBATO SILVA LENZI	43207464220	634	15-09-12	30		1.114,15		23/12-VI(14057)
JOENILDA LOBATO SILVA LENZI	43207464220	635	15-09-12	36		348,00		23/12-VI(14057)
CLAUDIO HENRIQUE G. X. SILVA	59623667434	641	18-09-12	30		1.352,77		25/12-VI(14410)
CLAUDIO HENRIQUE G. X. SILVA	59623667434	643	18-09-12	39		9.668,71		25/12-VI(14410)



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Código da UG 1	70029	Nome da UG	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ					
Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF *	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
DANIEL PICANCO MONTEIRO	09779639268	644	18-09-12	30		4.496,81		24/12-VI(14332)
DANIEL PICANCO MONTEIRO	09779639268	645	18-09-12	39		2.473,00		24/12-VI(14332)
DANIEL PICANCO MONTEIRO	09779639268	646	18-09-12	36		950,00		24/12-VI(14332)
LUIZ GROTT	29944252972	670	26-09-12	36		800,00		08/12-VI(8740)
LUIZ GROTT	29944252972	671	26-09-12	36		500,00		08/12-VI(8740)
CLAUDIO ANDRE T. RIBEIRO	56187289234	672	27-09-12	30		740,00		26/12-VI(15178)
CLAUDIO ANDRE T. RIBEIRO	56187289234	674	27-09-12	39		5.239,50		26/12-VI(15178)
OFIRNEY DA CONCEICAO SADALA	35873345287	675	27-09-12	30		202,43		21/12-VI(13834)
OFIRNEY DA CONCEICAO SADALA	35873345287	676	27-09-12	36		238,40		21/12-VI(13834)
OFIRNEY DA CONCEICAO SADALA	35873345287	678	27-09-12	36		404,76		21/12-VI(13834)
LARISSA NORONHA ANTUNES	56368437200	699	01-10-12	30		4.227,74		56/12-X(278)
JOSE LUCIANO DE ASSIS	29458170125	700	01-10-12	30		500,00		17/12-VI(13415)
ANA LUCIA DE A. BEZERRA	08862583249	710	03-10-12	30		1.868,57		09/12-VI(10085)
ANA LUCIA DE A. BEZERRA	08862583249	711	03-10-12	36		1.150,00		69/12-VI(10085)
LUIZ GROTT	29944252972	715	04-10-12	36		2.000,00		08/12-VI(8740)
ALESSANDRO HERIC NUNES GURGEL	81343272491	748	23-10-12	30		1.077,30		30/12-VI(17607)
ALESSANDRO HERIC NUNES GURGEL	81343272491	749	23-10-12	39		2.348,95		30/12-VI(17607)
ROMMEL ARAUJO DE OLIVEIRA	38117568187	751	23-10-12	30		1.569,90		20/12-VI(13587)
ROMMEL ARAUJO DE OLIVEIRA	38117568187	752	23-10-12	39		2.304,80		20/12-VI(13587)
ROMMEL ARAUJO DE OLIVEIRA	38117568187	753	23-10-12	39		282,00		20/12-VI(13587)
LARISSA NORONHA ANTUNES	56368437200	883	30-11-12	30		439,00		56/12-X(278)
Total Utilizado pela UG						631.579,42		

Fonte: SIAFI



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Quadro A.5.10 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

- A UJ não realizou despesa com cartão de crédito corporativo no exercício de 2012.

Quadro A.5.11 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2012	40	631.579,42					631.579,42
2011	8	57.788,00					57.788,00
2010	24	676.988,78					676.988,78

Fonte:SIAFI

Quadro A.5.12 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)

Suprimento de Fundos												
	Conta Tipo “B”						CPGF					
Situação	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	0		0		0							
PC Aguardando Análise	0		0		0							
PC em Análise	0		0		0							
PC não Aprovadas	0		0		0							
PC Aprovadas	40	631.579,42	8	57.788,00	24	676.988,78						

Fonte:SIAFI

5.5. Informações sobre Renúncia Tributária, contendo declaração do gestor de que os beneficiários diretos da renúncia, bem como da contrapartida, comprovaram, no exercício, que estavam em situação regular em relação aos pagamentos dos tributos juntos à Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e à Seguridade Social.

- A.5.13 a A.5.23 – Não se aplicam a esta UJ.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

5.6. Informações sobre a gestão de precatórios.

Quadro A.5.24 – Requisições e Precatórios – Administração Direta

-Até a presente data não previsão de requisições e precatórios.

6 – GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.

6.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	165	162	7	3
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	165	162	7	3
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	121	118	7	3
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	1	1		
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	43	43		
2. Servidores com Contratos Temporários				
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	6	6		
4. Total de Servidores (1+2+3)	171	168	7	3

Fonte: SGRH – Módulo de Gestão

6.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	
1.2. Exercício de Função de Confiança	
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	
3.1. De ofício, no interesse da Administração	
3.2. A pedido, a critério da Administração	7
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	3
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	
4.1. Doença em pessoa da família	
4.2. Capacitação	
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	
5.2. Serviço militar	
5.3. Atividade política	
5.4. Interesses particulares	
5.5. Mandato classista	
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	10

Fonte: SGRH – Módulo de Gestão

6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

Quadro A.6.3 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ - Situação em 31/12

Tipologias dos Cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	22	22	1	1
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior				
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	14	14		
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	2	2		
1.2.4. Sem Vínculo	6	6	1	1
1.2.5. Aposentados				
2. Funções Gratificadas	82	82	35	35
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	64	64	25	25
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	18	18	9	9
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	104	104	35	35

Fonte: SGRH – Módulo de Gestão



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

Quadro A.6.4 – Quantidade de Servidores da UJ por faixa etária – Situação em 31/12

Tipologia do Cargo	Quantidade de servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo	14	46	59	23	2
1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Servidores de Carreira	14	44	59	23	2
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
2. Provimento de cargo em comissão	5	4	8	8	1
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	3	1	2	2	
2.3. Funções gratificadas	2	3	6	6	1
3. Totais (1+2)	19	50	67	31	3

Fonte: SGRH – Módulo de Gestão

6.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

Quadro A.6.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade – Situação em 31/12

Tipologia do Cargo	Quantidade de servidores por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo									
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira					25	70	46	3	
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
2. Provimento de cargo em comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior						8			
2.3. Funções gratificadas					5	12	1		
3. Totais (1+2)					30	90	47	3	

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SGRH – Módulo de Gestão



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

6.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.6 - Quadro de Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos dois anteriores

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2012			1.578.862,95		240.463,24			65.947,08		1.885.273,27
	2011			1.507.304,00		48.324,00			20.760,00		1.576.388,00
	2010			2.077.759,00		49.013,00					2.126.772,00
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2012	3.899.331,00		415.128,00	1.017.820,00	1.080.441,00	30.228,90		4.308.813,87		10.751.762,77
	2011	3.843.596,00		417.138,00	810.288,00	837.085,00	221.119,00		978.002,00		7.107.228,00
	2010	3.695.766,00		416.306,00	779.124,00	321.891,00	279.987,00		408.915,00		5.901.989,00
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2012										
	2011										
	2010										
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2012	140.307,19		12.365,73	5.113,74				30.400,45		188.187,11
	2011	153.575,00		12.791,00	4.335,00				27.732,00		198.433,00
	2010	129.208,00		10.749,00	3.583,00				15.407,00		158.947,00
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2012										
	2011										
	2010										
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2012	1.879.533,00	1.930.133,00	305.482,00	860.532,00	526.328,00			1.558.507,14		7.060.515,14
	2011	1.882.321,00	1.920.948,00	343.982,00	712.723,00	425.032,00	132.404,00		372.075,00		5.789.485,00
	2010	1.726.900,00	1.892.560,00	336.249,00	678.784,00	189.574,00	143.297,00		169.125,00		5.136.489,00
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2012	3.263.023,00	2.182.065,00	591.834,00	1.257.830,00	646.836,00	2.488,00		3.269.968,00		11.214.044,00
	2011	3.255.115,00	2.666.649,00	593.434,00	995.044,00	498.015,00	178.423,00		692.318,00		8.478.998,00
	2010	2.972.708,00	2.222.205,00	581.799,00	990.587,00	263.754,00	199.480,00		314.690,00		7.545.223,00

Fonte: SIAFI



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

6.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

6.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

Quadro A.6.7 – Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação em 31/12

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	3	
1.1 Voluntária	1	
1.2 Compulsória		
1.3 Invalidez Permanente	2	
1.4 Outras		
2. Proporcional	1	
2.1 Voluntária	1	
2.2 Compulsória		
2.3 Invalidez Permanente		
2.4 Outras		
3. Totais (1+2)	4	

Fonte: SGRH – Módulo de Gestão

6.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.8 – Instituidores de Pensão - Situação em 31/12

Até 31/12/2012 não houve nenhuma instituição de pensão no âmbito deste Tribunal.

Fonte: SGRH – módulo de Gestão

6.1.5 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

a) A existência de controles internos com a finalidade de detectar possível acumulação vedada de cargos, funções e empregos públicos;

No Tribunal Regional Eleitoral do Amapá, existe o controle acerca da acumulação proibida de cargos.

b) Tipos de controle implementado e periodicidade de revisão;

O controle é efetuado anualmente, via atualização de dados. Os magistrados e servidores declaram em formulário específico a acumulação ou não de cargos públicos.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

c) A propriedade dos controles implementados em termos de utilidade e eficiência;

A ação descrita nos itens *a* e *b* resultaram na identificação de 02 (dois) casos de acumulação ilegal de cargos públicos. Diante disso, providenciou-se a notificação dos servidores envolvidos, os quais pediram exoneração do outro cargo que estavam acumulando irregularmente (PA nº 252, Protocolo nº 3.196/2011).

d) A existência e o quantitativo de servidores que acumulem cargos, funções ou empregos públicos indevidamente no quadro de pessoal da unidade jurisdicionada.

Nenhum.

6.1.6 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

a) O quantitativo de notificações feitas aos servidores que se encontrem em situação irregular;

As notificações foram em número de duas, no ano de 2011. Em 2012 nenhuma acumulação foi registrada.

b) O resultado das notificações realizadas;

Os servidores identificados pediram exoneração do outro cargo que estavam acumulando irregularmente (PA nº 252, Protocolo nº 3.196/2011).

c) A quantidade de processo administrativo disciplinar aberto para regularizar a situação de acumulação irregular de cargo, função ou empregos públicos, bem como o resultado verificado em tais processos.

01 processo - (PA nº 252, Protocolo nº 3.196/2011).

Em 2011, a COPES solicitou a todos os servidores declaração atualizada de acumulação de cargos, ação que resultou na identificação de 02 (dois) casos de acumulação ilegal de cargos públicos. Diante disso, aquela unidade providenciou a notificação dos servidores envolvidos, os quais pediram exoneração do outro cargo que estavam acumulando irregularmente, conforme documentação constante nos autos em tela.

6.1.7 Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação

6.1.7.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

Quadro A.6.9 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	7	7	7	7
Concessão de aposentadoria				
Concessão de pensão civil				
Concessão de pensão especial a ex-				



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório				
Totais	7	7	7	7

Fonte: SRFD (Seção de Registros Funcionais e Documentação)

Quadro A.6.10 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Desligamento	6	3	6	3
Cancelamento de concessão				
Cancelamento de desligamento				
Totais	6	3	6	3

Fonte: SRFD (Seção de Registros Funcionais e Documentação)

Quadro A.6.11 – Regularidade do Cadastro dos Atos no SISAC

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercícios - 2012			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	7			
Concessão de aposentadoria				
Concessão de pensão civil				
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório				
Totais	7			
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	6			
Cancelamento de concessão				
Cancelamento de desligamento				
Total	6			

Fonte: SRFD (Seção de Registros Funcionais e Documentação)

6.1.7.2 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico

Quadro A.6.12 – Atos Sujeitos à Remessa Física ao TCU (ART. 14 DA IN TCU 55/2007)

No ano de 2012 não houve nenhum ato sujeito à remessa física ao TCU no âmbito deste Tribunal (Fonte: SRFD - Seção de Registros Funcionais e Documentação)



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

6.1.7.3 Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos

Quadro A.6.13 – Atuação do OCI sobre os Atos Submetidos a Registro

Não houve nenhuma diligência e tampouco parecer negativo nos exercícios de 2011 e 2012

6.1.8 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

Para avaliação gerencial dos Recursos Humanos do TRE-AP são considerados indicadores para o Absenteísmo; o Perfil Etário; a Rotatividade (*turnover*); a Formação Acadêmica; a Disciplina e a Satisfação dos Servidores.

A seguir serão apresentadas as descrições de cada indicador e, ao fim, procedida uma análise crítica geral dos mesmos.

I-ABSENTEÍSMO – Principais Ausências:

Quadro Próprio XIV – Absenteísmo – Principais Ausências

Total de servidores			168	
Licença (Lei 8.112/90)	Servidores	Períodos de afastamento	Total de dias	Dias/afastamento
Tratamento da própria Saúde	92	193	1544	8
Doença na Família	17	22	143	6,5
À Gestante	3	3	360	120
Interesses Particulares	1	1	372	372
Capacitação	1	2	60	30
Paternidade	2	2	10	5
Total	116	223	2489	541,5

Memória de cálculo:

Qd = Quantidade Total de Dias = Total de servidores (168) * 365 dias no ano = 61.320 dias

Daf = Dias de Afastamento = 2.489

TxAb = Taxa de Absenteísmo

$TxAb = Daf * 100 / Qd \rightarrow TxAb = 2.489 * 100 / 61.320 \rightarrow TxAb = 4,06\%$

Análise

* Total de servidores do TRE-AP = 168

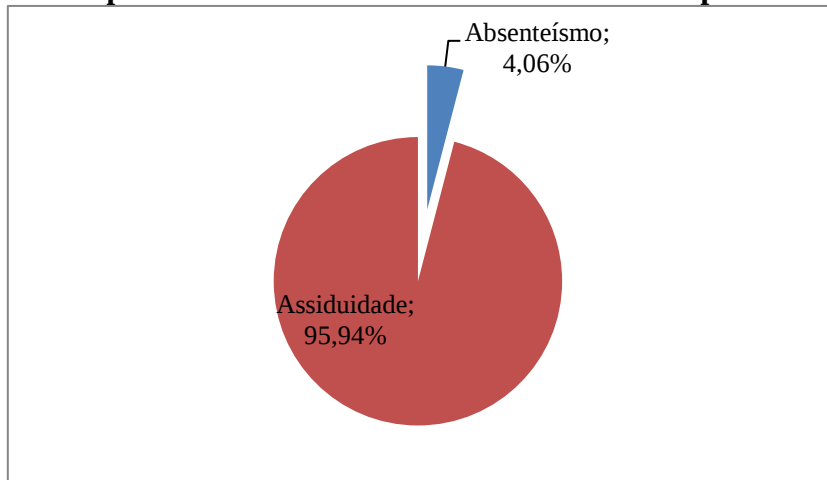
* Total de dias afastados no ano = 2489

* **Taxa de Absenteísmo = 4,06%. Pode ser considerada baixa.**



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Quadro Próprio XV – Gráfico de Absenteísmo – Principais Ausências



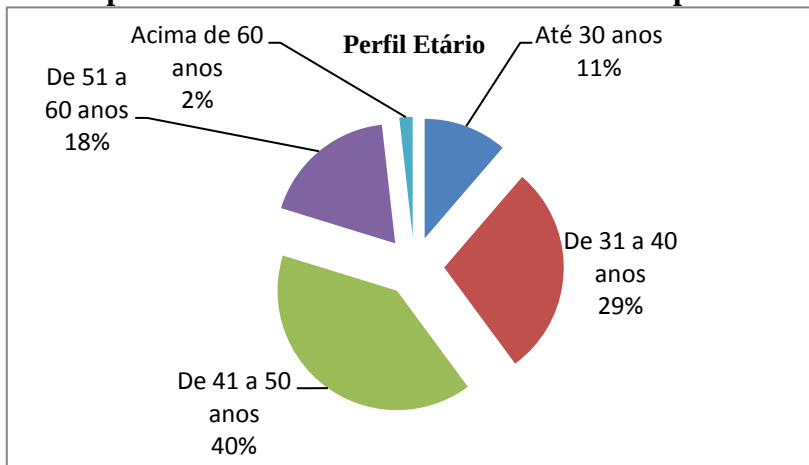
II – Perfil Etário

Quadro Próprio XVI – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – situação em 31/12

Total de servidores = 168

	Quantidade de servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
Quantidade	19	48	67	31	3

Quadro Próprio XVII – Gráfico de servidores da UJ por faixa etária





JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

III – ROTATIVIDADE (TURNOVER)

a) Para servidores de carreira do Órgão

* Total de servidores efetivos (em Dezembro/2012) = 118

* Ingressos de efetivos = 7

* Saídas de efetivos = 3

* Taxa de Rotatividade = 2,54%

Memória de cálculo:

Tserv = Total de Servidores = 118

Sai = Total de saídas = 3

TxR = Taxa de Rotatividade

$TxR = Sai * 100 / Tserv \rightarrow TxR = 3 * 100 / 118 \rightarrow TxR = 2,54\%$

b) Para servidores ocupantes de cargos/funções (independente da origem)

* Total de servidores ocupantes de Cargos/Funções (em Dezembro/2012) = 104

* Ingressos de ocupantes de cargos/funções = 35

* Saídas de ocupantes de cargos/funções = 35

* Taxa de Rotatividade = 33,98%

Memória de cálculo:

Tserv = Total de Servidores = 104

Sai = Total de saídas = 35

TxR = Taxa de Rotatividade

$TxR = Sai * 100 / Tserv \rightarrow TxR = 35 * 100 / 104 \rightarrow TxR = 33,65\%$

Análise: A taxa de rotatividade dos servidores efetivos (2,54%) pode ser considerada baixa. Por sua vez, a taxa de rotatividade dos ocupantes de cargos e funções é maior (33,65%), isso é razoável em razão da natureza discricionária do provimento dessas vagas e, sobretudo, em razão do ano de 2012 ter sido um ano de troca de gestão neste Tribunal, o que faz com que substituições sejam algo já esperado.

IV – Formação Acadêmica

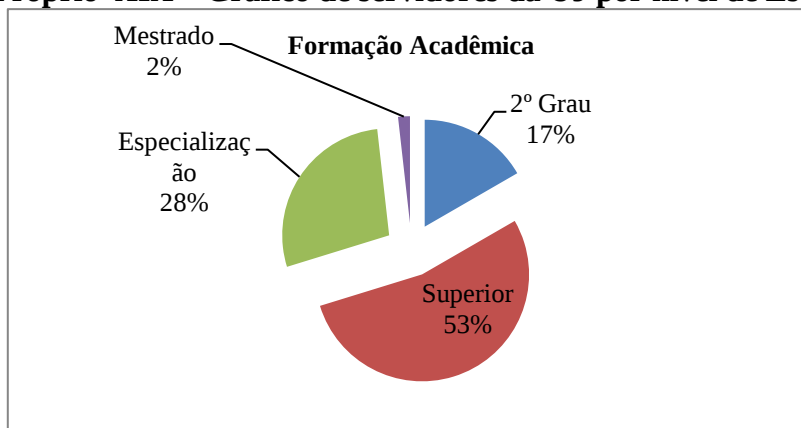
Quadro Próprio XVIII – Quantidade de servidores da UJ por nível de Escolaridade

Escolaridade	Médio (2º grau)	Superior	Especialização	Mestrado
Quantidade	28	90	47	3



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Quadro Próprio XIX – Gráfico de servidores da UJ por nível de Escolaridade



V – DISCIPLINA

Descrição:

* Total de servidores do TRE-AP = 168

* Tramitação de Processos Administrativos Disciplinares (PADs) = 03 tramitações

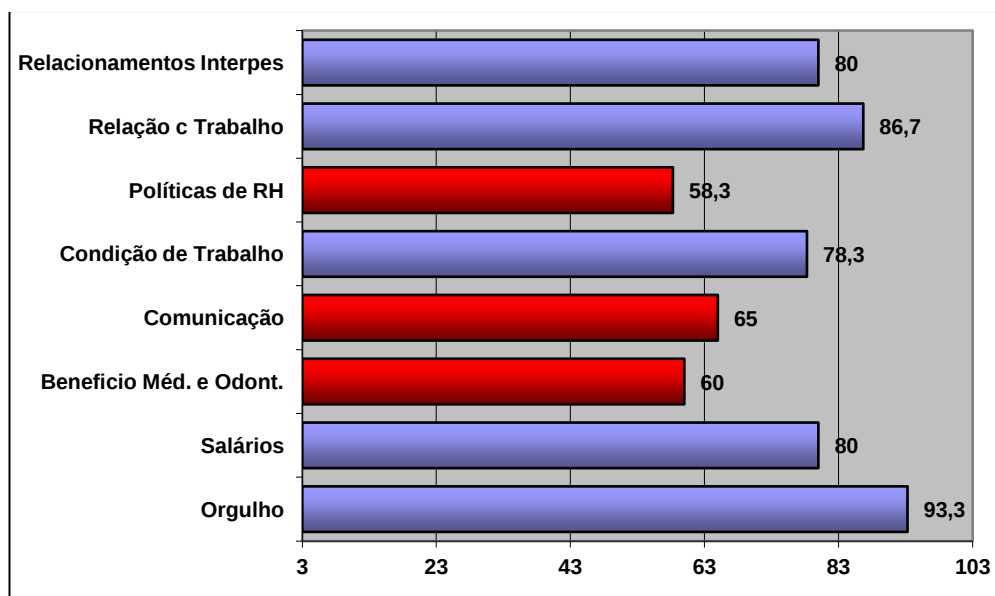
Análise:

A quantidade de PADs em face do montante de servidores denota uma estrutura corporativa disciplinada.

VI – SATISFAÇÃO DOS SERVIDORES

Descrição:

Quadro Próprio XX - Comparação entre os Percentuais de Satisfação de cada um dos Fatores de Clima Organizacional.





JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Análise: Como pode ser Coobservado nos demonstrativos acima, assumindo-se um ponto de corte arbitrário da ordem de 70%, é possível apontar como fatores de maior satisfação o Orgulho do Trabalho no TRE (93,3%), a Relação com o Trabalho (86,7%), os Relacionamentos (interpessoais e com a Chefia) (80%), os Salários (80%) e as Condições de Trabalho (78,3%). Por outro lado, os pontos de menor satisfação foram as Políticas de RH (possibilidade de ocupação de funções e/ou cargos) (58,3%), a os Benefícios (Plano Médico e Odontológico) (60%) e a Comunicação (65%).

ANÁLISE CRÍTICA

Adequação quantitativa e qualitativa dos quadros à missão organizacional

Tem-se percebido nos últimos anos um aumento nas demandas de trabalho apresentadas à Justiça Eleitoral do Amapá. Os objetivos institucionais vêm sendo atingidos, mas alguns setores começam a sofrer alguma sobrecarga em razão da escassez de pessoal.

Adequação dos quantitativos de área-meio em relação à área-fim

Analistas Judiciários (cargos destinados a área- fim) = 22

Analistas Administrativos (cargos destinados a área-meio) = 21

Técnicos Administrativos (cargos destinados a área-meio) = 76

(obs. Quantitativo referente aos cargos efetivos)

Não obstante, a já mencionada defasagem entre o efetivo e as demandas de trabalho, o bom termo na consecução das atividades da área-fim conduz à conclusão pela conveniência da proporcionalidade da atual distribuição dos cargos.

Desempenho funcional dos servidores e funcionários

Atualmente, este Tribunal vem realizado apenas a avaliação de desempenho dos servidores que se encontram em estágio probatório e em situação de progressão funcional. O desempenho foi satisfatório para todos os avaliados em 2012.

Necessidades de redução ou ampliação do Quadro de recursos humanos, tanto próprio, quanto terceirizado

Como já mencionado e justificado no primeiro item desta seção, há necessidade de ampliação do Quadro de efetivos. Já o quantitativo de terceirizados vem atendendo adequadamente às necessidades.

Necessidades de renovação do Quadro próprio de recursos humanos no médio e longo prazo

No caso da Justiça Eleitoral do Amapá, a demanda de trabalho tende a crescer em função do crescimento do número de eleitores. Nos últimos anos o eleitorado vem crescendo consistentemente (ver Crescimento Eleitoral no Estado do Amapá, disponível em <http://www.tre-ap.jus.br>). Esse aumento deve ir sendo, portanto, acompanhando pela ampliação do Quadro. Destarte, há sim a necessidade de renovação do Quadro próprio, tanto em médio, quanto em longo prazo.

Planos de capacitação do Quadro de recursos humanos

Atualmente, esta unidade trabalha com um modelo que envolve a continua capacitação de seus servidores. Anualmente, é realizado um levantamento das necessidades de



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

capacitação com todas as unidades. Estas demandas vão sendo atendidas em função da maior necessidade e da disponibilidade orçamentária.

Efeitos dos Planos demissionais, quando existentes

Não há planos demissionais.

Impactos da terceirização na produtividade da UJ

Atualmente a mão de obra terceirizada que este Tribunal possui realiza atividades de limpeza, manutenção e fornecimento de motoristas. Não há terceirização de pessoal para realização de atividades das judiciárias (área-fim) ou administrativas (área-meio).

6.2 Terceirização de mão de obra empregada e contratação de estagiários

6.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

Quadro A.6.14 – Cargos e Atividade inerentes a categorias funcionais do Plano de Cargos da Unidade Jurisdicionada

Descrição dos cargos e atividades do plano de cargos do órgão em que há ocorrência de servidores terceirizados	Quantidade no final do exercício			Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	2012	2011	2010		
<i>Analista Judiciário – Especialidade Engenharia</i>	01	01	00	01	00
Análise crítica da situação da terceirização no órgão					
O único servidor efetivo, ocupante do cargo típico da categoria funcional do plano de cargos e salários como Analista Judiciário – Especialidade Engenharia, foi removido em maio/2011, a pedido, para acompanhar cônjuge, nos termos do art. 36, III, “a”, da Lei 8.112/90.					

6.2.2 Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público

Quadro A.6.15 – Relação dos Empregados Terceirizados Substituídos em Decorrência da Realização de Concurso Público ou de Provimento Adicional Autorizado

Obs. Não há situações no âmbito deste Regional.

6.2.3 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

Quadro A.6.16 – Autorizações para Realização de Concurso Público ou Provimento Adicional Para Substituição de Terceirizados

Obs. Não se aplica a este Regional.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

6.2.4 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.17 – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ													
UG/Gestão:							CNPJ: 34.927.343/0001-18						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
208	L	O	004/2008	03.110.313/0001-90	1/03/2008	30/04/2013	36	12		23		1	P
Observações: O contrato foi prorrogado por mais 04 (quatro) meses – até 30/06/2013, com fundamento no art. 57, §4º da Lei 8.666/93, em virtude de que ainda não houve a conclusão do procedimento licitatório visando a nova contratação (pregão nº 3/2013). Houve impugnação ao edital, o que culminou com a suspensão do pregão, remarcado para o dia 26/04/13.													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Unidade Contratante													
Nome: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ													
UG/Gestão:							CNPJ: 34.927.343/0001-18						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2012	V	O	14/2012	08.531.731/0001-75	10/07/2012	09/07/2013	42	37		5			A
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

6.2.5 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Quadro A.6.18 – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

Nome: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ													
UG/Gestão:							CNPJ: 34.927.343/0001-18						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	2	O	006/2011	03.110.313/0001-90	08/04/2012	07/04/2014			24	22		2	P
Observações:													
LEGENDA													
Área:				Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial									
1. Segurança;				Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino									
2. Transportes;				Médio; (S) Ensino Superior.									
3. Informática;				Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogável;									
4. Copeiragem;				(E) Encerrado.									
5. Recepção;				Quantidade de Trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C)									
6. Reprografia;				Efetivamente contratada.									
7. Telecomunicações;													
8. Manutenção de bens móveis													
9. Manutenção de bens imóveis													
10. Brigadistas													
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes													
12. Outras													

6.2.6 Composição do Quadro de Estagiários

O programa destina-se a estágio para estudantes no âmbito do TRE/AP, visando à complementação de ensino e de aprendizagem profissional e sociocultural. Atualmente, contamos com 25 vagas de nível superior, distribuídas na sede, 2ª, 6ª e 10ª Zonas Eleitorais e 10 vagas de nível médio nas zonas do interior. No exercício de 2012.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Quadro A.6.19 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	25	25	25	25	195.000,00
1.1 Área Fim	11	11	11	11	
1.2 Área Meio	14	14	14	14	
2. Nível Médio	10	10	10	10	48.000,00
2.1 Área Fim	-	-	-	-	
2.2 Área Meio	10	10	10	10	
3. Total (1+2)	35	35	35	35	243.000,00*

Fonte: EJE

*Acrescido de taxa de administração anual de R\$ 18.060,00 no contrato com o CIEE

7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

7.1 – Informações sobre a gestão da frota de veículos próprios e locados de terceiros, inclusive sobre as normas que regulamentam o uso da frota e os custos envolvidos.

Quadro Próprio XXI – Gestão da frota de veículos próprios e locados de terceiros

Frota de veículos automotores de propriedade do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá		
A.	Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos.	Resolução CNJ nº 83, de 10 de junho de 2009. Resolução TRE-AP nº 426, de 04 de outubro de 2012.
B.	Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades do TRE/AP.	O uso da frota de veículos nas atividades do TRE/AP tem grande importância, em razão da dimensão do Estado do Amapá e das inúmeras comunidades de difícil acesso espalhadas pelo interior do estado.
C.	Quantidade de veículos, discriminados por grupos.	Veículos de Representação: 04. Veículos de Transporte: 31 Total de veículos: 35
D.	Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos.	Veículos de Representação: Média de 12.514 km. Veículos de Transporte: Média de 12.055 km.
E.	Idade média da frota, por grupo de veículos.	Veículos de Representação: Idade média de 05 anos. Veículos de Transporte: Idade média de 03 anos.
F.	Custos associados à manutenção da frota.	Manutenção: R\$ 58.263,13 Condução de veículos: R\$ 797.686,77 Diárias motoristas: R\$ 107.298,50 Combustível: R\$ 203.880,54 (gasto com os veículos próprios e requisitados – Eleições 2012) Lavagem: R\$ 8.856,10 Seguro Obrigatório: R\$ 3.250,10 Seguro da Frota: R\$ 17.000,00
G.	Plano de substituição da frota.	A renovação da frota leva em conta o custo-benefício da manutenção do bem. (Art. 14 da Resolução nº 426, TRE/AP). E para melhor aproveitamento orçamentário utilizamos os veículos a serem trocados como parte do pagamento às Empresas vencedoras do certame licitatório.
H.	Razão de escolha da aquisição em detrimento da locação.	O critério de escolha é o custo-benefício do quilômetro rodado. Seria excessivamente oneroso locar a frota de veículos, em virtude da baixa quantidade de quilômetros rodados diariamente.
I.	Estrutura de controles de que o TRE/AP dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica	A Seção de Transporte está subordinada à



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

	do serviço de transporte.	Coordenadoria de Serviços Gerais e a Secretaria de Administração e Orçamento. O controle da frota é feito por: I - Sistema CONVEL (são inseridos os dados dos veículos, os abastecimentos KM rodados e as manutenções realizadas); II – Formulário de autorização com a finalidade da saída do veículo; III - Guias de abastecimento; IV – Relatórios de consumo; V – Guia de autorização para manutenção preventiva e corretiva.
Frota de veículos automotores a serviço do TRE/AP, contratada de terceiros.		
A.	Estudos técnicos realizados para a opção pela terceirização da frota e dos serviços de transporte.	O uso de veículos locados ocorreu apenas no período eleitoral (Eleições 2012), em virtude da inexistência, nos órgãos públicos do Estado, de veículos em quantidade suficiente para a requisição (art. 1º da Lei nº 6.091/74).
B.	Nome e CNPJ da empresa contratada para a prestação do serviço de transporte.	F.C.C. Nascimento – ME, CNPJ: 12.251.894/0001-71.
C.	Tipo de licitação efetuada, nº do contrato assinado, vigência do contato, valor contratado e valores pagos desde a contratação até o exercício de referência do Relatório de Gestão.	Tipo de Licitação: Pregão Presencial (nº 43/2012). Número do contrato: Ata de Registro de Preço (nº 46/2012). Vigência do contrato: 12 meses. Valor contratado: R\$ 231.071,23. Valores pagos: R\$ 231.071,23.
D.	Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos.	Portaria nº 1/2012, de 17 de setembro de 2012 e Resolução nº 426, de 04 de outubro de 2012.
E.	Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades do TRE/AP.	Foi de grande importância a locação de veículo durante às Eleições 2012, em razão da insuficiência de veículos nos órgãos públicos para requisição.
F.	Quantidade de veículos, discriminados por grupos.	Veículos de Transporte: 248 – utilizados no 1º e 2º Turno das Eleições 2012.
G.	Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos.	Veículos de transporte: Média de 60 km, nos dias da realização do 1º e 2º turno das Eleições. (sexta, sábado e domingo).
H.	Idade média da frota, por grupo de veículos.	Veículos de Transporte: Idade média de 02 anos.
I.	Custos associados à manutenção da frota	Manutenção: Não se aplica – ocorreu por conta da empresa contratada. Condução de veículos: Não se aplica – ocorreu por conta da empresa contratada. Diárias motoristas: Não se aplica – ocorreu por conta da empresa contratada. Combustível: R\$ 19.344,00 (gasto com os veículos locados – Eleições 2012) Lavagem: Não se aplica – ocorreu por conta da empresa contratada. Seguro Obrigatório: Não se aplica – ocorreu por conta da empresa contratada.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

		Seguro da Frota: Não se aplica – ocorreu por conta da empresa contratada.
J.	Estrutura de controles de que o TRE/AP dispõe para assegurar uma prestação eficiente e de acordo com a legislação vigente.	Os serviços de transporte foram fiscalizados pela Seção de Transporte e pelas Zonas Eleitorais atendidas pela contratação, levando-se em conta a Resolução TRE nº 426, de 04 de outubro de 2012, a Ata de Registro de Preços nº 46/2012 e demais controles existentes para os veículos da frota permanente.

7.2 – Informação sobre a gestão do patrimônio imobiliário próprio, da União que esteja sob responsabilidade da unidade e dos imóveis locados de terceiros.

Quadro A.7.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	AMAPÁ	13	13
	Amapá	1	1
	Macapá	2	2
	Calçoene	1	1
	Oiapoque	1	1
	Mazagão	1	1
	Laranjal do Jari	1	1
	Tartarugalzinho	1	1
	Ferreira Gomes	1	1
	Serra do Navio	1	1
	Pedra Branca do Amaparí	1	1
	Porto Grande	1	1
	Vitória do Jari	1	1
Subtotal Brasil		13	13
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		13	13



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Fonte: COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

Quadro A.7.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	AMAPÁ	1	0
	Macapá	1	0
Subtotal Brasil		1	0
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
	Subtotal Exterior	0	0
Total (Brasil + Exterior)		1	1

Fonte: Coordenadoria de Material e Patrimônio

Quadro A.7.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
70029		12	2	301.418,53				
70029	0605.00188.500-5	12	2	6.693.192,65			4.219.124,16	74.188,51
70029	0605.00210.500-3	12	2	867.173,83			5.115,77	
70029		12	2	330.948,70				
70029		12	2	172.769,69				
70029		12	2	292.516,80				
70029		12	2	268.167,44				
70029		12	2	144.813,77				
70029		12	2	218.107,63				
70029		12	2	358.350,29				
70029		12	2	286.239,11				
70029		12	2	274.027,00				
70029		12	2	156.637,81				
Total							4.224.239,93	

Fonte: Coordenadoria de Material e Patrimônio - TRE/AP. Sistemas SIAFI E SPIUNET

Observações:

I - A ordem que os imóveis foram inseridos é idêntica ao QUADRO A.7.1;

II – Apenas estão registrados no SPIUNET os imóveis que possuem RIP;

III – Os valores foram obtidos via SIAFI, que diferem dos constantes do SPIUNET, porém há uma comissão formalmente constituída para avaliação dos imóveis e atualização do SPIUNET.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Os imóveis do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá estão sendo utilizados como cartórios eleitorais nos diversos municípios (ver Quadro A.7.1.) onde funcionam as Zonas Eleitorais e a Secretaria do Tribunal. Todos estão em ‘muito bom’ estado de conservação, porém em virtude dos imóveis localizados fora da capital, os quais foram construídos em terrenos doados pelas prefeituras dos municípios, estamos tendo dificuldades em conseguir a regularização junto a Secretaria do Patrimônio da União, para que possamos registrá-los no SPIUNET. Apenas dois imóveis possuem o RIP, e para sanar essa impropriedade foi criada uma comissão para resolver problemas de documentação, avaliação/reavaliação dos imóveis e registro dos mesmos no SPIUNET, regularizando assim a situação dos mesmos.

8. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

8.1 Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ, contemplando os seguintes aspectos:

a) Planejamento da área;

Durante o ano de 2012 foram realizadas 3(três) revisões no PETI e atualização dos indicadores mantendo o alinhamento estratégico com a TRE-AP e o TSE. Sendo o PDTI uma exigência do CNJ, o mesmo foi iniciado em 2011 e continuado em 2012, com previsão de finalização em 2013.

A CCI/TRE solicitou informações constantes nos Acórdãos 1603/2008 e 2308/2010-TCU, foi então que sentimos necessidade de contratação de consultoria com vista a iniciar implantação de Governança de TI, e foi colocado na proposta orçamentária de 2013, contratação de consultoria especializada para esse fim.

b) Perfil dos recursos humanos envolvidos;

A Secretaria de Tecnologia da Informação é composta por 21 pessoas sendo: 13 servidores efetivos, 6 (seis) colaboradores terceirizados e 2 (dois) estagiários.

Esta secretaria encaminhou em junho ao TSE, resposta ao Ofício-Circular nº 2.410-ASPLAN/STI, um estudo das necessidades de recursos humanos para atender as demandas de TI e assim atender as exigências do Conselho Nacional de Justiça e do Tribunal de Contas da União para a adequada implantação da Governança de TI neste Tribunal.

Quadro Próprio XXII - Servidores efetivos existentes na STI: 13

Quantidade	Cargo	Especialidade
4	Analista Judiciário	Análise de Sistemas
2	Técnico Judiciário	Digitação
5	Técnico Judiciário	Programação de Sistemas
1	Técnico Judiciário	Operação de Computadores
1	Técnico Judiciário	Administrativo
13		



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Quadro Próprio XXIII - Servidores exercendo atividades típicas de TI: 10

Quantidade	Cargo	Especialidade
4	Analista Judiciário	Análise de Sistemas
5	Técnico Judiciário	Programação de Sistemas
1	Técnico Judiciário	Operação de Computadores
10		

Considerando os percentuais definidos pelo Conselho Nacional de Justiça, a quantidade mínima para este TRE é de 15 profissionais, a seguir relacionamos os principais perfis necessários para suportar as demandas exigidas complementando a existente no Tribunal.

Quadro Próprio XXIII

Quadro Próprio XXIV – Levantamento de necessidades de servidores para as atividades típicas de TI

Quant.	Cargo	Perfil	Justificativa
1	Analista Judiciário	Gerente de Projetos	O Tribunal ainda não dispõe de um Escritório de Projetos e a aquisição de um profissional com esse perfil será de grande importância para implantação deste Setor
1	Analista Judiciário	Análise de Negócio	Com a atual exigência dos órgãos de controle (TCU e CNJ) na implantação da Governança de TI nos Tribunais, a aquisição de um profissional com este perfil se faz necessário com vistas a realizar o alinhamento entre o negócio e os recursos de TI, priorizando as principais ações definidas no Planejamento Estratégico.
1	Analista Judiciário	Rede e Segurança	Para suportar as demandas oriundas da Administração para cumprir as metas definidas no Planejamento Estratégico de TI, bem como manter uma infraestrutura capaz de suportar os serviços de TI, principalmente em relação a segurança, continuidade de negócio e melhor aproveitamento dos serviços tecnológicos.
2	Técnico Judiciário	Infraestrutura	Com vários serviços sendo disponibilizados a aquisição de um profissional com este perfil se faz necessário com vistas realizar a implantação e configuração de sistemas em relação aos equipamentos e infraestrutura para garantir a continuidade dos serviços de TI
5			

c)

Segurança da informação;

Em 2012 não houve atualização da Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor, pois a comissão responsável decidiu manter a atual versão para que fosse melhor assimilada



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

pelos usuários e assim amadurecer os controles aplicados ficando para 2013 a proposição para a atualização do documento.

d) Desenvolvimento e produção de sistemas;

Com a intenção de melhorar a produtividade no desenvolvimento de *software*. A STI adotou uma das metodologias ágeis mais usadas atualmente. Após análise das metodologias SCRUM, XP e FDD optou-se pela FDD (*Feature Driven Development*).

Servidores da Coordenadoria de Soluções Corporativas participaram de treinamento com o engenheiro de sistema, especialista em FDD, Jorge Luis Bublitz, servidor do TRE-MT, o qual foi decisivo para esta escolha.

Após a definição da metodologia, definiu-se um plano de trabalho para sua implementação. A fase atual está na capacitação da equipe na linguagem JAVA para nivelamento técnico visto ser uma das premissas dessa metodologia.

e) Contratação e gestão de bens e serviços de TI.

O Tribunal Regional Eleitoral do Amapá mantém contratos de comunicação de dados e telefonia fixa para atender as necessidades de comunicação entre a sede e seus cartórios eleitorais e ainda fiscaliza o contrato cujo objeto é a prestação de serviços de TI, por hora gerido pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Contrato nº 041/2009 – Prestação de Serviços de Telecomunicações (*backbone* secundário), celebrado entre o TRE-AP e o consórcio das empresas Brasil Telecom, Medidata, Auriga e OI no valor de R\$ 503.984,25, descentralizado pelo Tribunal Superior Eleitoral e encontra-se em seu segundo Termo Aditivo.

Contrato nº 027/2008 – Serviço de Telefonia Fixa Local e a Longa Distância, celebrado entre o TRE-AP e a EMBRATEL, no valor de R\$ 78.268,08 encontra-se em seu terceiro Termo Aditivo.

Contrato nº 030/2011 – Prestação de Serviços de Telecomunicações (*link* de dados via satélite), celebrado entre o TRE-AP e a HUGHES Telecomunicações do Brasil, no valor de R\$ 218.460,60.

Contrato nº 008/2009 – Prestação de Serviço de Informática para suporte as equipes de gestão de infraestrutura tecnológica, celebrado entre o Tribunal Superior Eleitoral e a empresa CTIS Tecnologia S/A.

Contrato nº 012/2009 – Prestação de Serviço de Informática na área de sustentação de sistemas da informação, celebrado entre o Tribunal Superior Eleitoral e a empresa CTIS Tecnologia S/A.

O trabalho de implementação dos processos de gestão de TI ainda está incipiente, visto que dispomos de poucos profissionais qualificados para isso.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Quadro A.8.1 – Gestão da Tecnologia da Informação

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
☐	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
☒	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
☐	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
☒	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
☒	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
☒	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
☒	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
☒	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
☒	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
☒	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
☒	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
☐	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
☐	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
☐	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
☐	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
☐	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
☐	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
☐	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
☐	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
☐	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
☒	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
☒	Auditoria de governança de TI.
☐	Auditoria de sistemas de informação.
☐	Auditoria de segurança da informação.
☐	Auditoria de contratos de TI.
☐	Auditoria de dados.
☐	Outra(s). Qual(is)?
☐	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congêneres:	
☒	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

☐	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
☐	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
☐	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
☐	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
☐	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
☐	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
☐	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
☐	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
☐	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
☐	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI:
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
☐	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
☒	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
☐	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
☒	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
☐	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
☐	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
☐	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
(2) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.	
(2) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.	
(1) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.	
(1) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.	
(1) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.	
(1) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).	
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
☐	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
☐	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
☐	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
☐	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
☒	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
☐	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
☐	Entre 1 e 40%.
☐	Entre 41 e 60%.
☐	Acima de 60%.
☒	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

9. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

9.1 Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras, tendo como referência a Instrução Normativa nº 1/2010 e a Portaria nº 2/2010, ambas da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e informações relacionadas à separação de resíduos recicláveis descartados em conformidade com o Decreto nº 5.940/2006.

A STI inclui em seus pedidos de aquisição de bens permanentes e de consumo preceitos de sustentabilidade ambiental, que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas, dando preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudiquem a natureza.

O parque computacional possui 100% de monitores com tecnologia LCD com menor emissão de radiação e menor consumo de energia elétrica. Utilização de equipamentos com o sistema *Energy Saving* que permitem controlar diretamente o consumo de energia e trabalham com o menor consumo possível.

Este Regional já adota boas práticas de sustentabilidade, como uso de papel reciclado, impressoras multifuncionais para impressão frente-verso com a configuração para economia de *tonner*, conscientização dos servidores para imprimir somente o estritamente necessário e a virtualização de máquinas no *Data Center*.

As bobinas de papéis que não são mais usadas nas urnas eletrônicas são reutilizadas na impressora de emissão de senhas para atendimento ao público na Casa da Cidadania.

Quadro A.9.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?					X
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	-	-	-	-	-
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	-	-	-	-	-



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	-	-	-	-	-
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	-	-	-	-	-
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. • Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	-	-	-	-	-
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?			X		
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.	-	-	-	-	-
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	-	-	-	-	-
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	-	-	X	-	-
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?			X		
Considerações Gerais:					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

9.2 – Consumo de papel, energia elétrica e água

Com objetivo de melhorar a relação com o meio ambiente, através de ações voltadas à preservação dos recursos naturais, à conscientização das pessoas e à redução do impacto ambiental resultantes das atividades desta Justiça, foi aprovado, em novembro de 2011, o *Programa de Gestão Ambiental do TRE/AP*.

Logo em seguida, através da Ordem de Serviço nº 002/2012, foi aprovada a Agenda Ambiental para o quadriênio 2012/2015, trazendo 05 (cinco) objetivos específicos:

1. Uso Racional dos Recursos Naturais e Bens Públicos;
2. Gestão Adequada dos Resíduos Gerados;
3. Licitações Sustentáveis;
4. Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho;
5. Sensibilização e Capacitação.

Referidos objetivos estão desmembrados a 06 (seis) temas, cada um com meta a ser alcançada, a saber:

1. Eficiência Energética: combate ao desperdício de energia elétrica;
2. Papel: racionalização do uso de papel;
3. Água: combate ao desperdício de água;
4. Coleta seletiva com a finalidade voltada para a reciclagem: implantação da coleta seletiva de resíduos sólidos recicláveis;
5. Aquisições e contratações sustentáveis: aquisição de materiais e contratação de serviços sustentáveis;
6. Qualidade de vida: manutenção da pontuação geral no Questionamento de Qualidade de Vida (WHOQOL BREF).

Para o atendimento das metas estabelecidas, são elencadas diversas ações a serem acompanhadas e avaliadas periodicamente, com diagnósticos das metas estabelecidas.

Os setores diretamente ligados a compras, serviços e contratações de obras e serviços de engenharia, já vem adotando critérios de sustentabilidade, em seus Termos de Referência e Projetos Básicos, subsidiados nas normas que tratam da matéria, a saber:

1. Nas comprar de Materiais de Consumo – utiliza-se o portal eletrônico de contratações públicas do Governo Federal – COMPRASNET, o Sistema de Catalogação de Material – CATMAT, que traz um rol de materiais sustentáveis, disponível em <http://www.comprasnet.gov.br/>.

2. Nos termos de referência, parte integrante dos Editais e Contratos, empregam-se critérios de sustentabilidade.

Em relação à separação de resíduos recicláveis descartados, o Tribunal adota a política dos 5R's: Repensar, Reduzir, Reutilizar, Reciclar e Recusar. Dessa forma, a comissão de Gestão Ambiental, juntamente com a Presidência, Corregedoria, Diretoria Geral e as Secretarias, vem trabalhando em campanhas de sensibilização dos servidores, visando redução do consumo e combate ao desperdício, bem como na destinação adequado do resíduo gerado.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Nesse sentido, tem sido importante a promoção da internalização do conceito dos 5Rs, enfatizando a questão dos resíduos sólidos, permitindo aos servidores uma reflexão crítica do consumismo, ao invés de focar na reciclagem, consoante se verifica a seguir:

Repensar - Repensar a necessidade de consumo e os padrões de produção e descarte adotados.

Recusar - Recusar possibilidades de consumo desnecessário e produtos que gerem impactos ambientais significativos.

Reduzir - Reduzir significa evitar os desperdícios, consumir menos produtos, preferindo aqueles que ofereçam menor potencial de geração de resíduos e tenham maior durabilidade.

Reutilizar - Reutilizar é uma forma e evitar que vá para o lixo aquilo que não é lixo reaproveitando tudo o que estiver em bom estado. É ser criativo, inovador usando um produto de diferentes maneiras.

Reciclar - Reciclar significa transformar materiais usados em matérias-primas para outros produtos por meio de processos industriais ou artesanais.

Em atendimento ao Decreto nº 5.940/2006, que instituiu a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal. Os materiais inservíveis são coletados separadamente em lixeiras apropriadas conforme o tipo e possível destinação específica.

A implementação e internacionalização dos conceitos de gestão ambiental buscam a construção de uma nova cultura institucional voltada para um novo modelo de gestão dos resíduos e um meio ambiente saudável.

Infelizmente, o entrave principal está na destinação a ser dada aos materiais recicláveis coletados, em função do Poder Público Municipal não oferecer serviços de coletas seletivas ou a precariedade das associações ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis em estabelecer convênios ou parcerias.

Este regional vem adotando critérios de sustentabilidade, por ocasião da elaboração de Termos de Referência, em especial, quando da aquisição de PAPEL A4, REICLADO, com vistas a contribuir com a economia de recursos naturais e financeiros. Além disso, segue algumas medidas, objetivando a redução no consumo de papel, como, por exemplo, o reaproveitamento de folhas usadas como rascunho, a utilização de impressoras com impressão frente e verso.

Com relação ao consumo de energia elétrica a maioria das áreas de circulação interna e externa são dotadas de foto-sensores, Há obrigatoriedade na utilização de lâmpadas fluorescente compacta e fosforescente e, quando possível a utilização de materiais com baixo consumo de energia, segundo os padrões do Inmetro.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Quadro A.9.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Valores em R\$
1,00

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa			Ano de Adesão	Resultados		
Programa de Gestão Ambiental do TRE/AP			2012	Conscientização dos servidores e magistrados.		
				Preservação dos recursos naturais.		
				Redução do impacto ambiental.		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel (resmas)	1.912	1.357	2.251	18.333,84	12.962,76	22.931,04
Água (m³)	7.980 m³	7.980 m³	7.980 m³	32.311,09	29.062,59	31.137,71
Energia Elétrica (KW)				369.188,08	358.853,25	194.616,88
			Total			

Fonte: SIAFI e SISTEMA ASI-WEB

10. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS.

10.1. Informações sobre o tratamento de deliberações exaradas em acórdãos do TCU e em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula.

10.1.1 – Deliberações do TCU atendidas no exercício

Quadro A.10.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada						
Denominação Completa						Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ						
Deliberações do TCU						
Deliberações Expedidas pelo TCU						
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida	
					Ofício 115/2012-SEFIP	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação						Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DOAMAPÁ						
Descrição da Deliberação						
TCU solicita informações cadastrais e fichas financeiras de todos os magistrados e servidores, correspondentes ao mês de janeiro de 2012						
Providências Adotadas						
Setor Responsável pela Implementação						Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas						
Síntese da Providência Adotada						



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Informações encaminhadas ao TCU, através do Ofício nº 051/2012-DG/TRE/AP
Síntese dos Resultados Obtidos
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	023.722/2012-6				Ofício 393/2012-SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DOAMAPÁ					
Descrição da Deliberação					
TCU solicita informações cadastrais e fichas financeiras de todos os magistrados e servidores, correspondentes aos meses de setembro de 2011 a agosto de 2012					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					
Síntese da Providência Adotada					
Informações encaminhadas ao TCU, através do Ofício nº 021/2012-SGP/TRE/AP					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Quadro A.10.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Não há

Quadro A.10.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ			-
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

1	P.A. Nº 103 – CLASSE X, PROTOCOLO Nº 12.673/2012	CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA	RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 001/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO			-
Descrição da Recomendação			
1) Atentar para a obrigatoriedade de juntar aos autos, OB e relação de OB com assinatura do Ordenador de Despesas; 2) Atentar para os prazos contratuais da constituição de garantia, evitando assim execução do contrato sem a cobertura da mesma, impondo as medidas cabíveis para o cumprimento desta obrigação e rescindindo o contrato, caso não seja atendida; 3) Caso haja previsão contratual para que a contratada mantenha seguro de vida individual, que o fiscal do contrato atente para o cumprimento de tal obrigação; 4) Que a empresa Maria Rodrigues da Silva – ME apresente comprovação de recolhimento do seguro de vida de seus funcionários durante todo o período contratual (2008/2012), uma vez que a despesa consta da planilha de formação de preço conforme se nota à fl. 1259 dos autos do PA nº 113, classe IX, protocolo nº 4.276/2007; 5) Que os usuários dos serviços sejam informados de quais as atividades que os funcionários da contratada devem exercer, evitando assim, que fatos como o ocorrido na ZE de Calçoene não voltem a ocorrer; 6) Que os chefes de cartório sejam orientados a controlar a quantidade e o prazo da entrega de materiais de limpeza, evitando assim atrasos. Caso a empresa não cumpra o estabelecido no contrato, que seja imediatamente notificada e que sofra as penalidades cabíveis; 7) Aperfeiçoamento da comunicação entre a empresa contratada, a fiscalização do TRE e os cartórios eleitorais, para que se evite ocorrência de fatos como o ocorrido na 11ª ZE, na qual os uma funcionária demitida há quatro meses permaneceu trabalhando no cartório, por falta de comunicação da empresa contratada, bem como má-fé da funcionária; 8) Que a empresa contratada seja orientada a emitir a nota fiscal somente depois de concluído o mês, evitando o eventual pagamento de serviços não executados; 9) Que a empresa Maria Rodrigues da Silva – ME comprove o pagamento de diferença salarial aos garçons retroativo a maio/2011, uma vez que vinha pagando R\$ 605,01 e de acordo com a 2ª repactuação deveria pagar R\$ 660,23, tendo, inclusive, recebido do TRE/AP retroativo no valor maior; 10) Que o fiscal verifique se a empresa cumpre os prazos de pagamento do 13º salário conforme previsto Lei nº 4.749/65, notificando, quando necessário a empresa contratada e aplicando penalidades se for o caso; 11) Que o fiscal do contrato verifique se a empresa cumpre os prazos de pagamento dos salários conforme previsto na CLT, notificando a empresa, sempre que ocorrer atrasos e aplicando penalidades cabíveis; 12) Que o fiscal do contrato verifique, sempre que atestar nota fiscal da contratada, o cumprimento de todas as obrigações da contratada, inclusive o pagamento de vale-transporte e			



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

vale-alimentação e que a empresa Maria Rodrigues da Silva – ME comprove o pagamento destas obrigações nos meses de dez/2010 e jan/2011;

13) Que sejam juntados aos autos (PA nº 12, classe X, protocolo nº 15/2011), os contracheques out/2011 dos seguintes funcionários: Ioneide dos Santos Lobato, Josilene Quadros Fernandes, Kid Jofre Nogueira Furriel, Maria Diana Cordeiro e Willian Moisés dos Santos.

14) Que o fiscal promova controle mais efetivo sobre a obrigação da empresa na entrega de uniformes a seus funcionários, notificando-a sempre que necessário e aplicando as penalidades cabíveis.

15) Que a administração promova as ações legais cabíveis para a solução de grau de parentesco entre terceirizados e servidor conforme o art. 6º, II e art. 7º do Decreto 7.203/2010 evitando ocorrências;

16) Que a empresa contratada para fornecer o serviço de vigilância armada seja notificada sempre que ocorrer a prorrogação da jornada de trabalho, ou seja, dobra de serviço, aplicando-lhe as penalidades cabíveis se for o caso;

17) Que o fiscal certifique-se de que todos os documentos necessários à contratação funcionários terceirizados estejam nas pastas, notificando a empresa contratada no caso de ausências;

18) Que a empresa L. M. S. Vigilância e Segurança Privada Ltda apresente a Certidão Negativa de Débito Salarial, Certidão Negativa de Infrações Trabalhistas, recibo CAGED mensal relativo ao período em que prestou os serviços;

19) Que o fiscal atente para a data de atesto da nota fiscal, evitando atestá-la com data anterior à emissão do documento fiscal;

20) Que a empresa L. M. S. Vigilância e Segurança Privada Ltda, promova a devolução de valores pagos por serviços não prestados nos dias 08 e 16/10/2011 conforme informações da Chefa do Cartório da 11ª ZE;

21) Que a empresa L. M. S. Vigilância e Segurança Privada Ltda apresente a Certidão Negativa de Débito Salarial, Certidão Negativa de Infrações Trabalhistas, recibo CAGED mensal relativo ao período em que prestou os serviços por meio do contrato nº 05/2011;

22) Que a empresa Maria Rodrigues da Silva – ME apresente a Certidão Negativa de Débito Salarial, Certidão Negativa de Infrações Trabalhistas, recibo CAGED mensal relativo ao período em que prestou os serviços por meio do contrato nº 06/2011;

23) Que a empresa Maria Rodrigues da Silva – ME apresente a Certidão de regularidade fiscal com a fazenda municipal relativo ao período em que prestou os serviços por meio do contrato nº 06/2011;

24) Que os fiscais dos contratos de terceirização de mão-de-obra recebam treinamentos sobre legislação trabalhista aplicável, regulamentação da atividade de vigilância e outros treinamentos necessários para melhor desempenho desta atividade;

25) Que os servidores deste TRE-AP, sobretudo os ocupantes de cargos de confiança, sejam orientados a não indicar funcionários para os quadros das empresas terceirizadas em observância aos princípios constitucionais da impessoalidade e da moralidade;

26) Ante os riscos inerentes à função de fiscal de contrato, que administração avalie a necessidade e a conveniência de promover um rodízio entre os fiscais, evitando assim que um servidor permaneça por longo período na fiscalização do mesmo contrato.

27) Que os fiscais dos contratos 004/2008 e 005/2011 encaminhem a esta Coordenadoria resposta



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

ao questionário enviado via e-mail nos dias 18/07/2012 (004/2008) e 30/07/2012 (005/2011).

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação

Código SIORG

DIRETORIA – GERAL/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

Síntese da Providência Adotada

ITENS DO RELATÓRIO DE AUDITORIA:

1. ITEM 1. Foi informado que a ausência de OB e relação de OB com a assinatura do Ordenador de Despesas deve-se a mudança de atitudes, visando atender ao disposto na Agenda Ambiental 2012/2015, que tem como objetivo principal melhorar a relação com o meio ambiente, através de ações voltadas à preservação dos recursos naturais, à conscientização das pessoas e à redução do impacto ambiental resultantes das atividades desta Justiça Especializada.
2. ITEM 2. Foi informado que a SAGEC está acompanhando a validade das garantias apresentadas, inclusive alertando oficialmente as empresas quando da prorrogação dos contratos, de que a garantia também deverá ser renovada.
3. Quanto aos itens 3, 4, 9, 13, 22 e 23, do Relatório de Auditoria, foi informado que foram cobrados da Empresa através do Ofício nº 35/2013-SAO/SAGEC, e estamos aguardando o decurso do prazo dado para aplicar a devida penalidade, caso não haja o envio da comprovação solicitada.
4. ITEM 5. Foi informado que todos os fiscais quando nomeados, mediante portaria de fiscalização, recebem via e-mail cópia digitalizada dos contratos onde estão elencadas as atividades que os terceirizados devem exercer, já se realizou capacitação acerca de fiscalização de contratos e, ainda, a SAGEC está sempre à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.
5. ITEM 6. Foi informado que essas orientações já foram transmitidas aos Chefes de Cartórios por ocasião de reunião oportunizada entre a SAGEC e as Zonas Eleitorais, e, além disso, com relação ao novo procedimento licitatório a SAGEC já incluiu um relatório obrigatório para todas as Zonas, as quais deverão encaminhar mensalmente ao TRE informando as ocorrências relativas à fiscalização do novo contrato, tais como, falta ou atraso na entrega dos materiais, ausência de funcionário, etc..., e mesmo que não haja ocorrência, o relatório deverá ser encaminhado com a informação “sem ocorrência”.
6. ITEM 7. Foi informado que estamos sempre em busca de afinar cada vez mais a comunicação entre empresas e a fiscalização/gestão de contratos através de diversos meios como e-mail, telefone, ofícios, reuniões.
7. ITEM 8. Informamos que já consta nos contratos cláusula informando que as notas fiscais sejam emitidas no último dia de cada mês. Por outro lado, para evitar eventual pagamento de serviços não executados, a CSG somente efetiva a liquidação após o dia 30. Com exceção em feriados prolongados como Recesso Forense e Semana Santa.
8. ITENS 10, 11, 12 e 14. Foi informado que a SAGEC e os fiscais de contratos estão intensificando a fiscalização aos prazos para pagamento dos encargos sociais e trabalhistas dos terceirizados, e demais obrigações das empresas com o TRE, como apresentação dos comprovantes de auxílio alimentação e vale transporte.
9. ITEM 15. Informamos que não houve constatação da existência de grau de parentesco de terceirizados com Servidores/Magistrados desta Corte, e, ainda, todos os terceirizados contratados assinaram declaração de que não possuem Grau de Parentesco.
10. ITEM 16. Foi informado que todos os fiscais foram orientados e têm conhecimento de que a prorrogação da jornada de trabalho, ou dobra de serviço, é expressamente proibida pelo item 8.32.1 do contrato nº 14/2012.
11. ITEM 17. Foi informado que embora essa obrigação já venha expressa nos contratos, a SAGEC vem cobrando, oficialmente, que as empresas cumpram tempestivamente a apresentação da documentação dos terceirizados, o



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

que tem acontecido. 12. ITENS 18 E 21. Foi informado que solicitamos da Empresa que sanasse essa impropriedade, o que foi atendido. 13. ITEM 19. As recomendações foram encaminhadas, via e-mail, a todos fiscais dos contratos. 14. ITEM 20. Informamos que os valores aos serviços não prestados em virtude de falta no posto de trabalho foram glosados por ocasião do pagamento da nota fiscal de serviço constante no P.A nº 14/2012, Classe X, protocolo nº 42/2012, fls. 111 e 113. 15. ITENS 24 e 26. A Administração está sensível aos problemas e carências apontadas quanto a fiscalização/execução dos contratos de serviços de terceirizados, e, na medida do possível, de acordo com a dotação orçamentária autorizada para a Ação de Capacitação, vem capacitando os servidores envolvidos para que possam desempenhar essa atribuição que extrapola suas atividades ordinárias. Por outro lado, nunca é demais reforçar que, ainda, é bastante reduzido o quadro de servidores que abraçam a fiscalização de contratos com o comprometimento que esse ônus exige, resguardando a Administração de eventuais questionamentos quanto a sua responsabilidade subsidiária. 16. A resposta foi devidamente encaminhada à Coordenadoria de Controle Interno.
Síntese dos Resultados Obtidos
A Secretaria de Administração e Orçamento está atenta ao cumprimento das Legislações vigentes e às orientações da Coordenadoria de Controle Interno deste Tribunal.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Como fator negativo apontamos a distância existente entre a SEDE do Tribunal e Zonas Eleitorais do Interior, o que prejudica um maior controle e fiscalização por parte da SAO/SAGEC.

Quadro A.10.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Não há recomendação pendente.

10.2 - Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna:

a) Estrutura e posicionamento da unidade de auditoria no organograma da UJ;

A Seção de Auditoria integra a Coordenadoria de Controle Interno e esta é subordinada hierarquicamente a Presidência deste Regional.

Para o desempenho de suas atribuições regulamentares dispõe de 02 (dois) servidores do quadro efetivo. A chefia é ocupada por um Analista Judiciário – especialidade Bacharel em Ciências Contábeis.

b) Trabalhos mais relevantes realizados no exercício e principais constatações;

Conforme previsto no plano de auditoria autorizado pela Portaria TRE/AP nº 215/2011, foram produzidos dois relatórios acompanhados de suas principais constatações:



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

▪ **Relatório nº 001/2012.** Período de execução da auditoria: Novembro/2011 a Agosto/2012. Objeto: Auditoria com vistas a atestar a regularidade nas contratações de terceirização de mão-de-obra.

Nesta auditoria foram utilizados predominantemente os testes substantivos. Mais especificamente a análise documental – exame de processo, atos formalizados e documentos avulsos nos procedimentos licitatórios e de pagamento:

I – Objeto: Prestação de serviços de limpeza, conservação, copeiragem, garçom e manutenção predial.

- Em alguns pagamentos não havia comprovação de que o pagamento fora autorizado pelo ordenador de despesa;

Comentários: No PA nº 12, classe X, protocolo nº 15/2011, verificou-se a ausência de relação e OB com assinatura do Ordenador de Despesas relacionadas às notas fiscais 1283, 1301, 1302 e 1311 (respectivamente ref. Out/11, duas de material retroativo e Nov/11);

- Constituição de seguro-garantia em datas intempestivas, frente ao contido na cláusula sétima do Contrato nº. 004/2008 e art. 19, XIX da IN nº 02/08;

Comentários: A Cláusula sétima do Contrato nº 004/2008 (fls. 1012) determinou apresentação da garantia até a assinatura do contrato (01/03/2008), porém a empresa só apresentou em 13/10/2008 (fls. 1033), após notificação da SAO, por meio do ofício 127/2008 – SAO/CSG de 01/09/2008 (fls. 1029). Houve atualização do seguro-garantia (recomendação IV do parecer da ASDIGE a fl. 1358, ratificada pela SECON à fl. 1381-verso). Seguro Garantia no valor de R\$ 22.490,42, apresentado pela empresa em 13/10/2008 com vigência de 01/03/2008 a 01/03/2009 (protoc. 6409/2008). Seguro Garantia no valor de R\$ 24.371,55, apresentado pela empresa em 09/06/2010 com vigência de 01/03/2009 a 01/03/2011 (fls. 1243/1245). Seguro Garantia no valor de R\$ 27.667,76, apresentado pela empresa em 06/06/2011 com vigência de 01/03/2011 a 28/02/2012 (fls. 1290/1291 – protoc. 3010/2011);

Havia inclusive, quando da análise dos autos, a necessidade de atualização do seguro-garantia (recomendação IV do parecer da ASDIGE a fl. 1358, ratificada pela SECON à fl. 1381-verso);

- Não há nos autos, comprovante de que a empresa pagou o seguro de vida individual conforme cláusula décima segunda da CCT 2010/2010 (menção feita pela SECON à fl. 1.344). Valor constava até a 1ª repactuação, porém foi excluído dos cálculos da 2ª repactuação conforme se observa nas planilhas às fls. 1.349/1.352;

- Detectamos um fato isolado de um empregado terceirizado executando atividades não previstas no contrato (art. 66 da Lei 8.666/93);

Comentários: Relatório da própria empresa revela que em Calçoene o funcionário da empresa APS estava, a mando do juiz, executando atividades no Fórum da Comarca, serviços inclusive de lavagem de veículos oficiais (2011) – Documento arquivado na pasta do contrato.

- Descumprimento de cláusula 4.3 e 2.2 do Contrato nº 04/2008, ou seja, entrega de materiais de forma incompleta;

Comentários: Comunicação da 11ª ZE dá conta de problemas na entrega de materiais de limpeza (incompleta e fora do horário de expediente) – Protocolo nº 1.186/2011. Em entrevista ao chefe de cartório da 1ª ZE, verificamos que o fato se repete nesta ZE;



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

- Problemas de comunicação entre a empresa e o Cartório Eleitoral da 11ª ZE, gerando situação que expõe a administração a riscos de ordem trabalhista e de segurança;

Comentários: Comunicação da 11ª ZE denuncia que uma funcionária demitida há 4 meses permaneceu trabalhando no cartório, por falta de comunicação da empresa contratada, bem como má-fé da funcionária.

- Emissão de Nota Fiscal pela empresa em até cinco dias antes de encerrado o mês de referência;

Comentários: A Nota Fiscal nº. 001283 no valor de R\$ 46.112,93 relativa ao mês de outubro de 2011 foi emitida cinco dias antes de encerrar o mês. A certificação na mesma data pode resultar em atestar que os serviços foram prestados satisfatoriamente, sem que o período esteja encerrado.

- Pagamento de salários a empregados em valor abaixo daquele constante de planilha de custos apresentada em contrato ou repactuação;

Comentários: Há informação do fiscal do contrato à fl. 449 de que o salário do copeiro, de acordo com o contracheque é de R\$ 605,01, diferente do valor constante da 2ª repactuação, R\$ 660,23. A Contratada deverá comprovar pagamento aos garçons retroativo a maio/2011, visto que recebeu retroativo com base nesse valor.

- Pagamento de 13º salário aos funcionários fora do prazo previsto na legislação;

Comentários: Pagamento do 13º Salário 2010 efetuado em 28/12/2010, descumprindo o art. 1º da Lei nº 4.749 de 12 de agosto de 1.965, conforme contracheques às fls. 32/47 do PA nº 12, classe X, protocolo nº 15/2011. Também não houve adiantamento conforme prevê o art. 2º da referida Lei.

- Há indício de que os pagamentos aos funcionários não estão respeitando os prazos previstos no art. 459, § único da CLT, ou seja, até o 5º dia útil do mês subsequente ao do vencimento;

Comentários: O pagamento de Fev/2011 efetuado em 11/03 (6º dia útil cf. Contracheques às fls. 115/128 do PA nº 12, classe X, protocolo nº 15/2011. Dos 10 (dez) funcionários entrevistados, pelo menos 4 (quatro) relataram que há pequenos atrasos no pagamento dos salários. Os funcionários que foram entrevistados no dia 09/julho, e relataram que estavam recebendo naquele dia seus salários de junho/2012, ou seja, o 6º dia útil.

- Possível descumprimento ao disposto na cláusula segunda, itens “p” e “q”;

Comentários: Não há comprovante nos autos da entrega aos funcionários do vale-transporte e vale-alimentação nos seguintes meses: dez/2010, jan/2011.

- Descumprimento ao disposto na cláusula 8.2.4, item “7”;

Comentários: Ausência de contracheques de alguns funcionários nos autos.

- Há atraso na entrega dos uniformes aos funcionários.

Comentários: Os funcionários relataram que não receberam uniformes neste ano, sendo que os garçons não recebem uniformes há 2 (dois) anos. Há questionamentos também sobre a qualidade do uniforme dados aos garçons.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

- Dentre os equipamentos que a contratada deve fornecer verificou-se que apenas o aspirador de pó não vem sendo fornecido pela empresa.

Comentários: Os funcionários relataram que não há necessidade do uso de aspirador de pó, visto que não há carpetes e cortinas.

- Há funcionário da contratada que possui grau de parentesco consanguíneo ou por afinidade com servidor do TRE-AP, afrontando o disposto no art. 6º, II e art. 7º do Decreto 7.203/2010;

Comentários: O funcionário Wendell Cesar de Souza Chagas, por meio de entrevista, informou que é cunhado do servidor Orlando de Carvalho Ribeiro Júnior, ou seja, a irmã de funcionário Wendell Chagas é casada com o servidor Orlando Júnior.

- Há funcionário da contratada indicado por servidor do TRE-AP, configurando possível interferência no gerenciamento de recursos humanos da mesma¹;

Comentários: O funcionário Wendell Cesar de Souza Chagas, por meio de entrevista, informou que foi indicado por servidor deste TRE-AP para trabalhar na empresa que detêm o contrato de limpeza e conservação.

II - Prestação de serviços de vigilância armada.

- Descumprimento de cláusula 8.37 do Contrato nº 05/2011;

Comentários: Comunicação da 11ª ZE dá conta de problemas na execução do contrato de vigilância (apenas um vigilante) – Protocolo nº 1.186/2011.

- Descumprimento de cláusula 8.13 do Contrato nº 05/2011

Comentários: Ofício 064/2011/SAO/CSG de 28/04/2011 (fl. 346) notificou a contratada a comprovar a entrega dos materiais constantes do item 8.13 do contrato, em virtude do início do novo contrato e solicitou as fichas dos empregados conforme item 8.2.1 do contrato.

- Possível descumprimento de cláusula 8.2.1 do Contrato nº 05/2011;

Comentários: Ausência de algumas Certidões Negativa da Justiça Federal, Eleitoral, Antecedentes Criminais ou de comprovação de escolaridade exigida (ensino fundamental) dos terceirizados.

- Possível descumprimento ao Art. 110 § 7º da Portaria DPF 387/2006.

Comentários: Ausência de comprovação do curso de reciclagem de alguns terceirizados.

- Descumprimento de cláusula 5.6 do Contrato nº 05/2011;

Comentários: Em alguns meses, quando da apresentação da fatura mensal houve a ausência de um ou mais documentos exigidos: Certidão Negativa de Débito Salarial, a Certidão Negativa de Infrações Trabalhistas e o recibo CAGED mensal

- Em alguns pagamentos não havia nos autos cópias das Ordens Bancárias;



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Comentários: No PA nº 79 Classe X, protocolo nº 2033/2011, verificou-se a ausência das Ordens Bancárias relacionadas às faturas dos meses de setembro a dezembro de 2011;

- Atesto de prestação do serviço no corpo da nota, com data anterior a emissão da mesma;

Comentários: No PA nº 79 Classe X, protocolo nº 2033/2011, verificou-se que a nota fiscal de outubro foi emitida em 30/10/2011 e atestada em 26/10/2011, já a nota fiscal de dezembro foi emitida em 31/12/2011 e atestada em 28/12/2011.

- Pagamento à empresa contratada de serviços não executados;

Comentários: O Ofício nº 155/2011/SAO/CG (fl. 681) recebido pela contratada em 14/11/2011 informou que não constava do livro de ocorrências, os registros de presença dos vigilantes nos dias 08 e 16/10/2011, conforme informações da Chefa do Cartório da 11ª ZE, portanto, o TRE-AP não iria arcar com o pagamento dos 2 (dois) dias em que o posto ficou desguarnecido.

Em resposta ao Ofício citado, a contratada protocolizou em 18/11/2011 o Ofício nº 104/2011 (fl. 682) informando que na emissão da Nota Fiscal de novembro/2011, seriam descontados os dois dias citados. (OBS: valor não foi descontado nos pagamentos de Nov e dez/2011)

- Há funcionário da contratada que possui grau de parentesco consanguíneo ou por afinidade com servidor do TRE-AP, afrontando o disposto no art. 6º, II e art. 7º do Decreto 7.203/2010²;

Comentários: O funcionário José Fernandes de Lima declarou que é irmão da servidora Maria Conceição de Lima que está cedida para o Cartório Eleitoral da 12ª Zona em Porto Grande (fl. 584 do PA nº 01/2011 – Classe IX, Protocolo nº 139/2011).

- Descumprimento da cláusula 5.4³ do Contrato nº 05/2011;

Comentários: Pagamento realizado em prazo superior ao estipulado no contrato no mês de maio, referente aos serviços prestados em abril/2011. A Nota Fiscal foi protocolizada em 29/04/2011 e a Ordem Bancária só foi expedida em 18/05/2011, extrapolando em 9 (nove) dias o prazo previsto no item 5.4 do Contrato.

- Descumprimento da cláusula 5.6.3 do contrato nº 05/2011;

Comentários: Não consta dos autos Certidão Negativa de Débito Salarial e Certidão Negativa de Infrações Trabalhistas, emitidas respectivamente, pela Seção de Fiscalização do Trabalho e pela Seção de Multas e Recursos da Delegacia Regional do Trabalho.

- Descumprimento da cláusula 5.6.4 do contrato nº 05/2011;

Comentários: Não consta dos autos CAGED relativo ao mês da prestação do serviço constante da fatura (Lei nº 4.923/65).



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

III - Prestação de serviços de condução de veículos oficiais, bem como dos eventualmente cedidos, requisitados ou locados.

- Descumprimento da cláusula 18.6 do Contrato nº 06/2011;

Comentários: O Ofício nº 02/2012-SAO/CSG de 15/02/2012 notificou a contratada para pagar diária a motorista que estava em viagem, o depósito foi feito em 16/02 e a viagem foi no período de 13 a 17/02/2012 (fls. 369/372).

- Descumprimento da cláusula 5.6.3 do contrato nº 06/2011

Comentários: Não consta dos autos Certidão Negativa de Débito Salarial e Certidão Negativa de Infrações Trabalhistas, emitidas respectivamente, pela Seção de Fiscalização do Trabalho e pela Seção de Multas e Recursos da Delegacia Regional do Trabalho.

- Descumprimento da cláusula 5.6.4 do contrato nº 06/2011

Comentários: Não consta dos autos CAGED relativo ao mês da prestação do serviço constante da fatura (Lei nº 4.923/65).

- Descumprimento da cláusula 5.6.6 do contrato nº 06/2011

Comentários: Não consta dos autos certidão de regularidade fiscal com a fazenda municipal.

- Necessidade de capacitação dos fiscais dos contratos

Comentários: Os fiscais, por meio de resposta a questionário, identificaram a necessidade de treinamentos para melhor desempenho de suas atividades.

▪ **Relatório nº 002/2012.** Período de execução da auditoria: Maio/2012 a Agosto/2012. Objeto: auditoria na STI quanto à adequação da Governança de TI às melhores práticas do mercado.

Quadro Próprio XXV - Principais constatações

Constatação	Critério	Evidência	Causa	Efeito potencial
O Planejamento Estratégico em T.I – PETI não está em conformidade com o exigido pelo CNJ;	art. 2º, § 1º, incisos I, II e III da Res. CNJ nº 99/2009	Não há projetos e ações suficientes e necessários para o alcance das metas fixadas (inciso III)	Não há Plano diretor que apóie o PETI	Ausência de metodologia que auxilie a administração no cumprimento das metas previstas no PETI
Existe Política de Segurança da Informação - PSI, porém pode ser aprimorado	NBR ISO/IEC 17799:2005	A PSI foi formalizada pela Resolução nº 390-TRE/AP de 22/06/2011, porém pode ser aperfeiçoada.	Estágio inicial de formalização da PSI	Situações relativas à segurança da informação não cobertas pela PSI, p. ex. gestão de senhas, backup, datacenter, dispositivos móveis, monitoramento e auditoria de ambiente
Não há Plano de Continuidade de	NBR 15999-1:2007, BS	: Informações da STI por meio do	Falta de qualificação	Vulnerabilidade da organização à ocorrência de desastres e



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Constatação	Critério	Evidência	Causa	Efeito potencial
Negócios – PCN formalizado	25999-2:20072, NBR ISO/IEC 17799:2005 e Cobit 4.1 DS4 Ensure Continuous Service	Memo. 021/2012 asseguram que este documento não foi elaborado	técnica dos servidores da STI	interrupção de serviços; Perda de dados, inclusive históricos, de difícil recuperação; Dificuldade no restabelecimento das operações normais quando da ocorrência de interrupção de serviços; Vulnerabilidade a fraudes e erros durante a interrupção de serviços e Paralisação de funções essenciais de da Justiça Eleitoral.
Não há Normas/Procedimentos relacionados à classificação de informações	NBR ISO/IEC 17799:2005 e Cobit 4.1 PO2.3 Data Classification Scheme	Informações da STI por meio do Memo. 021/2012 asseguram que este documento não foi elaborado	Falta de qualificação técnica dos servidores da STI	Informações tratadas com nível inadequado de proteção, suscetíveis à perda de integridade, confiabilidade e disponibilidade; Tratamento da segurança das informações de maneira inconsistente e dependente do meio em que transitam ou são armazenadas; Falta de amparo para responsabilização por acesso indevido a informações e Falta de sintonia entre a proteção das informações e o negócio da organização
Não há Normas ou Procedimentos de controle de acesso;	NBR ISO/IEC 17799:2005 e Cobit 4.1.	Informações da STI por meio do Memo. 021/2012 asseguram que este documento não foi elaborado	Falta de qualificação técnica dos servidores da STI	Perfil de acesso a informações excessivamente permissivo para determinados usuários ou grupos de usuário, Concessão ou alteração do acesso a recurso para pessoas não autorizadas, visando fraudes e Divulgação não autorizada de informação reservada ou sigilosa
Não há Normas/Procedimentos relacionados à aquisição de bens e serviços de TI	NBR ISO/IEC 17799:2005	Informações da STI por meio do Memo. 021/2012 asseguram que este documento não foi elaborado	Falta de qualificação técnica dos servidores da STI	Problemas com a continuidade do serviço de TI após o fim do contrato; Documentação insuficiente dos produtos advindos do contrato; Perda de conhecimento importante para a organização e Desperdício de recursos
Não há Processos formais de trabalho para contratação de TI;	NBR ISO/IEC 17799:2005	Informações da STI por meio do Memo. 021/2012 asseguram que este documento não foi elaborado	Falta de qualificação técnica dos servidores da STI	Problemas com a continuidade do serviço de TI após o fim do contrato; Documentação insuficiente dos produtos advindos do contrato; Perda de conhecimento importante para a organização e Desperdício de recursos



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Constatação	Critério	Evidência	Causa	Efeito potencial
Não há Processo formal de trabalho para gestão dos contratos de TI (critérios de avaliação, monitoramento técnico, etc.);	NBR ISO/IEC 17799:2005	Informações da STI por meio do Memo. 021/2012 asseguram que este documento não foi elaborado	Falta de qualificação técnica dos servidores da STI	Problemas com a continuidade do serviço de TI após o fim do contrato; Documentação insuficiente dos produtos advindos do contrato; Perda de conhecimento importante para a organização e Desperdício de recursos
Não estão acontecendo reuniões trimestrais para acompanhamento dos resultados das metas fixadas;	art. 4º, § 2º da Res. CNJ nº 99/2009	Reuniões em 18/05/2011, 20/05/2011. Depois não houve mais reunião	Falta de ação por parte da Administração.	Não está havendo o acompanhamento dos indicadores e das metas do PETI
Não foi elaborado o plano diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTI) com base no PETI	art. 11 da Res. CNJ nº 90/2009	Informações da STI por meio do Memo. 028/2012 asseguram que em dezembro/2012 estará concluído	Carência na área da STI de profissionais com habilidades e conhecimentos em gestão de TI	Ausência de marco que possibilite a implementação e acompanhamento das metas do PETI
Não há acompanhamento e mensuração dos indicadores relacionados aos objetivos estratégicos;	Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação	Informações da STI por meio do Memo. 028/2012 asseguram que em novembro/2012, o relatório estará concluído	Carência na área da STI de profissionais com habilidades e conhecimentos em gestão de TI e Falta de ação por parte da Administração	Não cumprimento das metas previstas no PETI

Fonte: PA nº 112/2012-Classe X, fls. 11/13

c) Relação entre a quantidade de recomendações feitas e a quantidade de recomendações implementadas pela alta gerência;

As recomendações constantes no relatório de auditoria nº 001/2012-CCI foram implementadas em sua maioria e estão explicitadas no quadro A.10.3 – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.

No relatório de auditoria nº 002/2012-CCI, não foi possível a adoção de procedimentos de implementação das recomendações em consequência da finalização deste relatório ter ocorrido no fim do mês de setembro/2012, dos preparativos finais do pleito eleitoral.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

d) Descrição das rotinas de acompanhamento das ações gerenciais de implementação das recomendações exaradas pela auditoria interna;

Com a formalização do relatório de auditoria em procedimento administrativo e após a apreciação do Presidente do Tribunal, os autos são encaminhados ao gestor da unidade correspondente para implementação das recomendações exaradas pela auditoria interna ou outras determinações da alta gestão.

e) Informação da existência ou não de sistemática e de sistema para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna;

Não existe sistemática ou sistema de monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos de auditoria interna

f) Como se dá a certificação de que a alta gerência tomou conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e a aceitação dos riscos pela não implementação de tais recomendações;

Após a finalização dos relatórios de auditoria, a CCI encaminha o relatório à Diretoria-Geral solicitando a autuação de procedimento administrativo com circularização junto à secretaria correspondente e conhecimento ao Presidente do Tribunal para apreciação do relatório.

g) Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria sobre riscos considerados elevados, mas assumidos pela alta gerência ao decidir não implementar as recomendações da auditoria interna.

Não há sistemática de comunicação à alta gerência sobre os riscos considerados elevados. A análise e a resposta aos riscos são feitas de forma empírica pelos membros do Comitê de Gestão Institucional que são ocupantes dos cargos de nível estratégico.

10.3 Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.

As providências adotadas com relação à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas ocorrem no início de cada exercício, quando a Secretaria de Gestão de Pessoas solicita aos Juízes-membros e servidores detentores de FC ou Cargo em Comissão, o cumprimento da IN TCU nº 67/2011, que exige a entrega da Declaração de bens e Rendas ou Autorização de acesso aos dados de bens e Rendas. O prazo fatal é até o dia 15 de maio de cada exercício.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

10.4. Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011.

DECLARAÇÃO

Eu, **MARCELLE FERREIRA SOUZA**, CPF nº 62153161215, Analista Judiciário – Área Judiciária, Chefe da Seção de Acompanhamento e Gestão de Contratos, exercido na Secretária de Administração e Orçamento do TRE/AP, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, não havendo informações a inserir no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Macapá, 26 de março de 2013.

Marcelle Ferreira Souza

CPF: 621531612-15

Chefe da Seção de Acompanhamento e Gestão de Contratos

Obs: Declaração original assinada e constante no PA nº 113/2012-Classe X, protocolizado sob nº 16.563/2012.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.1 Informações sobre a adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.9 e NBC T 16.10, publicadas pelas Resoluções CFC n°s 1.136/2008 e 1.137/2008, respectivamente, para tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos da unidade.

O Tribunal Regional Eleitoral do Amapá, desde 2010, vem realizando o cálculo e registro da depreciação mensal para todos os bens móveis adquiridos a partir desse ano pela UJ.

Para os bens adquiridos em períodos anteriores a 2010 foi elaborado um cronograma de reavaliação por conta contábil, a fim de possibilitar o cálculo e registro da depreciação.

Desta forma, no encerramento do exercício 2012, conforme cronograma estabelecido pelo TSE foram calculados e registrados os decréscimos patrimoniais decorrentes da reavaliação de parte dos bens adquiridos em períodos anteriores a 2010 e registrados nas contas 1.4.2.1.2.52.00 – Veículos de tração mecânica, 1.4.2.1.2.20.00 – Embarcações e 1.4.2.1.2.35.00 – Equipamentos de processamento de dados. O Restante dos bens registrados nas demais contas serão reavaliados em exercícios futuros, a partir de 2013.

A reavaliação para o item **veículos de tração mecânica** foi feita com base nos valores apresentados pela tabela FIPE, e para os demais itens foi adotada a metodologia de depreciação, conforme o tempo de vida útil estipulado em tabela fornecida pelo TSE, computando-se o tempo de utilização, o tempo remanescente e o valor recuperável do bem. Dessa forma, alguns bens que já haviam ultrapassado o tempo de vida útil foram reduzidos ao seu valor residual.

No que diz respeito à mensuração do item **Estoques**, tem-se adotado o registro pelo custo de aquisição, não havendo procedimento de reavaliação periódica.

A partir do exercício-2012, a UJ também passou a registrar seus passivos por insuficiência de crédito/orçamento. Deste modo, passivos de pessoal (quintos) e de auxílio-alimentação foram corrigidos de acordo com indexadores determinados no Acórdão TCU 1.485/2012 – Plenário e registrados no SIAFI, constando nas demonstrações contábeis do exercício.

Dos registros da depreciação de exercícios anteriores, da redução do valor de bens móveis (Reavaliação para menor) e de passivos por insuficiência de crédito/orçamento, resultou um impacto negativo de aproximadamente R\$-9.576.000,00 no patrimônio líquido da Unidade Jurisdicionada, conforme se observa no Balanço Patrimonial.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

11.2 Declaração do contador responsável por unidade jurisdicionada que tenha executado sua contabilidade no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI de que as Demonstrações Contábeis (Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Resultado Econômico) previstas pela Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, assim como o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável – UGR (válido apenas para as unidades gestoras não executoras) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.

Quadro A.11.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ			70029
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	MACAPÁ-AP	Data	25/3/2013
Contador Responsável	LUCELIA CUNHA MORAES	CRC n.º	PA-011317/O-1

Obs: Declaração assinada e constante no PA n.º 113/2012-Classe X, protocolizado sob n.º 16.563/2012.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

12.1 Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício

Em janeiro de 2012, através da Portaria nº 054/2012 foi constituído o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação – CGTI, no âmbito deste Tribunal Regional, composto pelos seguintes ocupantes dos cargos de: Diretor-Geral (Presidente), Secretária de TI (Membro), Secretário Judiciário (Membro), Secretária de Administração e Orçamento (Membro), Secretária de Gestão de Pessoas (Membro).

A página do Tribunal (www.tre-ap.jus.br) foi reformulada, através da adoção do novo padrão de páginas de internet desenvolvido pelo TSE, o qual utiliza a tecnologia ZOPE/PLONE. Por isso, foi instituído, através das portarias nº 255, 295 e 401/2012, o COMITÊ GESTOR DE INTERNET a fim de reformular e dar manutenção às páginas da Internet e da Intranet deste Tribunal, além de gerenciar seus conteúdos.

B. CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS.

Quadro B.1.8 – Relação dos Diretórios de Partidos no Estado

Sigla	Nome do Partido	Registro no TRE		Responsável pelo Diretório	Período
		Número	Data		
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro	15	30.06.1981	Gilvam Pinheiro Borges	14.12.2011 a 15.12.2013
PDT	Partido Democrático Trabalhista	12	10.11.1981	Antônio Waldez Góes da Silva	20.12.2007 a 21.12.2013
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro	14	03.11.1981	Eduardo Seabra da Costa	05.04.2008 a 20.05.2015
PT	Partido dos Trabalhadores	13	11.02.1982	Maria Nilza Amaral de Araújo	30.03.2008 a 20.08.2014
DEM	Democratas	25	11.09.1986	David Samuel Alcolumbre Tobelém	03.03.2005 a 20.08.2014
PC do B	Partido Comunista do Brasil	65	23.06.1988	José Luiz Amaral Pingarilho	11.12.2007 a 05.11.2013
PSB	Partido Socialista Brasileiro	40	01.07.1988	João Alberto Rodrigues Capiberibe	16.05.2008 a 19.10.2015
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira	45	24.08.1989	Jorge Amanajás	21.10.2007 a 17.04.2013
PTC	Partido Trabalhista Cristão	36	22.02.1990	Paulo José da Silva Ramos	28.09.2011 a c27.09.2012
PSC	Partido Social Cristão	20	29.03.1990	Moisés Reategui de Souza	25.08.2009 a Indeterminada



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Sigla	Nome do Partido	Registro no TRE		Responsável pelo Diretório	Período
		Número	Data		
PMN	Partido da Mobilização Nacional	33	25.10.1990	Aldilene Francisca de Moraes	07.06.2010 a Indeterminada
PRP	Partido Republicano Progressista	44	29.10.1991	Edson Cardoso /Francinete Cardoso Lobato	27.09.2011 a 16.05.2012/28.05.2012 a 19/12/2012
PPS	Partido Popular Socialista	23	19.03.1992	Jaci Pena Amanajás	29.10.2011 a 29.10.2013
PV	Partido Verde	43	30.09.1993	Antonio José Nunes dos Santos	16.05.2012 a 30.04.2013
PT do B	Partido Trabalhista do Brasil	14	11.10.1994	Adail Barriga Dias	01.06.2010 a Indeterminado
PP	Partido Progressista	11	16.11.1995	Edinho Duarte	01.06.2011 a 24.11.2012
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado	16	19.12.1995	Carlos Cley Ramos Paiva	10.04.2009 a 20.06.2013
PCB	Partido Comunista Brasileiro	10	09.05.1996	Sebastião Nelson Silva de Souza	05.01.2010 a 05.01.2013
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro	28	28.03.1995	Marelilson Lobato de Souza	28.02.2012 a 25.02.2013
PHS	Partido Humanista da Solidariedade	31	20.03.1997	Mauro Fernando Parente de Oliveira	29.04.2011 a Indeterminado
PSDC	Partido Social Democrata Cristão	27	05.08.1997	Emanuel Silva Pereira	30.09.2010 a 17.01.2014
PTN	Partido Trabalhista Nacional	19	02.10.1997	Eldein José Brito Pires	29.09.2009 a Indeterminado
PSL	Partido Social Liberal	17	02.06.1998	Ricardo Sousa Oliveira	19.04.2011 a 19.04.2013
PRB	Partido Republicano Brasileiro	10	25.08.2005	Rivadavia Miguel de Souza França	03.05.2010 a Indeterminado
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade	17	07.07.2007	Ricardo Sousa Oliveira	12.11.2011 a Indeterminado
PR	Partido da República	22	20.03.2007	Petrus Pahulus Cavalcante Ramos	24.02.2011 a Indeterminado
PSD	Partido Social Democrático	55	23.09.2011	Eider Pena Pestana	23.09.2011 a Indeterminado
PPL	Partido Pátria Livre	54	19.09.2011	Aleno de Oliveira Conceição	18.09.2011 a Indeterminado
PEN	Partido Ecológico Nacional	51	19.06.2012	João Batista Porto Carvalho/Manoel Brasil de Paula Filho	20.02.2009 a 19.07.2012/19.07.2012 a 18.07.2013

Fonte: SGIP



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Quadro B.1.9 – Discriminação das Cotas do Fundo Partidário Recebidas pelos Diretórios Estaduais das Direções Nacionais dos Partidos. Valores em R\$ 1,00

Sigla do Partido	EXERCÍCIOS		
	2012	2011	2010
PMDB	443.521,77	R\$ 407.983,31	R\$ 354.876,26
PDT	144.035,50	R\$ 21.000,00	R\$ 0,00
PTB	120.000,00	R\$ 74.400,00	R\$ 88.600,00
PT	45.631,50	R\$ 245.907,65	R\$ 124.936,52
PSB*		R\$ 30.887,72	R\$ 115.635,61
PSDB*		R\$ 284.626,19	R\$ 157.666,27
PSL*		R\$ 0,00	R\$ 24.592,13
PSC*		R\$ 3.000,00	R\$ 0,00
PP	15.000,00	R\$ 192.800,00	R\$ 162.000,00
PSOL	5.054,33	R\$ 40.183,24	R\$ 24.592,13
DEM	46.000,00	R\$ 428.000,00	R\$ 152.000,00
PR*		R\$ 201.342,00	R\$ 110.000,00
Totais	819.243,10	R\$ 1.930.130,11	R\$ 1.314.898,92

Fonte: TSE

*Prestação de Contas não apresentadas ao TSE

Quadro B.1.10 – Diretórios Estaduais que Prestaram Contas Relativas ao Exercício Anterior ao de Referência

SIGLA DO PARTIDO	Dados da Prestação de Contas de 2011		
	DATA	PROCESSO	SITUAÇÃO EM 2012
PMDB	2/5/2012	PC Nº 39-87.2012.6.03.0000	AR
PDT	30/4/2012	PC Nº 36-35.2012.6.03.0000	DP
PTB	30/4/2012	PC Nº 33-80.2012.6.03.0000	AN
PT	9/5/2012	PC Nº 51-04.2012.6.03.0000	AR
DEM	2/5/2012	PC Nº 44-12.2012.6.03.0000	AN
PSB	27/4/2012	PC Nº 32-95.2012.6.03.0000	AR
PSDB	17/9/2012	PC Nº 112-59.2012.6.03.0000	AR
PTC	2/5/2012	PC Nº 43-27.2012.6.03.0000	AN
PSC	30/4/2013	PC Nº 37-20.2012.6.03.0000	AP
PV	30/4/2012	PC Nº 38-05.2012.6.03.0000	AN
PP	2/5/2012	PC Nº 42-42.2012.6.03.0000	AN
PSTU	3/5/2012	PC Nº 49-34.2012.6.03.0000	DP
PCB	30/4/2012	PC Nº 34-65.2012.6.03.0000	AN
PRTB	12/11/2012	PC Nº 157-63.2012.6.03.0000	AN
PSDC	30/4/2012	PC Nº 35-50.2012.6.03.0000	AN
PRB	2/5/2012	PC Nº 45-94.2012.6.03.0000	AR



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

SIGLA DO PARTIDO	Dados da Prestação de Contas de 2011		
	DATA	PROCESSO	SITUAÇÃO EM 2012
PSOL	2/5/2012	PC Nº 40-72.2012.6.03.0000	DP
PR	2/5/2012	PC Nº 46-79.2012.6.03.0000	DP
PSD	2/5/2012	PC Nº 41-57.2012.6.03.0000	AR
LEGENDA Situação em 2012: AN – Em análise AP – Aprovada AR – Aprovada com ressalva DP – Desaprovada RE – Em recurso			

Quadro B.1.11 – Diretórios Estaduais que NÃO Prestaram Contas Relativas ao Exercício de 2011

SIGLA DO PARTIDO	MEDIDAS ADOTADAS PELO TRE
PCdoB	SUSPENSÃO DAS COTAS PELO TEMPO EM QUE O PARTIDO PERMANECER OMISSO
PMN	SUSPENSÃO DAS COTAS PELO TEMPO EM QUE O PARTIDO PERMANECER OMISSO
PRP	SUSPENSÃO DAS COTAS PELO TEMPO EM QUE O PARTIDO PERMANECER OMISSO
PPS	SUSPENSÃO DAS COTAS PELO TEMPO EM QUE O PARTIDO PERMANECER OMISSO
PTdoB	SUSPENSÃO DAS COTAS PELO TEMPO EM QUE O PARTIDO PERMANECER OMISSO
PHS	SUSPENSÃO DAS COTAS PELO TEMPO EM QUE O PARTIDO PERMANECER OMISSO
PTN	SUSPENSÃO DAS COTAS PELO TEMPO EM QUE O PARTIDO PERMANECER OMISSO
PSL	SUSPENSÃO DAS COTAS PELO TEMPO EM QUE O PARTIDO PERMANECER OMISSO

Quadro B.1.12 – Julgamento das Contas dos Diretórios Estaduais dos Partidos

SIGLA DO PARTIDO	SITUAÇÃO DAS CONTAS DOS DIRETÓRIOS RELATIVAS AOS EXERCÍCIOS DE:				
	2011	2010	2009	2008	2007
PMDB	AR	AR	AP	AP	AP
PDT	DP	AN	AP	AP	AP
PTB	AN	AN	AP	AR	AR
PT	AR	DP	AR	DP	AP
DEM	AN	DP	AR	AR	AR
PC DO B	-	-	-	-	-
PSB	AR	DP	AR	DP	AR
PSDB	AR	DP	AR	AR	AR
PTC	AN	-	-	-	-



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

SIGLA DO PARTIDO	SITUAÇÃO DAS CONTAS DOS DIRETÓRIOS RELATIVAS AOS EXERCÍCIOS DE:				
	2011	2010	2009	2008	2007
PSC	AP	DP	AP	AR	AP
PMN	-	-	-	-	-
PRP	-	-	-	DP	DP
PPS		-	-	-	DP
PV	-	DP	AN	DP	DP
PT DO B	-	-	-	-	-
PP	AN	DP	AR	AR	AR
PSTU	DP	AN	DP	-	DP
PCB	AN	AN	AP	AR	DP
PRTB	AN	AN	AR	AR	DP
PHS	-	-	-	-	-
PSDC	AN	DP	AR	AR	AR
PTN	-	-	-	-	-
PSL	-	-	-	DP	AP
PR	DP	NA	AP	AP	AP
PSOL	DP	AN	AP	AP	AP
PRB	-	AN	DP	-	-
PSD	AR				
TOTAIS					

Legenda:

AN – Em análise

AP – Aprovada

AR – Aprovada com ressalva

DP – Desaprovada

RE – Em recurso

Macapá-AP, 27 de maio de 2013

Desembargador Raimundo Vales
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá